FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO HISTÓRICO INFANTE DOM HENRIQUE

PORTUGALIÆ HISTORICA

VOLUME II

LISBOA — 1974

PORTUGALIAE HISTORICA

Revista de História e de Cultura Portuguesas

●

DIRECÇÃO

Joaquim Veríssimo Serrão e Jorge Borges de Macedo

Professores Catedráticos de História
da
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

●

SECRETÁRIO DE REDACÇÃO

Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz

Assistente de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Dirigir a correspondência para:

INSTITUTO HISTÓRICO INFANTE DOM HENRIQUE
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
CIDADE UNIVERSITÁRIA — CAMPO GRANDE — LISBOA 4

TIMOR:

NOTAS HISTÓRICO-LINGUÍSTICAS

por

LUIS FILIPE REIS THOMAZ

A diversidade de tipos físicos e a variedade de línguas faladas em Timor têm impressionado fortemente os que directa ou indirectamente têm contactado com a ilha; mas poucos se têm preocupado em explicá-las.

Timor não é a inextricável babel de línguas e de povos que às vezes se chega a afirmar — nada que se compare, por exemplo, ao mosaico de raças, povos e culturas que é a Guiné Portuguesa; mas não há dúvida que a sua população se caracteriza rácica como linguisticamente, por uma certa heterogeneidade.

Se essa heterogeneidade é relativamente fácil de explicar — Timor fica no caminho das sucessivas migrações que da Ásia ganharam a Austrália, e os arquipélagos do Pacífico; e o seu isolamento, e compartimentação por um relevo vigoroso favorecem a manutenção dos particularismos — mais difícil se torna, porém, estabelecer com rigor a exacta estratigrafia das vagas migratórias que no seu território se recobriram.

A história de Timor antes do século XVIII é difícil de reconstituir; a escrita só foi introduzida na ilha pelos portugueses, no século XVI; mas até ao fim do século XVII a documentação é escassa e descontínua. Em territórios relativamente próximos — como Samatra e Java — a escrita foi conhecida muito mais cedo, desde os primeiros séculos da nossa era; mas dadas as condições climáticas é também rara a documentação anterior ao século XVI que se pôde conservar. Há, no entanto, crónicas e documentos epigráficos que permitem traçar com segurança, a história dessas regiões desde o século V. Embora a influência dos grandes reinos indianizados de Samatra e Java se tenha estendido a toda a Insulíndia, sobre que exerceram uma vaga suzerania, as referências a Timor na literatura desses reinos são além de raras, de grande laconismo. O mesmo se passa com a literatura chinesa — embora desde o período correspondente à Idade Média europeia os navios da China frequentassem essas paragens.

Nestas circunstâncias, pois, as fontes não escritas — os dados da arqueologia, da etnologia e da linguística — adquirem uma importância fundamental para o conhecimento do passado de Timor.

Ora tirante duas ou três pequenas amostras não há ainda estudos arqueológicos sobre o nosso Timor[1]; as descrições etnográficas devem-se na sua maioria a curiosos e estão longe de recobrir a totalidade das populações da ilha[2]; e da trintena de línguas e dialectos falados na metade portuguesa de Timor apenas de dois — o tétum e o galoli — há dicionários e gramáticas, e mesmo essas, de carácter mais prático que científico.

Ora se é verdade que o conhecimento da história elucida em muitos aspectos o da linguística, não menos verdade é que o da linguística pode, em muitos casos, contribuir para aclarar o da história.

O problema da formação do povo timorense é um dos que pode vir a ser substancialmente esclarecido pela linguística — mas, para isso, requerer-se-iam estudos científicos não só das línguas de Timor mas também das dos povos circunvizinhos ou de origem presumidamente idêntica.

---

[1] A outra metade de Timor no tempo em que esteve em poder dos holandeses foi neste aspecto um pouco mais favorecida; mas infelizmente a maioria dos estudos publicados são, como seria de esperar, em língua neerlandesa — inacessíveis portanto à grande maioria dos portugueses.

[2] O que não impede que alguns, como os de Osório de Castro e os de Pinto Correia sejam de grande interesse. Em 1953 foi oficialmente criado em Díli um «Centro de Estudos» que devia ter por missão o estudo sistemático das populações de Timor. Mas o edifício, uma vez concluído, foi aproveitado para a instalação dos Serviços de Agricultura e de Obras Públicas, depois de outras repartições e por fim do Tribunal, de modo que o seu primitivo destino caiu, ao que parece, no esquecimento total; o Centro de Estudos, a que algumas monografias se referem como existente, existe, de facto, apenas no papel.

Não alimentamos, por isso, a estulta veleidade de dar resposta definitiva às numerosas questões que no âmbito desse problema se nos põem — pois falta-nos a base para o tentar fazer. Nas linhas que se seguem procuraremos apenas anotar os aspectos em que os conhecimentos que hoje temos da linguística timorense, quando devidamente relacionados com os dados de outras disciplinas, nos podem elucidar sobre a história das populações de Timor — e, paralelamente, os aspectos da situação linguística que são esclarecidos pelo nosso conhecimento da história. Procuraremos, ao mesmo tempo, quando necessário, desfazer alguns erros que devido ao pouco conhecimento que em regra há sobre as coisas referentes a Timor, têm feito carreira e tendem mesmo a assumir, à força de muitas vezes repetidos, foros de verdade incontroversa. Nos casos em que os conhecimentos que possuímos são, pelo contrário, ainda insuficientes para arriscarmos conclusões, limitar-nos-emos a indicar a direcção de investigação que nos parece poder vir a revelar-se frutuosa.

Embora procurando ordenar metodicamente estas notas, de forma a mostrar tanto quanto possível claramente a «estratigrafia» das várias migrações e influências que Timor sofreu, não pretendemos dar a este estudo um carácter sistemático. Anotámos, por isso, tudo quanto nos pareceu de interesse anotar, sem a preocupação de tratar todos os pontos com igual desenvolvimento ou com o mesmo grau de pormenor. Não é pois um estudo acabado o que aqui apresentamos, mas uma colecção de *notas histórico-linguísticas*, em que tentamos fazer o ponto do que, no estado actual dos nossos conhecimentos, se pode afirmar com relativa segurança — podendo constituir, ao mesmo tempo, um ponto de partida para quem queira desenvolver o assunto, aprofundá-lo pela investigação, ou tratá-lo de forma mais sistemática.

Explicitados os propósitos que presidiram à elaboração deste trabalho, resta-nos apenas, antes de entrar no assunto, agradecer aos Exmos. Senhores P.e Jorge Barros Duate, Dr. Frederico Hoppfer Rego e Eng.o Ruy Cinatti a leitura prévia que, como bons amigos, tiveram a paciência de dar a estas *Notas* e as observações e correcções que, como profundos conhecedores das coisas timorenses, fizeram o favor de lhes fazer.

I

O PRIMITIVO POVOAMENTO DO MUNDO OCEÂNICO E AS ORIGENS DA POPULAÇÃO TIMORENSE

A história do povoamento do Mundo Oceânico — Insulíndia, Austrália e ilhas do Pacífico — é a das sucessivas vagas migratórias que, partidas do continente asiático, se derramaram por essa poeira de ilhas e arquipélagos. A heterogeneidade de tipos rácicos, línguas e culturas que hoje notamos nessa vasta região do Globo resulta de essas vagas terem inflectido em direcções diferentes, e se terem amortecido, conforme as circunstâncias, a maior ou menor distância da Ásia de que provinham, sem que as vagas mais recentes tenham recoberto de uma maneira uniforme as que as precederam. A actual diversidade no espaço perpetua assim a diversidade dos estratos étnicos que se sucederam no tempo.

Os diferentes tipos raciais que se encontram nesta vasta área podem classificar-se *grosso modo* em dois grandes grupos: o dos homens de pele escura e características mais ou menos acentuadamente negróides, e o dos de pele mais clara e caracteres mais ou menos acentuadamente mongolóides. Qualquer dos dois grupos está longe de ser homogéneo, pois engloba tipos consideravelmente distintos. Na Austrália encontram-se homens de pele bem escura, mas sem características negróides: os cabelos são frisados ou ondulados mas não encarapinhados, e a pilosidade do corpo é muito desenvolvida, como nos brancos, e ao contrário dos negros e dos amarelos; dolicocéfalos, com as arcadas supraciliares proeminentes, têm o nariz achatado e a base larga, com a raiz profundamente deprimida, o que lhes dá uma fisionomia característica. A sua estatura média é de 1,65 m. As afinidades deste tipo rácico parecem predominantemente europóides, e o seu parentesco mais estreito com os *Veddas* de Ceilão e do Sul da Índia; a população do Camboja parece conter também, sob a camada mongolóide mais recente, um forte substracto de um tipo semelhante.

Na Tasmânia e nas ilhas da Melanésia os tipos apresentam, pelo contrário, caracteres francamente negróides. Parece, no entanto, que não há entre eles e os da África parentesco genético, mas apenas convergência de caracteres externos, em parte devido a condições climáticas semelhantes. Entre estes povos não há tão pouco uniformidade: há a distinguir uma sub-raça tasmaniana (hoje extinta, devido ao extermínio dos nativos pelos colonizadores europeus); uma sub-raça papua, predominante no interior da Nova Guiné; e uma raça melanésia propriamente dita, no litoral dessa ilha e nas restantes que formam a Melanésia. Todos estes povos apresentam uma cor de pele escura e os cabelos crespos, mas muito mais longos que os dos negros de África, formando a característica «trunfa melanésia»; além disso, enquanto que o encrespamento se manifesta entre os negros desde o nascimento, entre os melanésios só aparece entre os 3 e os 5 anos de idade. O crânio é geralmente dolicocéfalo e as arcadas supraciliares frequentemente salientes; o nariz é, sobretudo na sub-raça papua, frequentemente convexo, de tipo semítico. Na sub-raça melanésia a pele é um pouco mais clara e os cabelos menos crespos, o que faz pensar numa mestiçagem com elementos de tez clara (polinésios ou protomalaios) de que falaremos em seguida. Nalgumas populações, particularmente nas da Nova Caledónia, notam-se traços que revelam um parentesco ou mestiçagem com a raça australiana.

Não são, com efeito, totalmente claras as relações entre estes vários tipos raciais: há autores que atribuem às raças tasmaniana, australiana e papua uma origem comum; há quem as considere três raças distintas, resultantes de sucessivas migrações, e pela ordem apontada: tasmanianos, australianos e finalmente papuas (ordem deduzida da posição geográfica que nos tempos modernos ocupam); há quem considere apenas duas raças, ligando os tasmanianos aos papuas; e há, finalmente — hipótese mais recente — quem suponha os tasmanianos a raça mais antiga, e os papuas o produto do seu cruzamento com os australianos.

No segundo grupo, o dos homens de pele mais clara, há a distinguir raças com certas afinidades europóides, em que as características mongolóides são muito atenuadas, e raças de caracteres já nitidamente mongolóides. Entre as primeiras há a considerar a raça polinésia e a raça proto-malaia. A primeira, na sua forma mais típica, encontra-se nas ilhas da Polinésia; numa forma menos característica, em que os traços mongolóides aparecem com maior frequência, nas da Micronésia.

Os polinésios caracterizam-se por uma estatura elevada (1,72 m, em média) uma pele clara (entre o amarelo torrado e pardo azeitonado), os cabelos negros e lisos, pilosidade fraca mas barba cerrada, crânio predominantemente braquicéfalo. As feições — com o rosto oval, o nariz rectilíneo e saliente, os olhos grandes e direitos — aproximam-se das da raça branca, embora o nariz, de aletas largas, tenha um aspecto triangular.

Os proto-malaios são pelo contrário, de estatura inferior à média (1,55 m a 1,60 m); têm a pele morena, os cabelos longos e lisos, um crânio mesocéfalo, por vezes dolicocéfalo, as maçãs do rosto salientes, o nariz muitas vezes achatado; os olhos são direitos. Esta raça predomina nas ilhas mais orientais da Insulíndia (Ilhas Menores de Sunda a partir de Lombok, Celebes e Molucas), no interior das grandes ilhas de Samatra e Bornéu, e em pequenos grupos isolados na Península Indochinesa, como os Moi da Cadeia Anamita. É, como veremos, o tipo predominante em Timor.

Embora bem distintas entre si, a raça polinésia e a proto-malaia têm em comum a ausência de traços tipicamente mongolóides e certas afinidades europóides, que levaram alguns autores a ligá-las à raça mediterrânica. Embora haja quem veja nelas um ramo abastardado da raça branca, empurrada para as ilhas pela crescente pressão das populações mongólicas do interior da Ásia, a maioria dos antropólogos considera-as um ramo ainda incompletamente diferenciado da raça amarela, em que se não chegou a definir a combinação de caracteres típica dessa raça — o que permitiu a conservação de alguns caracteres em que ressalta uma maior afinidade com os tipos caucásicos.

As raças de caracteres já nitidamente mongolóides são representadas pela raça deuteromalaia [1], produto provavelmente da mestiçagem de migrantes mongóis com o substrato proto-malaio. Esta raça povoa as ilhas de Java e Bali, o litoral de Samatra e Bornéu e a Malásia — essa «ilha falhada» que os istmos de Cra e de Ligor ligam ao Continente Asiático, mas que pela história e pela etnologia se liga predominantemente à Indonésia; está também representada em Madagascar, se bem que aí predomine o tipo negróide, oriundo da vizinha África. Nesta raça a estatutura é um pouco mais elevada que na proto-malaia (1,60 m a 1,63 m), a pele é mais clara e mais amarelada, o crânio nitidamente braquicéfalo, as feições mais arredondadas, o nariz menos saliente, as maçãs do rosto mais proeminentes, o aspecto geral mais grácil e — traço típico — os olhos são frequentemente oblíquos e apresentam a característica «plica mongolóide».

---

[1] Alguns autores usam em vez dos termos «proto-malaio» e «deutero-malaio» os termos «indonésio» e «malaio», respectivamente — o que evitamos por ter o inconveniente de estabelecer a confusão com as actuais nacionalidades da Indonésia e da Malásia.

A linguística fornece dados um pouco diferentes dos da antropologia física: a uma grande diversidade na primeira região indicada (a dos homens de pele escura, isto é, Austrália e Melanésia) opõe-se uma notável uniformidade em todas as outras áreas. Podemos assim definir três grupos principais de línguas: línguas australianas, no continente da Austrália; línguas papuas no interior da Nova Guiné e de algumas outras ilhas da Melanésia; e línguas malaio-polinésicas em todo o resto da vasta área de que nos estamos ocupando. O grupo papua caracteriza-se por uma extraordinária heterogeneidade linguística — de tal modo que, no estado actual dos nossos conhecimentos, se não consegue discernir se estamos perante uma verdadeira família de línguas, que uma evolução divergente, levada ao último extremo, diversificou de forma tão extraordinária, se perante uma amálgama de línguas de diversa origem que os azares da história reuniram naquela restrita zona. É por isso que alguns autores preferem à expressão «línguas papuas», que sugere uma unidade positiva de caracteres a expressão «línguas pre-austronésicas» ou «línguas não austronésicas» que indica apenas não pertencerem àquele grande grupo (de que em seguida falaremos), de indiscutível unidade de caracteres e comunidade de origem. Parecem de incluir, também, neste grupo as línguas aberrantes do Norte de Halmahera (Molucas), a língua da ilha de Engano, a Sudoeste de Samatra, a da ilha de Waigiu, a Noroeste da Nova Guiné e, como veremos, algumas das línguas do nosso Timor. Nalgumas aldeias de Sumbawa falou-se o *temborá* (agora extinto) que parece pertencer também a este grupo.

O grupo malaio-polinésico, também chamado austronésico, apresenta, pelo contrário, uma notável unidade. Este grupo engloba todas as línguas da Insulíndia (à excepção das acima indicadas como papuas), muitas das de Madagascar (faladas hoje por 4.000.000 de pessoas), todas as da Micronésia, todas as da Polinésia, muitas das do litoral da Nova Guiné e de outras ilhas da Melanésia e ainda as de algumas tribos isoladas da Península Indochinesa e do interior da Formosa. É também austronésica a língua dos Chames, do antigo reino de Champá, na Indochina (que os portugueses ainda contactaram nos séculos XVI e XVII, vindo a ser definitivamente destruído pelas invasões vietnamitas no século XVIII) que sobrevivem, em pequenos grupos, na Cochinchina e noutras regiões do Vietnam do Sul. A unidade desta extensa família foi reconhecida por Humboldt na primeira metade do século passado. O seu domínio estende-se de Madagascar às ilhas de Hawai e da Formosa à ilha de Páscoa — e é assim, em área, dos mais vastos senão o mais vasto de todo o globo. Nesta grande família, que engloba alguns milhares de línguas e dialectos, podem distinguir-se três grupos principais: o grupo indonésio (o mais próximo, provavelmente, da língua original de que todas derivaram) que engloba as línguas de Madagascar, da Insulíndia e dos pequenos grupos da Formosa e da Península Indochinesa; o grupo polinésio (em que as línguas se apresentam fonética e morfologicamente mais usadas) que engloba as línguas da Micronésia e da Polinésia; e o grupo melanésio, que engloba as línguas do litoral da Nova Guiné e as de outras ilhas circunvizinhas. Estas últimas são sensivelmente diferentes das dos outros dois grupos; por isso, embora a maioria dos autores vejam nelas um terceiro ramo da família malaio-polinésica, mas fortemente influenciado pelo substrato papua, outros preferem considerá-las como um ramo do tronco papua, fortemente influenciado pelo superstrato malaio-polinésio. Em qualquer dos casos parece ser o hibridismo a sua principal característica.

Os dados da arqueologia são bastante complexos e em numerosos aspectos ainda obscuros. Deixaremos de parte os relativos ao paleolítico, pois são anteriores ao povoamento da área pelo *homo sapiens*. Os dados referentes ao mesolítico não são ainda suficientemente claros; alguns aspectos há, no entanto, que convirá reter. O mais interessante é, talvez, o facto de se terem encontrado no Sião, na Indochina e nalguns lugares da Indonésia artefactos de osso e pedra de tipo semelhante ao dos usados pelos tasmanianos na época em que foram abordados pelos primeiros europeus.

Não é muito clara a delimitação das diferentes áreas culturais neste período. A indústria mesolítica mais notável, o Hoabinhiense, é comum ao Sul da China, à Península Indochinesa e à ilha de Samatra; facto a notar, aparece associada a esqueletos de características papuas-melanésicas. É provável que em Java e Celebes haja indústrias de tipo semelhante. Em Java encontra-se uma indústria muito *sui generis*, a de Sampung, em que a maior parte dos instrumentos são de osso; no resto da Indonésia encontram-se diversas indústrias de lascas líticas, todas aparentadas entre si à excepção do Toaleense, indústria microlítica característica de Celebes, que apresenta sobretudo afinidades com as indústrias contemporâneas do continente australiano.

Em Timor as escavações de Meyer e Bühler revelaram uma indústria de lascas especializadas de tipo semelhante ao de outras áreas da Insulíndia, e afinidades parcialmente hoabinhienses. De notar ainda a existência de pinturas rupestres[2] numa área que engloba parte da Austrália, a Nova Guiné e algumas das ilhas mais orientais da Insulíndia: Celebes, Timor, Ceirão e ilhas Kei. Essas pinturas revestem em Celebes um carácter realista, nas outras ilhas, pelo contrário, um carácter mágico e mitológico. Apesar da diversidade das indústrias líticas a que estão associadas apresentam caracteres comuns que fazem pensar numa difusão a partir de um centro único. Na Micronésia e na Polinésia, que neste período estavam ainda por povoar não há vestígios de indústrias mesolíticas.

As populações desta época viviam ainda da recolecção de produtos florestais espontâneos, da colheita de mariscos, da pesca e da caça. Tal como os actuais australianos, os *Veddahs* de Ceilão e os *Senoi* da Península Malaia, deviam, porém, praticar já a limpeza do terreno por meio do derrube de árvores e das queimadas e a replantação fortuita das plantas a que arrancavam, para os comer, os tubérculos. A partir de cerca de 9.000 a. C., segundo van Heekeren, começa já a desenhar-se na Insulíndia a transição para a agricultura sistemática — que nessa região terá, portanto, aparecido mais precocemente que em qualquer outra parte do globo. É pela mesma época que, associados a instrumentos hoabinhienses, aparecem os primeiros vestígios de cerâmica e cordoalha. Na Insulíndia a utensilagem deve ter sido predominantemente em bambu, e as indústrias líticas mostram-se pouco desenvolvidas; na Austrália, pelo contrário, onde o bambu falta, as indústrias líticas são mais desenvolvidas e mais especializadas. É aí que, cerca de 10.000 a. C., aparecem as primeiras ferramentas de seixo com o gume afiado — início de uma lenta transição para a técnica da pedra polida. Não há ainda vestígios de construções: os homens deviam viver em anfractuosidades das rochas ou sob improvisados abrigos de ramos.

---

[2] As de Timor foram estudadas por Ruy Cinatti, «As pinturas rupestres de Timor», in *Colóquio*, Lisboa, Abril de 1963.

É no neolítico que os dados da arqueologia, agora mais claros, se tornam particularmente interessantes e esclarecedores. O neolítico inicia-se na Península Indochinesa e na Indonésia entre 3.500 e 2.500 a. C. Com ele divulga-se a agricultura como actividade sistemática.

A primeira forma de agricultura a desenvolver-se é a agricultura sobre queimadas, que os geógrafos designam muitas vezes pelo termo malaio *ladang*. A cultura mais antiga é a de tubérculos e rizomas: taro (*Colocasia antiquorum*) e inhame (*Dioscorea alata* e *Dioscorea esculenta*), que com o sagu (fécula de tronco de palmeira, em especial do *Metroxylon sagus*), a banana (*Musa sapientum*) e a fruta pão (*Artocarpus communis*) deviam constituir a base da alimentação nas primeiras fases do neolítico. É possível que tenha surgido já nessa época a técnica da construção de socalcos irrigados, não para a cultura do arroz, que era ainda desconhecido, mas para a do taro. Ao mesmo tempo iniciou-se a domesticação do porco, do cão e dos galináceos. Este tipo de agricultura e criação de gado deve ter progredido através da Insulíndia e atingido a Nova Guiné cerca de 3.000 a. C.. Da mesma época deve datar a construção das primeiras casas, a indústria de cordas e redes de pesca, as pirogas escavadas em troncos e as jangadas de bambu. Um pouco mais tarde aparecem a cestaria, o fabrico de esteiras e a confecção de vestimentas em *tapa* — casca de certas árvores amolecida em água, batida e estirada.

Numa segunda fase à cultura dos tubérculos vem juntar-se a dos cereais: milho miúdo (*Setaria italica*) e arroz de sequeiro (*Oryza perenis* e *Oryza sativa*). O arroz aparece no Norte do Sião cerca de 3.500 a. C., e difunde-se lentamente para o Sul. A divulgação da orizicultura inundada está relacionada com a domesticação do búfalo, que teve lugar, como a do boi, na segunda fase do neolítico. É nesta época também que surge a tecelagem, e que, na olaria, a «técnica da pá e da pedra» (em que os objectos são moldados com um calhau rolado, pelo interior, batendo-se por fora com uma pazita de pau) substitui a fabricação por anéis. É nesta época, finalmente, que surge a almadia de duplo balanceiro (conhecida em Timor por *beiro*) que irá permitir a colonização de Madagascar e das ilhas do Pacífico.

No neolítico da vasta região de que nos estamos ocupando há a distinguir duas civilizações fundamentais: a «do machado de secção oval» (assim chamada do nome do seu utensílio mais característico) e a do «machado quadrangular», correspondendo uma à primeira fase neolítica (anterior à cultura dos cereais, à tecelagem, etc.), outra ao neolítico adiantado. Nem uma nem outra atingiram a Austrália, notando-se apenas uma vaga influência da primeira na costa nordeste desse continente; daí o permanecerem os aborígenes australianos, ainda hoje, num estádio de civilização correspondente ao mesolítico.

A «civilização do machado oval» difundiu-se por toda a Insulíndia a partir de 3.500 a. C.; daí passou à Nova Guiné e às demais ilhas da Melanésia. O «método do carbono 14» permitiu datar de cerca de 850 a. C. alguns achados feitos na Nova Caledónia. A influência desta civilização não ultrapassa as duas regiões indicadas — Insulíndia e Melanésia — e algumas ilhas mais vizinhas, como as Marianas.

A «civilização do machado quadrangular» começou a difundir-se entre 3.000 e 2.500 a. C.; recobriu na Insulíndia a que a precedera; influenciou as costas de algumas ilhas da Melanésia, que atingiu entre 1.500 e 700 a. C., sem no entanto lhes penetrar no interior; e difundiu-se, finalmente, a partir do início da era cristã, pelas infinitas ilhas da Micronésia e Polinésia, até Hawai, ilha de Páscoa e Nova Zelândia. Esta civilização parece estar, na sua origem, relacionada com a civilização megalítica de que se encontram tantos traços na Europa — especialmente no litoral português — e nalgumas zonas da Ásia — particularmente no Assam (Nordeste da Índia). Na arte de muitos povos da Insulíndia é ainda hoje nítida a persistência dos motivos geométricos característicos da civilização megalítica, em parte semelhantes aos que se encontram, por exemplo, nos ídolos-placas de xisto, tão frequentes no território português.

Além da «civilização do machado oval» e da do «machado quadrangular» há na Indonésia vestígios de uma terceira civilização neolítica, de menor importância, a das «pontas de seta», localizada sobretudo em Java Oriental, mas de que parece haver também vestígios em Celebes.

A época dos metais inicia-se no Sueste Asiático cerca de 500 a. C.; a distinção entre «idade do bronze» e «idade do ferro» é, nesta zona, irrelevante, pois os dois metais entraram em uso com pequeno intervalo de tempo, ao contrário do que sucedeu no Ocidente Mediterrânico.

Com a divulgação dos metais está relacionada a difusão de uma nova civilização, mais evoluída que a do «machado quadrangular»: a «civilização de Dong Son», assim chamada do nome de um lugarejo do Tonquim onde as escavações arqueológicas feitas pelos franceses revelaram os restos do que foi, provavelmente, o seu principal centro de difusão.

O uso dos metais espalhou-se por toda a Insulíndia e atingiu mesmo a costa noroeste da Nova Guiné. A influência artística da «civilização de Dong Son», porém, chegou mais longe: aparecem motivos curvilíneos e espiralados, tipicamente dongsonianos, em várias regiões da Melanésia e mesmo na Nova Zelândia. Parece também reflectir a influência dessa civilização e inumação dos mortos em posição flectida, geralmente em urnas — posição que se perpetua nas célebres estatuetas funerárias da ilha de Leti, vizinha de Timor, de que no extremo oriental da nossa Província aparecem (por troca comercial e talvez por imitação também) alguns exemplares. Na ilha de Alor (fronteira à costa norte de Timor de onde é bem visível) usam-se ainda hoje como «barlaque» ou dote de casamento enormes tambores de bronze, de tipo precisamente igual aos que foram exumados em Dong-Son; outros, do mesmo tipo, apareceram em Bali e até na Nova Guiné.

Desde o início da era cristã, mas com maior incidência a partir do século V, penetra no Sueste Asiático a influência das «civilizações superiores» da Ásia Continental — sobretudo a da Índia, mas também um pouco a da da China. Com elas entra a tracção animal, a roda, o carro, o arado e, facto essencial, a escrita — com o que se nos encerra a pré-história e se nos abrem as portas do período histórico, de que, por ora nos não ocuparemos.

A distribuição actual das diversas civilizações e modos de vida concorda, nas suas linhas gerais, com a dos dados arqueológicos;

e também, como veremos, com a das áreas raciais e linguísticas.

Ao grupo racial e linguístico australiano corresponde uma civilização extremamente primitiva, que perpetua em nossos dias a do mesolítico. Os aborígenes australianos são nómadas, desconhecem a agricultura, a criação de gado, a olaria, a cestaria, a tecelagem, e, evidentemente, o uso dos metais; a sua utensilagem, extremamente reduzida, é fabricada exclusivamente em pedra, osso ou madeira. Praticam uma economia parasitária, de recolecção, vivendo da colheita de produtos vegetais espontâneos e de caça de pequenos animais.

A civilização da Melanésia é mais desenvolvida, Apesar de uma grande diversificação regional de usos, práticas e costumes, e de um nítido desnível cultural entre os papuas do interior, mais primitivos, e os melanésios do litoral, mais evoluídos, é possível reconhecer traços comuns nas numerosas civilizações locais desta região: é conhecida a cultura dos tubérculos, mas não a dos cereais; é conhecida na maior parte das regiões a olaria e em muitas a cestaria, mas a tecelagem não é praticada em nenhuma; nalgumas regiões litorais utiliza-se a almadia de um ou dois flutuadores; o ferro só é conhecido na costa noroeste da Nova Guiné.

Na Insulíndia e na Península Indochinesa encontramos uma civilização bem caracterizada, nitidamente mais evoluída, que se costuma designar por «civilização austro-asiática». Foi provavelmente essa comunidade de civilização que, associada a um estreito parentesco linguístico, deve ter levado os chineses a designar por um termo comum, *K'uen-luen*, o conjunto da região. Essa civilização aparece, nas suas linhas gerais, intacta entre os povos que não sofreram a influência hindu: *Moi* da cordilheira anamita e outros povos isolados nas regiões montanhosas da Indochina, *Batak* do interior de Samatra, *Dayak* do interior de Bornéu e, de uma maneira geral, os povos de todas as ilhas a Oriente de Lombok; os outros (povos da Península Indochinesa, de Java, de Bali e das regiões costeiras de Samatra e Bornéu) sofreram profundas influências da civilização da Índia, que enxertando-se no fundo da civilização local, lhe deram um novo aspecto.

Como caracteres mais salientes da «civilização austro-asiática» podem apontar-se: a agricultura sob duas formas distintas, o *ladang* ou agricultura sobre queimadas, extensiva e em regime de sequeiro, e o *sawah*, a várzea irrigada, para a cultura intensiva do arroz; a fabricação de vinho a partir da seiva fermentada de certas palmeiras (especialmente o *Borassus flabelifer*, designado em malaio por *lontar* e em tétum por *acadírun*, e a *Arenga sacharifera* ou tuaqueira); a criação de búfalos e porcos, e o grande apreço dessas espécies para fins sacrificiais; a construção de casas sobre pilares; a tecelagem e ornamentação dos tecidos pelo processo do *ikat* [3] o uso de um pano enrolado à cinta como traje para os dois sexos (o *sarong* malaio, o *tais* timorense, etc.); o uso do beiro, ou almadia com balanceiro; o fabrico de peças de olaria pelo «processo da pá e da pedra»; o fabrico de cestos e esteiras; o uso dos metais (cobre, ferro, ouro e prata, havendo muita tradição de trabalhos de ourivesaria em certas regiões, como Timor, Bali, Java Central, Brunei e o país de Minangkabau na costa ocidental de Samatra); o uso de mascar nozes de areca (*Areca catechu*) envoltas em folhas de bétele (*Piper betele*), etc. A estas características no domínio da cultura material podem juntar-se outras, no domínio social e religioso, como a caça às cabeças, a construção de tumbas megalíticas à memória dos chefes falecidos, o grande apreço pelas lutas de galos, etc. A organização social é geralmente de tipo para-feudal ou nível do que os etnólogos designam por «chefaturas», coexistindo o parentesco matrilinear entre alguns povos [4] com o patrilinear entre a maioria.

Na Micronésia e na Polinésia encontramos civilizações com alguns caracteres comuns (a construção de casas sobre pilares e o uso da almadia de duplo balanceiro, por exemplo), mas de tecnologia nitidamente mais pobre: o uso dos metais é desconhecido, a olaria só se encontra nas ilhas Marianas e na Polinésia Ocidental (Samoa e Tonga), a orizicultura apenas é praticada nas Marianas, a tecelagem nas Carolinas e em algumas ilhas vizinhas, etc. A pobreza tecnológica mostra-se menor nas ilhas mais ocidentais, vizinhas da Insulíndia, e acentua-se à medida que se caminha para Leste. Os animais domésticos reduzem-se ao cão, ao porco e à galinha, havendo mesmo ilhas em que o porco é desconhecido, e outras em que não há cães. A alimentação baseia-se no pescado, na fruta (em especial o coco, a banana, e diversas qualidades de fruta-pão) e nos tubérculos (inhame, taro e batata-doce). Facto talvez único em todo o mundo, a sociedade tradicional desconhece completamente o comércio, mesmo de troca pura — o que deve resultar da relativa fecundidade do meio físico, que fornece a cada um tudo quanto necessita, aliada à homogeneidade ecológica e social dos arquipélagos.

---

[3] O *ikat* (palavra malaia que significa «atar») é uma técnica de ornamentação de têxteis por *reserva no fio*: o fio é tingindo previamente, antes de se tecer a peça, embrulhando-se, em cada aplicação de cor, em tiras de folíolo de palmeira ou de folha de bananeira as partes do fio que se não querem tintas dessa cor; deste modo os desenhos aparecem logo na tela, antes de ser tramada. Nalgumas regiões pratica-se o *ikat* na trama e, mais raramente, o *ikat* duplo, na teia e na trama.

[4] O exemplo mais interessante é o dos Minangkabau da costa ocidental de Samatra, onde a sucessão matrilinear subsiste, a despeito do direito alcorânico, mesmo depois da islamização, que se deu pelo século XVI. Em Timor subsistem também, nalgumas regiões, regimes caracteristicamente matrilineares.

Dado que tudo leva a crer que o povoamento do Pacífico se tenha operado a partir da Insulíndia Oriental[5] (Molucas e Filipinas) pela via da Micronésia, e numa época em que eram já conhecidos os metais, a tecelagem e a olaria, e domesticado o búfalo de água, é-se levado a admitir que a pobreza tecnológica característica das civilizações da Polinésia resulta de uma regressão cultural motivada pelas próprias características do meio insular: a falta de jazidas metálicas terá feito esquecer o uso dos metais, a de plantas têxteis, a tecelagem, etc.; quanto à ausência de animais como o boi e o búfalo, explica-a suficientemente a impossibilidade de os fazer embarcar nas pequenas almadias em que os polinésios ganharam as suas ilhas.

Entre os dados da antropologia física, da linguística, da arqueologia e da antropologia cultural, que acabamos de resumir, há um certo paralelismo e uma certa coincidência de áreas geográficas: a área de difusão da «civilização do machado quadrangular», por exemplo, coincide aproximadamente com a das línguas malaio-polinésicas e com a das raças claras de características europóides ou submongolóides; a do «machado oval» coincide *grosso modo* com a das raças e línguas papuas e melanésias, etc.

---

[5] A hipótese de os polinésios terem provindo do continente americano (posta por J. Campell em 1897) está hoje definitivamente posta de lado, pois opõe-se aos dados da linguística, da arqueologia, da antropologia física e da antropologia cultural. Com a sua célebre viagem na «Kon-Tiki», Thor Heyrdahl apenas provou que a hipótese é fisicamente possível — mas não que se tenha dado de facto.

Foi esse paralelismo e essa coincidência de áreas que permitiu ao historiador holandês Heine-Geldern juntar todos esses dados numa única grande construção e por ela explicar as grandes linhas do povoamento do mundo oceânico e a origem das suas diferentes civilizações.

A sua teoria necessita hoje de alguns retoques: sabe-se, por exemplo, que as culturas se difundem por «irradiação» e não apenas por «convexão», isto é, que a sua difusão nem sempre tem por veículo um real movimento migratório, mas se processa, muitas vezes, por simples imitação e aprendizagem; sabe-se também que nem sempre se difundem em bloco, mas que sucede muitas vezes difundirem-se alguns dos seus elementos mas outros não; sabe-se, assim, que há contínuos movimentos de aculturação, isto é, de intercâmbio de elementos entre uma cultura e as outras com que entre em contacto. Por outro lado os mais recentes estudos de arqueologia revelaram que os factos se não apresentam muitas vezes com a simplicidade com que há uma trintena de anos se julgava: revelaram, por exemplo, que o aparecimento da agricultura e a passagem do mesolítico ao neolítico não se deram, na Insulíndia, de uma forma brusca como se supunha, mas por uma lenta e gradual transição; revelaram, por outro lado, que a «civilização do machado quadrangular» não é tão uniforme como se supunha, mas apresenta, tanto na técnica de fabricação do instrumento que lhe deu o nome, como em diversos outros aspectos, acentuadas variantes regionais.

De qualquer modo a teoria de Heine-Geldern, que outros autores perfilharam e desenvolveram, e estudos mais recentes em parte confirmaram, permanece de pé no que respeita às grandes linhas da história do povoamento da Oceânia e à origem das suas diferentes civilizações.

Admite-se assim que as primeiras grandes migrações do *Homo-sapiens* para esta região se tenham dado no fim do período das grandes glaciações do pleistoceno, provavelmente durante a glaciação de Würm; cerca de 7.000 a. C. essas vagas migratórias tinham atingido já a Tasmânia. Desconhecendo o barco, esses migrantes devem ter-se deslocado a pé, através da Insulíndia, aproveitando a descida do nível do mar, causada pela glaciação, que deixou a seco as grandes plataformas continentais de Sunda e de Arafura. Instalou-se assim na Austrália a raça australiana e uma civilização primitiva que, não tendo sofrido novas influências externas desde o mesolítico, nem evoluído de forma visível, se perpetua na dos actuais aborígenes australianos.

As vagas seguintes, provindas também do continente asiático, através da Insulíndia, encaminharam-se para a Melanésia; devem ter utilizado já embarcações rudimentares, pois as glaciações tinham passado e a Insulíndia era já, como hoje, um arquipélago. Com esta nova série de migrações entram na Oceânia a raça e as línguas papuas e a primeira civilização neolítica, a do «machado oval», de que as actuais civilizações da Melanésia são herdeiras directas; com ela aparece a agricultura de tubérculos, a criação de porcos e galinhas e a olaria. Estas migrações devem ter tido lugar entre 3.500 a. C. e 2.000 a. C.

O grupo seguinte foi o dos austronésios de raça clara e características europóides ou sub-mongolóides, que, oriundos provavelmente do Sul da China e Norte da Península Indochinesa, se espalharam pela Insulíndia a partir de 2.500 a. C. Com a sua migração difundiram-se as línguas malaio-polinésicas e a «civilização do machado quadrangular», comportando já o conhecimento da tecelagem, a domesticação do búfalo e a cultura dos cereais.

A migração dos austronésios parece ter seguido duas vias: um ramo desceu da Ásia pela Península de Malaca, de onde passou à Insulíndia, e, pelas ilhas de Sunda, à Melanésia, onde não penetrou profundamente espalhando-se sobretudo pelas regiões costeiras; o outro ramo deve ter descido pela Formosa e pelas Filipinas até à Micronésia, de onde partiu a colonizar as inúmeras ilhas do Pacífico. A Micronésia foi, provavelmente, atingida por essa migração entre 500 e 300 a. C.; a Polinésia apenas nos primeiros séculos da nossa era. Nesta zona as ilhas mais cedo colonizadas devem ter sido as de Samoa, Tonga e da Sociedade; daí, pelo século VII, devem ter irradiado para Hawai, Marquesas, Tuamotu e ilha de Páscoa. A Nova Zelândia atingida por uma primeira vaga no século X, foi colonizada maciçamente pela «Grande Frota», que cerca de 1350 da nossa era aí arribou, vinda das ilhas da Sociedade. Esta migração de ilha em ilha foi possível graças ao uso do beiro — que permitiu também a um grupo oriundo do primeiro ramo expandir-se através do Índico, a partir de Samatra ou Java, e atingir, nos primeiros séculos da nossa era, Madagascar[6] e mesmo a costa africana.

Nas suas navegações os austronésicos devem mesmo ter atingido as costas da América, de onde trouxeram a batata doce, que, sendo indubitavelmente de origem americana, era já cultivada na Oceânia e na Insulíndia antes das grandes navegações ibéricas dos séculos XV e XVI.

A última grande migração deve ter-se dado na 2.ª metade do último milénio a. C., e introduziu na Indonésia a raça deutero-malaia, de características já francamente mongolóides. É possível — a hipótese foi posta por Sarrasin no começo deste século — que tenha sido ela quem introduziu na Insulíndia o uso dos metais. De qualquer modo, espalhado por uma migração ou dado a conhecer pelas relações comerciais, o uso dos metais difunde-se com a influência da civilização de Dong Son nessa mesma época: a partir de cerca de 500 a. C.

No aspecto linguístico esta migração não parece ter introduzido na Indonésia elementos relevantes: ou porque esses povos embora racicamente distintos dos proto-malaios falassem já, na origem, línguas da mesma família, ou porque a migração se tenha dado por lenta infiltração e os recém-chegados tenham adoptado a língua dos que os precederam, a verdade é que a oposição que existe no campo rácico entre proto-malaios das ilhas orientais e do interior das grandes ilhas ocidentais e deutero-malaios do litoral destas últimas não existe no campo linguístico: todos falam línguas da mesma família, a grande família malaio-polinésica[7].

---

[6] Em Madagascar cerca de 4.000.000 de pessoas falam hoje línguas malaio-polinésicas. Embora a unidade dessa família de línguas e o consequente parentesco dos malgaches com os indonésios apenas no século passado tenham sido reconhecidos (por Alexandre de Humboldt, como dissemos), é curioso notar que já em 1645 o português Pascoal Barreto parecia ter a intuição desse parentesco, pois no seu *Pequeno Tratado da Ilha de Timor* escreveu: «a gente desta ilha é muito tímida; não professam armas de fogo; é gente que nas armas, trajo e em tudo o mais são como os naturais da ilha de S. Lourenço» — V.: Frazão de Vasconcelos, «Dois inéditos seiscentistas sobre Timor», in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano V, Lisboa, 1927, p. 76.

[7] Usa-se, por vezes, abusivamente o termo «deutero-malaio» para designar as populações da Insulíndia influenciadas pela civilização indiana, reservando o de «proto-malaio» para as que o não foram; ora não há entre a mongolização (fenómeno racial que caracteriza os «deutero-malaios» no sentido próprio do

As migrações seguintes não nos interessam já: todas — povos dos grupos linguísticos *mon-khmer*, *thai*, *tibeto-birmano* e *viet* — se desenrolaram fora do âmbito geográfico deste estudo, pois nenhuma delas transbordou da Península Indochinesa para o Arquipélago. À excepção da primeira, são, aliás, tardias: os *thai* estabeleceram-se no Sião no século XII, os birmanos atingiram o Pegu no século XVII, os *vietes* só concluíram a ocupação do Viet-Nam no século XVIII da nossa era.

Convém notar que todas estas sucessivas migrações se não devem ter dado de uma forma brusca e tumultuosa a modo de invasões, mas por lenta infiltração, e de uma maneira quase contínua. Não constituem, com efeito, uma série de fenómenos independentes, mas as sucessivas fases de um mesmo fenómeno: pois foi a crescente pressão demográfica no interior da Ásia que sucessivamente foi impelindo para a Insulíndia e daí para a Oceânia as diversas vagas de povos que aí se sucederam, que umas às outras, num movimento lento mas contínuo, se foram empurrando para zonas cada vez mais marginais.

*

Vista nas suas linhas gerais a história do povoamento do mundo oceânico é chegado o momento de vermos o que deixaram em Timor essas sucessivas vagas migratórias.

Das primeiras vagas de *homo-sapiens* que no fim da era glacial abandonaram o continente asiático para irem colonizar a Insulíndia e a Austrália há em Timor vestígios arqueológicos e prováveis vestígios rácicos; não há, que se saiba, vestígios linguísticos nem culturais. Quanto aos vestígios arqueológicos referimos já as «indústrias de lascas» e as pinturas rupestres do extremo oriental de Timor, umas e outras datáveis do período mesolítico. No aspecto rácico

---

termo) e a indianização (fenómeno cultural que caracteriza os «deutero-malaios» neste sentido translato) qualquer relação directa: há apenas uma aproximada coincidência geográfica, que só não é meramente ocasional porque resulta de um mesmo condicionalismo geográfico: o fácil acesso das costas de Samatra, Java e Bornéu, que possibilitou 500 anos a. C. a sua colonização maciça por populações mongolóides, e, 1.000 anos mais tarde, a sua assimilação à civilização da Índia.

aparece com certa frequência um tipo físico vedo-australóide (isto é, com afinidades com os *Veddas* de Ceilão e com os aborígenes australianos) que representa, provavelmente, um vestígio das populações que no início do mesolítico povoavam a Insulíndia, de onde foram empurrados para a Austrália pelas vagas que lhes sucederam. Vimos já como no Camboja parece haver sinais de um idêntico substrato racial. Em Timor Português, segundo os estudos do Prof. Mendes Correia(em parte ultrapassados, mas ainda não substituídos) [8], o tipo vedo-australóide aparece em 11,8 % dos homens e 15,8 % das mulheres. Quanto a vestígios linguísticos, dada a falta de estudos especializados e sistemáticos, não se pode afirmar com segurança que os não haja em estado residual; até hoje, porém, não foi detectado qualquer parentesco entre as várias línguas faladas em Timor e as faladas no continente australiano. Vestígios culturais não admira que os não haja: pois sendo a civilização das vagas migratórias mais recentes incomparavelmente superior à das que as precederam, devem-na ter destruído por completo, substituindo-se-lhe mesmo entre as populações que pelo sangue delas descendiam.

O segundo grupo de migrantes deixou vestígios bem mais nítidos. Racicamente deixou como vestígio um tipo físico notório mesmo a uma observação rápida e superficial — não pela sua importância numérica, mas pelas suas características: o tipo papua-melanésio, de características negróides, que Mendes Correia identificou em 7 % dos homens e 7,6 % das mulheres que observou [9]. Esse tipo parece ser mais frequente no Timor Indonésio que na nossa Província, onde ocorre sobretudo em regiões montanhosas do interior: no Leste (concelho de Lautém) é bastante raro, facto que não deixa de ser curioso como veremos mais tarde. Arqueologicamente, há vestígios em Timor da «civilização do machado oval», que se admite ter sido introduzida pelas migrações melanésias.

Mas os vestígios mais interessantes desta vaga migratória é a linguística quem no-los fornece. Com efeito, falam-se em Timor algumas línguas que não pertencem à grande família malaio-polinésica, e que, por isso, e embora a sua genealogia e as suas afinidades não estejam ainda averiguadas, se classificam como «papuas». Este facto só tem paralelo na Insulíndia, na ilha de Engano e na de Halmahera, onde se encontram também línguas estranhas à família malaio-polinésica. Foi A. Capell quem, num estudo publicado na Austrália em 1944, reconheceu pela primeira vez a existência de línguas «papuas» (a que preferiu chamar «pre-austronésicas») na ilha de Timor. Das que apontou como tal não há dúvida de que três são nitidamente estranhas à família austronésica; são elas: o *macassai*, falado no concelho de Baucau e parte do de Viqueque[10]; o *fataluco*, falado no concelho de Lautém; e o *búnac*, falado na região entre Bobonaro, Fatu-lulic e Zumalai. A estas podemos acrescentar o *maclere*, falado na região de Iliômar, que parece ser um dialecto do *macassai*. Quanto ao *quêmac* (falado em Atsabe, Atabai e Maliana) estamos firmemente convencidos de que Capell se enganou ao classificá-lo como papua[11], pois as suas características são francamente austronésicas — a ponto de já um autor[12], por exagero em sentido oposto, o ter considerado um mero dialecto do tétum. Quanto ao *uaimoa* ou *uaimá* (falado numa pequena região a Sudoeste de Baucau) e ao *cairui* (falado no suco do mesmo nome, ao sul de Laleia), Capell hesitou, acabando por as considerar línguas híbridas ou de contacto; quanto à última, Hoppfer Rego reconheceu-lhe características francamente austronésicas, o que, tanto quanto se pode ajuizar de um conhecimento muito superficial, nos quer parecer também quanto ao primeiro. Tem sido, finalmente, mencionado entre as línguas papuas de Timor o *marai*, falado de um e outro lado da fronteira que separa os dois Timores, que na realidade parece não ser mais que uma variante do *búnac*[13].

---

[8] Espera-se para breve a publicação dos resultados das investigações do Prof. Doutor António de Almeida, que deverão trazer nova luz a este assunto.

[9] Os números de Mendes Correia não merecem uma confiança absoluta, pois foram obtidos a partir de uma amostra exígua, e portanto pouco representativa: 237 homens e 295 mulheres.

---

[10] Daremos mais adiante com mais pormenor a repartição geográfica aproximada das várias línguas de Timor. Tem-se escrito repetidas vezes que o *macassai* foi, possivelmente, trazido de Celebes por emigrantes de Macaçar; houve de facto, como veremos, numerosas incursões de macaçares na costa timorense; mas a hipótese de o *macassai* derivar da sua língua não tem qualquer espécie de fundamento, pois o *macassai* é uma língua papua, e o *macaçar* uma língua austronésica. Mendes Correia, iludido pela semelhança de nomes, perfilhou essa tese e procurou comprová-la com a semelhança de certos prefixos que aparecem em etnónimos de Celebes e em topónimos de Timor — facto demasiado insignificante para poder servir de alicerce a conclusões seguras.

[11] É essa também a opinião de Hoppfer Rego, expressa no estudo que adiante citamos.

[12] Osório de Castro, in *A ilha Verde e Vermelha de Timor*.

Quanto a vestígios culturais devemos começar por notar que em Timor se não encontram, como se encontram nas ilhas da Melanésia, civilizações mais arcaicas enquistadas no meio de civilizações mais evoluídas: sobretudo no aspecto material a civilização timorense é assaz uniforme, apesar da diversidade de línguas e de tipos físicos que caracteriza a ilha. Os vestígios culturais melanésicos que porventura existam encontram-se, portanto, no estado residual, como vestígios de um substracto anterior no seio de uma civilização estruturalmente austronésica. Segundo Ruy Cinatti encontra-se um testemunho indirecto da persistência de modos de vida mais primitivos no uso do termo, algo depreciativo, de *caladis*, com que se designam no litoral as populações da zona montanhosa do centro da Província, quase todas de língua *mambae*: com efeito a palavra *caladi*, em tétum (e *keladi* em malaio) significa propriamente «taro» ou «inhame»; o seu uso para designar os montanheses do interior remonta provavelmente à época em que estes desconheciam a cultura dos cereais, introduzida no litoral pelos austronésios, alimentando-se, como ainda hoje os papuas, de taro, inhame e outros tubérculos — facto que serviria de mofa às populações mais evoluídas do litoral, e teria dado origem à alcunha por que ainda hoje são conhecidos.

Além disso há, nas lendas, nas crenças e na arte popular alguns pontos de contacto entre Timor e a Nova Guiné; muitos deles representarão, provavelmente, sobrevivências em Timor de elementos melanésios — só estudos mais aprofundados poderão dizer se se trata, de facto, de vestígios de um substracto cultural comum, se o fruto de idênticas influências sofridas por uma e outra ilha (civilização megalítica, civilização de Dong Son, etc.).

O que é importante notar é que em Timor, ao contrário do que sucedeu na Melanésia a influência austronésia foi muito forte, provocando a desagregação das civilizações preexistentes; por isso, os vestígios das civilizações melanésias se apresentam como meros resíduos. De notar ainda que tão pouco há correspondência geográfica entre os vestígios rácicos, os culturais e os linguísticos. O tipo racial papua-melanésio é como vimos, sobretudo frequente na metade ocidental da ilha — onde se não encontram línguas papuas; e é, pelo contrário, raro, sobretudo no extremo leste — concelho de Lautém, onde os fatalucos falam uma língua por todos aceite como papua; e é exactamente nessa região que é mais frequente um tipo esbelto, de feições europóides, que lembra o dos polinésios ... É também entre os fatalucos que se encontra o tipo mais perfeito da habitação característica dos austronésios, a casa sobre pilares, vulgar em toda a ilha, mas que no concelho de Lautém apresenta uma elegância e uma profusão decorativa apenas comparáveis às dos Batak de Samatra e às de algumas ilhas da Polinésia. De notar também que é talvez entre os macassai — outro povo de língua papua — que se encontra mais desenvolvida a orizicultura — indubitavelmente estranha à primitiva civilização papua, apenas introduzida pela migração austronésia. Com efeito, enquanto que a maioria das populações de Timor apenas cultiva o arroz nas terras planas do litoral[14] ou dos terraços fluviais do interior, os *macassai* cultivam-no nas faldas da montanha, em socalcos irrigados, tal como fazem os balineses, e nas Filipinas os Ifugao e os Lepanto, construtores dos célebres socalcos do Norte de Lução.

---

[13] Tudo leva a crer que o nome *marai* derive do tétum *ema*: «gente» e *rai*: «terra», significando assim «gente da terra, nativo, indígena»; nesse caso o nome terá sido dado ao povo que o usa, pelos novos migrantes austronésicos, e confirmaria que esse povo preexistia, de facto, à migração dos austronésicos. Os *quêmac* designam-nos por *ema gae*, que significa o mesmo que em tétum *ema rai*; a si mesmos os *marai* designam-se por *búnac*.

Estes factos além de mostrarem claramente que é muito profunda a influência austronésica em Timor, mesmo nas populações que não trocaram pela dos últimos invasores a sua primitiva língua, provam à saciedade que nem a antropologia física nem a linguística chegam, só por si, para explicar toda a etno-história da Insulíndia e do Mundo Oceânico; as interpretações demasiado simplistas, com efeito, arriscam-se a deformar em vez de explicar as realidades, que se não deixam enquadrar na rigidez de esquemas demasiado geométricos.

O neolítico recente, marcado pela chegada dos austronésios portadores da «civilização do machado quadrangular» é na história de Timor como na de toda a Insulíndia, uma época fundamental.

---

[14] Os *quêmac* da região de Atsabe, Haubá e Morobo constroem igualmente socalcos irrigados, que utilizam também para a cultura do arroz, mas sobretudo para a da batata-doce.

No aspecto rácico essa migração introduziu na ilha o elemento hoje maioritário da sua população: o *proto-malaio*, que Mendes Correia identificou em 65,4 % dos homens e 53,7 % das mulheres que observou na nossa Província. No aspecto linguístico, introduziu em Timor a língua ou línguas de que derivam, com excepção das que foram já indicadas como papuas, todas as que hoje aí se falam: tétum, baiqueno, mambai, quêmac, tocodede, galoli, idaté, habo, lacalei, naueti e outras de menor importância. As próprias línguas papuas de Timor sofreram uma profunda influência do superstrato austronésio [15].

No aspecto cultural finalmente, a migração austronésia introduziu em Timor os elementos fundamentais de uma civilização que, preservada de novas influências externas e dotada de fraco dinamismo interno, atravessou praticamente incólume os séculos para atingir quase inalterada os nossos dias. Excluída a introdução dos metais, na segunda metade do último milénio antes de Cristo, e a de algumas novas espécies cultiváveis (como o milho e a mandioca trazidos pelos portugueses do Brasil e rapidamente divulgadas a partir do século XVII) a vida material das populações rurais timorenses de hoje em dia pouco deve diferir da dos seus antepassados de há três mil anos. Agricultura sobre queimadas e orizicultura irrigada, aliadas à recolecção de alguns produtos florestais espontâneos — de que o principal é o bambu, matéria-prima de inúmeros artefactos — deveriam então como hoje, ser a base da vida económica das populações timorenses; completá-la-iam, como hoje ainda, a criação de gado[16] (incluindo o bufalino, indispensável à lavra dos arrozais) e as pequenas indústrias artesanais: olaria, cestaria, cordoaria e fabrico de esteiras, tecelagem e trabalhos de ourivesaria.

---

[15] Veremos mais adiante que os sistemas de numeração do fataluco, do macassai e do búnac são, em parte, usurpados ao austronésio. O vocabulário dessas línguas apresenta, para além dos sistemas de numeração, numerosos préstamos austronésios; em fataluco, por exemplo, «cavalo» diz-se *cucha*, forma que parece derivar do austronésio (cf. tetum *cuda*, malaio *kuda*); «água» diz-se *ira*, forma que parece corresponder ao mambae *era*, provavelmente relacionado também com o malaio *ayer* ou *air*. O macassai tem, para «água», a forma *uai*, que corresponde ao hawaiano *wai*, samoense *vai*, tetum e galoli *ué*, etc. Note-se que só a comparação com línguas exteriores a Timor permite discernir quando as coincidências vocabulares entre línguas papuas e línguas austronésias de Timor correspondem a uma influência do superstrato naquelas, ou, pelo contrário, a uma influência do substrato nestas — pois, como notou Capell, no vocabulário das línguas malaio-polinésicas de Timor há numerosos termos aberrantes que representam, com toda a probabilidade, sobrevivências do substrato papua.

Finalmente a migração dos deutero-malaios, que se deu no limiar da era dos metais — para cuja divulgação deve ter contribuído — introduziu no quadro os últimos retoques. Se no aspecto linguístico o seu contributo parece irrelevante, no aspecto rácico introduziu em Timor um novo tipo, que, na estimativa de Mendes Correia, subsiste hoje em 15,8 % dos homens e 22,9 % das mulheres da Província. No aspecto cultural, além da introdução do uso dos metais, há a considerar a da influência de Dong Son, visível ainda hoje na arte popular timorense.

Assim ficou concluído, nas suas grandes linhas, o quadro étnico, linguístico e cultural de Timor. Veremos, a seu tempo, as pequenas modificações que no decorrer dos séculos sofreu — devidas a novas influências, surgidas no período proto-histórico (que, para Timor, vai do século VI da nossa era ao século XVI) e, finalmente, na época histórica (que vai do século XVI aos nossos dias).

---

[16] As espécies mais divulgadas são o porco, o búfalo e a cabra. Os dois primeiros têm uma significação mitológica, ligando-se o porco ao sexo feminino e o búfalo ao masculino. Nos casamentos o barbaque ou «preço» da noiva é tradicionalmente pago em búfalos pela família do noivo; a da noiva corresponde com igual número de porcos. Nos grandes «estilos» (sacrifícios da religião animista tradicional), como os de Bé-Malae, são obrigatoriamente sacrificados um búfalo e um porco — dualismo que como o de sol/lua significa a união dos sexos e, portanto, a universalidade. Esta concepção aparece em muitos outros povos da Insulíndia. Cf. Ruy Cinatti, «A Pescaria de Bé-Malae — Mito e Ritual», in *Geographica*, n.º 1, Lisboa, 1965, pp. 32 a 51.

BIBLIOGRAFIA :

— H. R. von Hekeren, *The Stone Age of Indonesia*, 1.ª edição, Haia, 1957; 2.ª edição, Haia, 1972.

— A. Meillet et Marcel Cohen, *Les langues du Monde*, par un groupe de linguistes sous la direction de ..., nova edição, Paris, 1952, vol. I.

— Jean Poirier, *Ethnologie régionale. I — Afrique Oceanie* (volume publié sous la direction de ...); Encyclopédie de la Pleiade, Paris, 1972.

— Gerhard Heberer, Gottfried Kurth e Ilse Schwidetz-Roening, *Antropologia* (redacção e coordenação dos professores...); trad. portuguesa; Enciclopédia Meridiano-Fischer, Lisboa, 1967.

— Henri V. Vallois, *Les races humaines*, P.U.F., Paris, 1948.

— G. Coedés, *Les états hindouisés d'Indochine et d'Indonesie*, Paris (1964).

— Charles Robequain, *Malaya, Indonesia, Borneo and the Philippines* (trad. do francês), Londres (1961).

— H. D. G. Hall, *A history of South East Asia*, 3.ª ed., N. York, 1970.

— Alain Huetz de Lemps, *Geographie de l'Oceanie*, P.U.F., Paris, 1966.

— Jean Delvert, *Geographie de l'Asie du Sud-Est*, P.U.F., Paris, 1967.

— Pierre Gourou, *L'Asie*, Paris, 1971.

— A. Frits Wagner, *Indonèsie — L'art d'un archipel*; «L'art dans le Monde», Paris, s/data.

— A. Bühler, T. Barrow e C. Mountford, *Océanie et Australie, l'Art de la Mer du Sud*; «L'art dans le Monde», Paris, s/data.

— A. A. Mendes Corrêa, *Timor Português — Contribuições para o seu estudo antropológico*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1944.

— Frederico José Hopffer Rego, *Situação Linguística de Timor* — Províncias Portuguesas do Oriente — Curso de Extensão Universitária — Ano lectivo de 1966/67; I.S.C.S.P.U., Lisboa.

— António de Almeida, «Contribuição para o estudo do neolítico do Timor Português», in *Estudos sobre a pré-história do Ultramar Português*, vol. I, Lisboa, J.I.U., 1960.

— Ruy Cinatti, «A Pescaria da Bè-Malae — Mito e Ritual», in *Geographica*, n.º 1, Lisboa, 1965, pp. 32 a 51.

— Ruy Cinatti, «As pinturas rupestres de Timor», in *Colóquio*, Lisboa, Abril de 1963.

— Frazão de Vasconcelos, «Dois inéditos seiscentistas sobre Timor», in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano V, Lisboa, 1927.

— Alberto Osório de Castro, *A Ilha Verde e Vermelha de Timor*, Lisboa, 1943.

II

A POSIÇÃO DAS LÍNGUAS DE TIMOR NO GRUPO MALAIO-POLINÉSICO

Vista nas suas grandes linhas a história da formação do povo timorense, é oportuno discutir alguns problemas com esse relacionados. Um dos mais interessantes é o da posição das línguas de Timor dentro do grupo malaio-polinésico[1].

O austronésio comum — a língua mãe de que derivam as diversas línguas malaio-polinésicas — devia possuir um sistema fónico relativamente complexo, simétrico, rico em oclusivas e africadas, mas pobre em fricativas; uma flexão nominal e uma flexão verbal de grande simplicidade mas, em compensação, uma larga possibilidade de formar palavras por meio de afixos, do redobro e da justaposição; uma total ausência da categoria de género gramatical ou de qualquer espécie de classe de concordância; um carácter relativamente sintético, facilitado pela riqueza dos sistemas de composição e derivação, que evitam o recurso a palavras-morfemas de significado meramente gramatical. Estes caracteres mantêm-se sobretudo nas línguas indonésias, particularmente nas mais ocidentais, como o malgache, o javanês (que são, com toda a probabilidade as que conservam uma estrutura mais arcaica) e, em menor medida, no malaio. As línguas polinésicas, pelo contrário, afastam-se destas características especialmente em três aspectos: o sistema fónico simplificou-se notavelmente pela desaparição de numerosas oclusivas (em parte substituídas por fricativas, ou pela oclusiva glotal surda, equivalente à *hamza* árabe), tornando-se geralmente assimétrico; a formação de palavras por afixação desapareceu ou restringiu-se muito embora no vocabulário das diversas línguas subsistam numerosas palavras originalmente derivadas, mas como vocábulos isolados, não motivados; desenvolveu-se um complexo sistema de partículas, palavras sem significado objectivo, que desempenham no sintagma uma função de relacionação, meramente gramatical — partículas essas que parecem ser antigos semantemas, a pouco e pouco esvaziados do seu significado objectivo.

---

[1] Mais interessante ainda seria o da relação das línguas papuas de Timor com as que possivelmente se lhe aparentam; mas não é possível, por enquanto, empreender tal estudo.

As línguas austronésicas de Timor formam, segundo Capell e outros autores, um grupo relativamente homogéneo com as de Ceirão e Aru, nas Molucas do Sul, com as do Leste das Flores, e, sobretudo, com as das pequenas ilhas vizinhas de Roti, Wetar, Leti e Kissar (as do Oeste das Flores ligam-se, pelo contrário, às de Sumba e Oeste de Sumbawa). Pelos seus caracteres fundamentais integram-se no grupo indonésio da família malaio-polinésica; mas, como vamos ver, apresentam em muitos aspectos características intermédias entre as línguas indonésias ocidentais mais bem conservadas (como o malgache, o javanês, o malaio e o tagalo [2]), e as línguas polinésias, mais evoluídas; algumas aproximam-se, em certos aspectos, das línguas melanésias.

No aspecto fonético as línguas de Timor apresentam, se bem que não tão desenvolvida, a mesma tendência das línguas polinésicas para a degradação das oclusivas, e, consequentemente, para a simplificação e assimetria do sistema consonântico.

Alguns exemplos, para ilustrar esta asserção: ao malgache *tani*: «lágrima», malaio *tangis* [3], corresponde em tétum *tanis*: «chorar», mas em tahitiano *ta'i*; mas já ao malaio *ubi*: «inhame» corresponde em tétum *uhi*: «batata doce», com uma fricativa no lugar da oclusiva, tal como no samoense *ufi*; ao tagalo *apoy*: «fogo», malaio *api*, corresponde em tétum *ahi*, em hawaiano *ahi*, em samoense *afi*. Esta tendência não se manifesta, aliás, do mesmo modo nem com a mesma intensidade em todas as línguas de Timor; assim, por exemplo, ao tagalo *baboy*: «porco», malaio *babi*, corresponde em tocodede *vavi*, em tétum *fahi*, em mambae e em galoli *hahi*; ao malaio *sukat*: «medir», corresponde em tétum *sucat*, mas em galoli *su'at*; ao tétum *acar*: «sagu» (talvez etimologicamente correspondente ao malaio *akar*: «raiz, fibra»), corresponde em galoli *a'ar*; ao malaio *ikan*: «peixe», tétum *ican*, maiori *ika*, corresponde em galoli *i'an*, em hawaiano e samoense *i'a*.

---

[2] Falado em Lução; hoje, língua oficial das Filipinas.

[3] O grupo *ng* representa em malaio uma nasal velar, isto é, um som que está para o *g* como o *n* está para o *d*, e o *m* para o *b*.

Em aparente contradição com esta tendência, o tétum parece responder normalmente com uma oclusiva, *d*, à africada malaia *j*: malaio *hujan*: «chuva», tétum *udan*; malaio *jalan*: «caminho, rua», tétum *dalan*. Mas nestes casos o galoli tem uma fricativa — *ussan*: «chuva», *salan*: «caminho» — o que parece provar que em tétum estamos perante um tratamento particular, ou um fenómeno secundário.

Mas mais que da comparação de palavras isoladas, esta tendência para a degradação das oclusivas ressalta com particular evidência da comparação dos sistemas fónicos das diferentes línguas. É o que fazemos no quadros seguintes, em que apresentamos os sistemas fónicos de algumas línguas austronésicas, isolando dentro de um rectângulo contínuo o sistema de oclusivas (perfeitas e africadas quando existam) e de um rectângulo tracejado o de nasais, que com aquele mantém, em regra, um certo paralelismo; as fricativas vão, de igual modo, ordenadas com aquelas pelo seu ponto de articulação, enquanto que as semi-vogais, mais difíceis de enquadrar num esquema sistemático, vão à parte.

Sistema do merina (principal dialecto malgache):

p	t	t^r	ț	k	
b	d	d^r	d̦	g	
m	n				l, y, w
f			s	H	(surdo)
v			z	h	(sonoro)

Sistema do malaio[4]

p	t	ch	k	
b	d	j	g	r, l, y, w
m	n	ny	ng	
s		h		

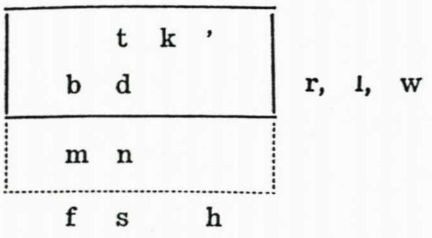
Sistema do tagalo

p	t	k	
b	d	g	r, l, y, w
m	n	ng	
	s	h	

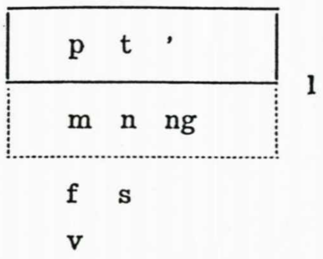
---

[4] O malaio pode escrever-se em caracteres árabes (escrita *jawi*) ou em caracteres latinos (escrita *rumi*); nesta última há três sistemas de transliteração: o inglês, usado na Malásia (que utilizamos neste trabalho), o holandês, usado na Indonésia, e o reformado (que quando entrar em vigor permitirá a unificação da escrita nos dois países). No sistema inglês, que aqui usamos, *ch* nota uma africada palatal surda (equivalente ao *ch* transmontano) e *j* a sonora correspondente; *ny* a nasal palatal (equivalente ao nosso *nh*), *ng* a nasal velar, *y* e *w* as semi-vogais correspondentes a *i* e *u*. A vogal neutra central (equivalente ao *e* feminino do francês, ou seja, com som entre o nosso *e* mudo e o nosso *a* mudo) é notada por *ê*. No sistema holandês a africada palatal surda é notada por *tj*, a sonora por *dj*, a nasal palatal por *nj*, o *i* semi-vogal por *j*, a vogal neutra por *e*, e o *e* pleno por *é*. No sistema reformado a africada palatal surda é notada por *c*, a sonora por *j*, a nasal palatal por *ñ*, a nasal velar por um caracter especial, o *i* semi-vogal por *y*, o *e* pleno por *é*, a vogal neutra por *e*. Há ainda diferença na transcrição dos fonemas semíticos que ocorrem nas palavras usurpadas ao árabe, que nos não interessam de momento. As restantes letras têm o valor normal que tinham no latim. Deve notar-se que a distinção gráfica entre *ê* e *e* (*e* e *é* na transcrição holandesa e na reformada) não aparece geralmente senão nas obras didácticas; por comodidade gráfica, e embora utilizemos neste trabalho a transliteração inglesa, usaremos para os dois *ee* a transliteração reformada: *e* para o *e* mudo, *é* para *e* pleno.

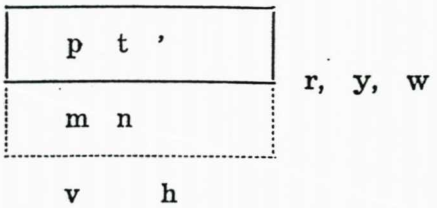
Sistema do tétum[5]


t k '
b d
r, l, w
m n
f s h

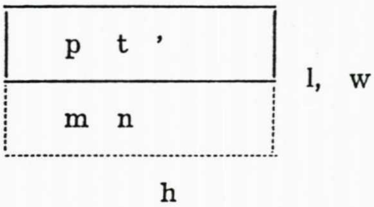
Sistema do samoense


p t '
l
m n ng
f s
v

Sistema do tahitiano



Sistema do hawaiano[6]



Da comparação destes quadros verifica-se facilmente:

1.° — que o tétum possui um sistema consonântico mais reduzido que o das línguas indonésias mais conservadoras, mas mais desenvolvido que o das línguas polinésicas: 13 fonemas consonânticos contra 21 no merina, 18 no malaio e 15 no tagalo, mas 10 no samoense e no tahitiano e apenas 8 no hawaiano;

---

[5] A ortografia vulgarmente utilizada no tétum — quando se escreve, o que é muito raro — calcada sobre a portuguesa, de que adopta todas as assimetrias, é ilógica, pois as assimetrias da nossa ortografia não têm em tétum qualquer justificação etimológica. Assim a gutural surda *k* é grafada por *k* antes de *e* ou de *i*, por *c* nas outras posições; e a sibilante surda *s* é grafada por *s* no início e no fim das palavras, e no interior por *c* antes de *e* e de *i*, e por *c* antes de *a*, *o* ou *u*.

[6] Nesta língua não há oposição fonológica entre *k* e *t* (nem entre *r* e *l*) que constituem variantes opcionais do mesmo fonema — predominando, contudo, na ilha de Hawai a pronúncia *k*, na de Kauai a pronúncia *t*. Esta última é a que corresponde à etimologia (o antigo *k* deu lugar ao *'*), e por isso nos exemplos que apresentamos optamos pela grafia *t*.

2.º — que o seu sistema de oclusivas é assimétrico, como o das línguas polinésicas, e ao contrário do das principais línguas indonésias;

3.º — que como estas e ao contrário daquelas possui algumas oclusivas sonoras.

Vejamos agora o que se passa em tétum quanto a um outro aspecto em que as línguas polinésicas divergem claramente das indonésias: a formação de palavras por afixação.

Afixação [illegible]

Nas línguas indonésias mais conservadoras há um rico sistema de prefixos, infixos e sufixos que permite formar de cada raïz numerosos vocábulos que exprimem, com diferentes cambiantes, o seu conteúdo semântico fundamental. Esses cambiantes são por vezes muito subtis, resultando que a diferença de sentido entre a forma simples e as compostas, ou de estas entre si se reduz, muitas vezes, a uma simples questão de conotação; os afixos têm, assim, nestas línguas, frequentemente uma função quase adverbial, semelhante à dos prefixos verbais, do grego ou do sânscrito. A afixação fornece nestas línguas tanto derivados verbais como derivados nominais.

Essa possibilidade mantém-se particularmente rica em tagalo, em que de uma raiz como *bása*: «ler» (que pode ser utilizada como palavra simples, com esse significado) se podem derivar por prefixação, infixação ou sufixação as seguintes formas verbais: *bumása*: «ler», *magbása*: «ler», *mábasa*: «ler involuntariamente», *mabása*: «ser capaz de ler», *makabása*: idem, *makibása*: «fazer o favor de ler», *pakibása*: idem, *magpabása*: «fazer alguém ler», *pabasáhin*: idem, *ibása*: «fazer alguém ler para outrém», *basáhin*: «ler alguma coisa» e *basáhan*, *mebasáhan* ou *pabasáhan*: «ler para alguém». Por meio de novos afixos de função mais nitidamente gramatical é possível de cada uma destas formas formar um imperativo, um pretérito, um presente, um futuro e um nome verbal.

O malgache apresenta uma riqueza comparável. O malaio é um pouco mais pobre; o seu sistema de afixos não se apresenta tão gramaticalizado como em tagalo, de modo que a afixação se apresenta mais como fenómeno de léxico que como fenómeno de gramática. Nesta língua são utilizados sobretudo os sete prefixos *di-*, *me-*, *ber-*, *ter-*, *pe-*, *ke-* e *memper-*, e os três sufixos *-i*, *-an* e *-kan*. Assim por exemplo, da raiz verbal *beli*: «comprar» (que pode ser utilizada como palavra simples) podem derivar-se as formas *berbelian*: «fazer compras», *membeli*: «comprar alguma coisa», *membelikan*: «comprar alguma coisa para alguém», *pembeli*: «comprador», *pembelian*: «compra», *terbelian*: «à venda, que se vende, que se pode vender» e *belian*: «mercadoria»; de um adjectivo como *keras*: «duro», podem derivar-se as formas *berkeras*: «persistir», *berkerasan*: «mutuamente persistente», *bersikeras*: «persistir», *kekerasan*: «dureza», *mengeras*: «endurecer, tornar-se duro», *mengerasi*: «usar de dureza, coagir», *memperkeras*: «endurecer uma coisa», *mengeraskan*: idem, *pengeras*: «endurecedor, que endurece» e *pengerasan*: «coacção, acto de dureza». Não existem como em tagalo afixos gramaticais que permitam formar diferentes «tempos» de cada verbo: a «conjugação» faz-se exclusivamente mediante palavras-morfemas amovíveis que exprimem — quando se pretende explicitá-las — todas as noções de modo, tempo e aspecto: os advérbios *sudah* ou *habis*, que significam «já, já feito, já acabado», antepostos ao verbo indicam o pretérito, os advérbios *akan*, *hendak*, *mahu* ou *nanti* o futuro; o seu uso é facultativo, podendo essas noções ficar simplesmente subentendidas.

No tétum a possibilidade de formação de palavras por afixação é muito mais reduzida. Assim, por exemplo, de um verbo como *tun*: «descer», apenas se pode derivar uma forma, o verbo causativo *hatun*: «fazer descer, baixar uma coisa»; de *ha*: «comer», *han*: «comida, alimento», e *hahan*: idem; de *mos*: «limpo», um verbo causativo, *hamós*: «limpar», etc. Há apenas um prefixo verbal verdadeiramente vivo e produtivo: o prefixo *ha*, com que se podem formar verbos causativos quer a partir de outros verbos (*sai*: «sair», *hasai*: «fazer sair, tirar»; *houris*: «viver», *hahouris*: «fazer viver», isto é, «parir»), quer a partir de adjectivos (*manas*: «quente, *hamanas*: «aquecer»; *foer*: «sujo», *hafoer*: «sujar»), quer de substantivos (*rai*: «terra», *haraic*: «descer, baixar, dignar-se, conceder»; *banin*: «sogro», *habani*: «casar, indo viver com os sogros») quer até de advérbios (*lai*: «já, depressa», *halai*: «correr, fugir»)[7].

---

[7] Em galoli o sistema de formação de verbos causativos mantém a mesma vitalidade; torna-se contudo difícil isolar o respectivo prefixo que parece

Também relativamente frequente, mas de vitalidade e produtividade nitidamente menores, é o prefixo *hac*[7a], que forma verbos intransitivos de sentido semelhante ao da voz média do grego e da voz atmanêpada do sânscrito (que em latim aparece cristalizado nalguns verbos depoentes). Por exemplo: *fera*: «partir, fender», *hacfera*: «partir-se, fender-se»; *doco*: «estremecer, balançar», *hacdoco*: «tremer, agitar-se»; *becic*: «perto», *hacbecic*: «aproximar-se»; *soloc*: «alegria», *hacsoloc*: «alegrar-se», etc.

Além destes prefixos, que formam verbos conjugáveis, há dois outros, relativamente frequentes, que formam substantivos e adjectivos verbais: o prefixo *ma-* que indica o resultado da acção ou o estado resultante da acção, formando adjectivos verbais (v.g., *hatene*: «saber, conhecer», *matenec*: «conhecedor, sabedor»; *hakerec*: «escrever, desenhar», *makerec*: «malhado, de várias cores, com desenhos»), e o prefixo *mac-* [7b] que forma nomes de agente (*sala*: «pecado», *macsalac*: «pecador»; *la'o*: «caminhar, viajar», *macla'oc*: «viandante»; *oho*: «matar», *macohoc*: «assassino»).

Outros prefixos aparecem mais raramente[8], e apenas num certo número de palavras em que o seu emprego cristalizou; são, no estado actual da língua, prefixos mortos ou improdutivos, que o falante pode utilizar nas palavras consagradas pelo uso, mas não

---

ter-se fundido com os prefixos pessoais com que se conjuga o verbo em pessoa e número: v.g., *mau*: «manso», *amau/ramau*: «amansar», *sa'e*: «subir», *asa'e/rasa'e*: «levantar, fazer subir»; *moras*: «limpo», *amoras/ramoras*: «limpar»; veremos mais adiante como se conjugam estes verbos.

[7a] Este prefixo é, provavelmente, o resultado da aglutinação do precedente com um elemento *c-*, muito frequente em tétum; esse elemento apresenta-se por vezes como um verdadeiro prefixo (v.g. *rai*: «terra», *craic*: «em baixo»; *laran*: «dentro», *claran*: «meio, centro»), por vezes como um mero fonema protético, facultativo e não significativo (*dooc* ou *cdooc*: «longe»; *foer* ou *cfoer*: «sujo»), resto talvez de um antigo prefixo que perdeu o valor semântico. Quanto ao elemento *ha-* que geralmente se apresenta como uma abreviação de *halo*: «fazer», a comparação com outras línguas mostra que se trata de um verdadeiro prefixo (que provavelmente figura também em *halo*).

[7b] É possível que este prefixo não seja mais que a partícula *mac* ou *maca*: «é que», que ocorre também em malaio (*maka*), agregada ao verbo como primeiro termo de composto.

na formação de novas palavras sobre o modelo daquelas; assim, por exemplo, o prefixo *ham-*, que forma verbos médios ou intransitivos (como o prefixo *hac-*) e aparece em *hamlaha*: «ter fome», *hamroc*: «ter sede», *hamric*: «estar de pé», *hamnaça*: «rir-se», etc. Há ainda vestígios de outros prefixos, não verbais, como *c-*, a que já aludimos.

həm-

Há um outro grupo de prefixos que desempenham uma função estritamente gramatical: os prefixos pessoais, que permitem a conjugação dos verbos em pessoa e número. O seu uso está em regressão no tétum (onde hoje se limita a escassas regiões e à «linguagem classicizante» da poesia e da oratória tradicional); mas mantém-se bem vivo no galoli e no baiqueno. Em tétum usam-se sobretudo nos verbos começados por *h-* (que são a grande maioria), permitindo conjugá-los segundo o paradigma seguinte:

singular	1.ª pessoa	*hau calo* ..	eu faço
	2.ª pessoa	*o malo* ...	tu fazes
	3.ª pessoa	*nia nalo* ..	ele faz

---

[8] Há elementos que às vezes são apresentados como prefixo e não o são; é o caso do elemento *sa-* em *sasuit*: «pente» (de *suit*: «alisar, pentear»), do elemento *ta-* em *tatihac*: «degrau» ou em *tatebec*: «estrebuchar». Estes elementos constituem um tipo de morfema distinto do afixo: o redobro. No afixo o morfema é constituído por uma forma fonética fixa; no redobro pelo facto de se repetir a primeira sílaba do semantema — a sua forma concreta varia, portanto, de caso para caso. Este tipo de morfema é muito comum em quase todas as línguas malaio-polinésicas, sob duas formas principais: o redobro incompleto (em que se repete apenas uma sílaba) e o completo (em que se repete a palavra inteira). Nos exemplos acima indicados estamos perante o primeiro caso: redobro incompleto, com vocalismo fixo *a* (semelhante ao dos perfeitos indo-europeus); em tétum aparece cristalizado nalguns vocábulos mas em galoli mantém uma grande vitalidade: v.g., *né*: «dar», *nané*: «dádiva», *mane*: «cozer», *manane*: «cozido»; *sena*: «frigir», *sasena*: «frito», *raça*: «alto», *raraça*: «altura», etc. Não nos ocupamos aqui do redobro completo (que conserva na maioria das línguas uma certa vitalidade) uma vez que se distingue nitidamente dos prefixos, ponto que agora estamos tratando.

plural	1.ª pessoa inclusiva[9]	*ita*	*halo* .	nós fazemos
	1.ª pessoa exclusiva[10]	*ami*		nós outros fazemos
	2.ª pessoa	*imi*		vós fazeis
	3.ª pessoa	*sira*	*ralo* . .	eles fazem

Em galoli o paradigma é semelhante, notando-se contudo algumas diferenças nos prefixos, sobretudo no plural; v.g., *ga'u una, go muna, ni nuna, gita tuna, gami runa, mi runa, sia runa*: «eu faço, tu fazes ..., etc.».

É interessante notar que este sistema de conjugação, comum a várias línguas de Timor e, segundo Capell, às de Ceirão, se não encontra nem no malaio, nem no tagalo, nem no malgache — línguas em que, no entanto, a afixação mantém uma função lexicológica muito mais importante. Mesmo em malgache e tagalo, línguas em que o verbo é conjugável por formas sintéticas, em tempo e modo, não existe conjugação em pessoa e número[11].

Quanto à formação de «tempos» verbais o tétum aproxima-se do malaio e não do tagalo e do malgache, isto é, utiliza exclusivamente formas analíticas: *hau calo*: «eu faço», *hau calo ona*: «eu já fiz, eu fiz» (*ona*: «já»), *hau sei calo*: «eu farei, eu hei-de fazer» (*sei*: «ainda»); tal como em malaio a especificação das noções modais, temporais e aspectuais é facultativa, podendo ficar subentendida [12].

---

[9] Isto é, incluindo a pessoa a quem se fala. Portanto *ita* = nós = eu + tu (+ outros).

[10] Isto é, não incluindo a pessoa a quem se fala. Portanto *ami* = nós = eu + outros. Pode chamar-se também forma opositiva, porque opõe *nós* a *vós*.

[11] Os prefixos que em tétum entram na conjugação verbal aparecem em malaio e em tagalo mas como sufixos possessivos, que propostos aos substantivos permitem (como nas línguas semíticas) decliná-los possessivamente. Em malaio usam-se apenas no singular *rumah*: «casa», *rumahku*: «minha casa», *rumahmu*: «tua casa», *rumahnya*: «casa dele». Em tagalo usam-se tanto no singular como no plural: *bahay*: «casa», *báhay ko*: «minha casa», *báhay mo*: «tua casa», *báhay niyá*: «casa dele», *báhay nátin*, «nossa casa» (inc.), *báhay námin*: «nossa casa» (exc.), *báhay ninyó*: «vossa casa», *báhay nila*: «casa deles». Este tipo de «declinação possessiva» ou «conjugação nominal» não se encontra em tétum, mas aparece, por exemplo, em baiqueno; em galoli parece estar em regressão, usando-se apenas três sufixos: *-c* para a 1.ª pessoa do singular, *-n* para a 2.ª e 3.ª, *-r* para as do plural — o que, para explicitar o possuidor, obriga ao emprego de formas hipercaracterizadas ou pleonásticas, em que o emprego do sufixo coexiste com o do adjectivo possessivo: *ga limac*: «a minha mão», *go liman*: «tua mão», *ni liman*: «sua mão», *gita limar*: «nossas mãos», *mi limar*: «vossas mãos», etc.

Sufixos:

No que respeita a sufixos, o tétum apresenta vestígios de pelo menos três: *-s* (v.g., *rua*: «dois», *ruas*: «dois a dois, um par»), *-c* (*ida*: «um», *ida-idac*: «cada um»; *tiha*: «pescar», *mactihac*: «pescador») e *-n* (*loro*: «sol», *loron*: «dia»; *lima*: «cinco», *liman*: «mão»). O último (provavelmente correspondente ao sufixo de derivação nominal malaia *-an*) é o mais vulgar: aparece frequentemente como sufixo de derivação nominal, desaparecendo, pelo contrário, nos verbos denominativos derivados dos nomes em que figura: *banin*: «sogro», *habani*: «casar, indo viver com os sogros»; *folin*: «preço, valor», *hafoli*: «casar, dando pela mulher um certo valor ou dote(o barlaque)»; *fen*: «mulher, concubina», *hafé*: «juntar-se com uma mulher». Ocorre também em muitos compostos por justaposição: *ué*: «água», *matan-uén*: «água dos olhos», isto é, «lágrima», *suçu-uén*: «água das tetas», isto é, «leite». Este sufixo serve também para substantivar a partícula possessiva *nia* (quando a coisa possuída não é mencionada), *liurai nia uma*: «a casa do liurai», mas [*uma*] *liurai nian*: «a [casa] do liurai»; serve assim para transformar os adjectivos possessivos em pronomes: *hau nia surat*: «o meu livro», *surat ne'e hau nian*: «este livro [é] meu» [13]. Este sufixo é o único que conserva vitalidade; esvaziou-se, porém, quase totalmente de conteúdo semântico, quedando reduzido na maior parte dos casos a um mero morfema classificatório, de função simplesmente formal; nos compostos (como *matan-uen*) a sua função é quase gramatical (muito semelhante, por exemplo, à do «estado constructo» do hebraico).

Corolário desta desagregação do sistema de prefixos e sufixos, sucede, por vezes, manterem-se cristalizadas formas originalmente derivadas, de que desapareceu a respectiva forma simples; assim, por exemplo, *hatene*: «conhecer» e *matenec*: «conhecedor» pressupõem uma forma **tene* que se não usa; *halirin* e *malirin* pressupõem **lirin* que também se não usa; etc.

---

[12] O mesmo em galoli: *ga'u liêbun*: «eu falo», *ga'u liêbun ba*: «eu falei» (*ba*: «já»), *ga'u ok liêbun*: «eu falarei»; *ga'u liêbun ruk*: «eu estava falando, eu continuei a falar», etc.

[13] Apresenta-se, em geral, a diferença entre *nia* e *nian* como meramente eufónica; dada a função do elemento *-n* nos outros casos, quer-nos, porém, parecer que é antes morfológica.

Nas línguas polinésicas passa-se algo de muito semelhante; assim, por exemplo, enquanto que em malgache temos a raiz *tau*: «fazer» (cf. tétum *tau*: «pôr») e o verbo derivado *manau*: «fazer, dizer, pensar», em hawaiano existe *manao*: «pensar», mas *tau* desapareceu. Tal como em tétum a possibilidade de formar verbos por afixação queda praticamente reduzida à formação de verbos causativos, por meio de um prefixo correspondente ao tétum *ha*, que aparece sob as formas *ha*, *ho*, *ha'o*, *faka*, *fa'a*, *fo'o*, *whaka*, etc., conforme as línguas. Exemplos: hawaiano *tomo*: «entrar», *ho'otomo*: «fazer entrar, meter» (cf. tétum: *tama*: «entrar», *hatama*: «fazer entrar, meter»); samoense *paia*: «santo», *fa'apaia*: «benzer»; *pa'û*: «cair», *fa'apa'û*: «deixar cair»; *tau*: «preço», *fa'atau*: «comprar» ou «vender».

Nestas línguas há outros afixos, de carácter gramatical, que servem para formar a voz passiva e para conjugar os verbos em número (mas não em pessoa); e afixos de carácter lexical que, tal como em tétum, se apresentam mais ou menos cristalizados no vocabulário, sem a vitalidade que lhe encontramos em malgache, tagalo ou malaio.

Se neste aspecto o tétum e as demais línguas de Timor se aproximam mais das da Polinésia que das da Indonésia, no emprego das partículas, ficam, pelo contrário, mais próximas destas que daquelas.

O uso de partículas (palavras vazias de conteúdo semântico objectivo, e de função meramente gramatical) desenvolveu-se muito nas línguas polinésicas. O seu emprego é muito subtil, e difícil, por vezes, de resumir em regras simples; uma das suas funções é definir as relações entre as várias partes do sintagma; por vezes exprimem também noções concretas, como a de número gramatical.

Na frase samoense *'o le onosa'i 'o le amiolelei*: «a paciência [é] uma virtude», por exemplo, encontramos duas partículas: *'o* e *le*; a primeira usa-se antes do sujeito quando precede o verbo (que aqui não é expresso, por não existir nesta, como na maioria das línguas austronésicas, verbo de cópula), antes do nome predicativo, antes do aposto, etc.; a segunda tem um sentido próximo do do nosso artigo definido, e, ao mesmo tempo, indica pela sua presença o singular, pela sua omissão o plural.

Em línguas como o maori e o hawaiano o uso das partículas é ainda mais complexo e mais subtil; por exemplo em hawaiano *ta hale a Teawe* significa «a casa de Teawe», isto é, «a casa construída por Teawe»; *ta hale o Teawe*: «a casa de Teawe» no sentido de «a casa em que Teawe vive», exprimindo as partículas *a* e *o* respectivamente uma relação possessiva activa e uma relação possessiva passiva.

Em tagalo, língua noutros aspectos bem conservadora, desenvolveu-se igualmente um sistema rico e flexível de partículas que falta na maioria das línguas indonésias. Assim uma frase como «Helena cozinhou a galinha» traduz-se por *Si Elena ay nagluto ng manuk*, em que *si* é uma partícula de sentido semelhante ao do nosso artigo definido que se antepõe ao sujeito quando este é uma pessoa; *ay* uma partícula que segue o sujeito quando ele precede o verbo (*nagluto*) e *ng* uma partícula de sentido também idêntico ao do nosso artigo definido, mas que se usa antes do complemento directo quando este é uma coisa. Há assim duas séries de partículas que identificam as diversas partes da oração, usada uma com os nomes de pessoas, outra com os de coisas, constituindo assim o que numa terminologia classicizante poderíamos chamar uma espécie de artigo declinável, com dois géneros, um pessoal outro não-pessoal: para pessoas *si* para o nominativo e acusativo, *ni* para o genitivo (que se usa também para o agente da passiva) e *kay* para o dativo, no singular; no plural respectivamente *sina*, *nina* e *kina*; para coisas, no singular, *ang* para o nominativo, *ng* para o genitivo e para o acusativo, *sa* para o dativo; no plural, respectivamente *ang*, *mga*, *ng mga* e *sa mga*.

Em tétum, embora se possam utilizar diversas partículas para explicitar por exemplo o número gramatical, não há um sistema completo e obrigatório de partículas: «a mulher assou a galinha» pode traduzir-se sinteticamente por *feto tunu manu*, em que o sujeito (*feto*) e o complemento directo (*manu*) são identificados apenas pela respectiva posição em relação ao verbo (*tunu*). O mesmo se passa em malaio: *budak makan roti*: «as crianças comem pão».

Há, porém, um aspecto em que o tétum coincide, curiosamente, com as línguas polinésicas: o uso de partículas direccionais, *mai* e

---

[14] *Atu* existe também em tétum, mas é uma preposição que significa «para», usando-se, aproximadamente, nos mesmos casos em que em inglês se usa *for*; nos casos em que em inglês se usa *to* usa-se em tétum *ba*. A tendência parece, aliás, ser para *ba* invadir o campo semântico de *atu*.

ba em tétum, *mai* e *la'a* em galoli, *mai* e *atu*[14] no maioria das línguas polinésicas. Pospostas ao verbo (em tétum vêm normalmente no fim da oração) indicam a direcção em que se realiza a acção por ela expressa: *mai* indica um movimento em direcção ao sujeito falante, *ba* (*la'a* em galoli, *atu* em polinésico) um movimento no sentido oposto. O uso destas partículas permite à língua economizar semantemas, exprimindo pelo mesmo verbo com uma ou outra partícula noções que na maioria das línguas são expressas por dois verbos distintos; exemplos: tétum, *hodi mai*: «trazer», *hodi ba*: «levar»; galoli, *rodi mai* e *rodi la'a*: idem; samoense, *fa' atau mai*: «comprar», *fa' atau atu*: vender». Em tétum são também essas partículas que servem para introduzir o complemento indirecto: *fo surat ne'e mai hau*: «dá-me esse livro», *fo bican ne'e ba Antoni*: «dá este prato a António»; a preposição correspondente ao nosso *a* traduz-se no primeiro caso por *mai*, porque o movimento se dá na direcção do falante, no segundo por *ba*, porque se dá em sentido inverso (o mesmo se passa em galoli: *ni nodi surat nehe mai ga'u*: «ele traz-me uma carta», *ni nodi ga cúdac la'a namo*: «ele leva o meu cavalo à várzea»). Servem ainda (como as partículas francesas *-ci* e *-la*) para distinguir um objecto mais próximo de outro mais afastado, juntando-se ao demonstrativo *ne'e*: *uma ne'e mai* ... *uma ne'e ba*: «esta casa ... aquela casa» (cf. *cette maison-ci* ... *cette maison-la*).

Em hawaiano podem ser também usadas como preposições, significando *mai*: «de, desde» e *atu*: «para, até»: *mai Honolulu atu i Tailua*: «de Honolulu a Kailua».

Mais notável que esta latitude e variedade de empregos é o facto de em tétum (e em galoli) estas partículas poderem ser usadas em sentido pleno, como verdadeiros semantemas: *mai* usado como verbo significa «vir», *ba* (*la'a* em galoli) significa «ir»: *Mau Bere mai houci foho*; *Leki Mau ba taci-ibun*: «Mau Bere veio da montanha»; «Lequi Mau vai à praia». É possível que seja este o seu uso primitivo, representando o seu emprego como morfemas uma atenuação ou esvaziamento semântico; se assim é, o tétum (e o galoli) conservam o estádio de transição entre o primitivo uso destes significantes como semantemas e a sua transformação em simples morfemas, que encontramos concluída nas línguas polinésicas.

Os factos que apontamos mostram que entre as línguas de Timor e as da Polinésia há, na fonética como na morfologia e na sintaxe, alguns pontos de contacto — apesar de as línguas timorenses se integrarem no grupo indonésio e terem com as demais deste grupo o mais próximo parentesco. Se constatar esse facto é relativamente fácil, mais difícil se torna explicá-lo. Tudo leva a crer, com efeito, que as populações de Timor e as da Polinésia descendem de dois ramos diferentes da família austronésica: estas, do que pela Formosa, Filipinas e Molucas passou à Micronésia e daí à Polinésia; aquelas, do que pela Península de Malaca e ilhas de Sunda se espalhou pela Insulíndia. Representarão, apesar disso, aqueles pontos de contacto entre umas e outras línguas, um verdadeiro parentesco, ou, pelo contrário, resultarão, simplesmente, de um desenvolvimento paralelo de tendências evolutivas que existiam já potencialmente, na língua primitiva de que todas derivam? É uma questão para que nos não atrevemos a sugerir resposta ...

Uma outra característica de algumas línguas de Timor conduz-nos, pelo contrário, à Melanésia: a existência de um sistema de numeração quini-decimal.

Enquanto que o tétum, o baiqueno, o quêmac e o galoli possuem, como as demais línguas da Indonésia e da Polinésia, um sistema de numeração decimal, o mambae, o tocodede e o naueti têm um sistema quini-decimal. Este facto tem paralelo nalgumas línguas melanésicas: o *sesake* (falado na ilha de Vate, Novas Hébridas) tem um sistema quinário (10 diz-se *dua lima*, isto é, 2 × 5); o *mota* (língua veicular nas ilhas Banka) tem um sistema quini-decimal idêntico ao do mambae, do tocodede e do naueti; o *nengoné* (falado na ilha de Maré, arquipélago de Lealdade) um sistema vigesimal com vestígios quinários[14a].

Tal como os factos precedentemente apontados esta coincidência não pode ser, por ora, cabalmente explicada[15].

No quadro junto incluso apresentamos, em paralelo, os sistemas de numeração das principais línguas de Timor (austronésicas e papuas) e os de outras línguas da área. Da observação deste quadro ressalta, além do facto que acabamos de apontar:

[14a] Passa-se o mesmo com as línguas do grupo *mon-khmer* ou austro-asiático.

[15] Aguarda-se para breve a publicação de um estudo do Dr. Hoppfer Rego sobre os sistemas de numeração das várias línguas de Timor, que deverá fazer nova luz sobre o assunto.

1.º — que há uma grande semelhança entre todas as línguas austronésicas;

2.º — que há grandes diferenças não só entre elas e as línguas papuas, mas também de estas últimas entre si;

3.º — que as línguas melanésicas, embora tendo semelhanças nítidas com as indonésias e polinésicas, divergem mais de umas e de outras do que elas entre si;

4.º — que os sistemas de numeração das línguas papuas de Timor contêm, indubitavelmente, elementos usurpados às línguas austronésicas — préstamo tanto mais natural quanto é verdade não possuir a maior parte das línguas reconhecidamente papuas qualquer espécie de numeração [16].

O estudo comparativo das línguas de Timor e das ilhas circunvizinhas pode ajudar a resolver um problema histórico interessante: se houve apenas uma migração austronésica em Timor, se várias. No primeiro caso a diversidade de línguas que actualmente se observa na ilha será simplesmente o resultado de uma evolução divergente *in loco*; no segundo, o resultado da sobreposição de sucessivas populações, de língua já precedentemente diversificada. No primeiro caso será natural que as várias línguas de Timor apresentem um parentesco mais cerrado entre si que com as das outras ilhas; no segundo é mais provável que as afinidades sejam maiores entre línguas de ilhas diferentes, mas correspondentes à mesma vaga migratória, que entre as línguas da mesma ilha correspondentes a diferentes vagas.

Capell supôs que foi dupla a invasão de Timor pelos austronésios, entrando uns por leste, outros por oeste; Hoppfer Rego admite, como hipótese, uma terceira, a dos *galoli*, pelo centro.

Os factos linguísticos que acima apontamos são, só por si, insuficientes para servir de alicerce a qualquer conclusão segura; só estudos mais profundos e detalhados, que permitam estabelecer com rigor uma carta de isoglossas significativas poderão levar a conclusões seguras e interessantes. Tanto, porém, quanto os aspectos apontados permitem aventar hipóteses, quer-nos parecer que o facto de haver línguas com numeração quino-decimal e línguas com numeração decimal, dispostas de forma descontínua (o *naueti*, de sistema quini-decimal, fica encravado entre línguas papuas, e separado do *mambae* e do *tocodede* por uma extensa zona de *macassai* e *tétum*; o *quêmac* fica separado pelo *mambae* e pelo *tocodede* das demais línguas de sistema decimal, apenas contactando com o *tétum* na região de Balibó) sugere que haja pelo menos dois estratos: um englobando as línguas de sistema quini-decimal, correspondente a uma primeira vaga austronésia, relacionada, provavelmente, com a que se dirigiu para as ilhas da Melanésia (onde sobrevivem sistemas de numeração semelhantes); outro, formado pelas línguas com numeração decimal. Em abono desta hipótese podem aduzir-se dois factos: primeiro, o de o *mambae* (a principal língua de numeração quinária) se apresentar foneticamente mais usado que o tétum e o galoli; segundo o de, pelo menos em parte, os povos de língua *mambae* se considerarem autóctones, salvos *in loco* de um dilúvio sobrevindo nos primórdios da história do mundo — enquanto que a maioria dos outros povos conserva a tradição de ter vindo de fora[17]. Por outro lado, como veremos, vários indícios sugerem que a difusão do tétum seja recente; tratar-se-á de uma terceira vaga migratória, ou, pelo contrário, apenas da expansão recente (a partir de uma zona mais restrita que antes ocupasse) de um povo já há séculos estabelecido em Timor? Eis uma das numerosas questões que, por ora, terão de ficar sem resposta.

---

[16] Algumas têm só os números correspondentes a 1 e 2; outras vão até 4 ou 5.

---

[17] Muitas famílias da nobreza conservam a tradição de provirem de Malaca ou de Larantuca (Flores); ora como é sabido foi de Malaca e de Larantuca, onde já se tinham estabelecido, que os portugueses partiram para se estabelecer em Timor. A origem malaqueira ou larantuqueira pode ser autêntica no caso de famílias de origem mestiça (há casos históricos conhecidos); nos outros casos pode tratar-se, simplesmente, da identificação de um remoto e inidentificado lugar de origem, cuja localização caiu no esquecimento, sabendo-se apenas ser exterior à ilha, com lugares conhecidos através de uma história suficientemente recente para permanecer na tradição oral. Não é, aliás, totalmente inverosímil que pelo menos parte da população timorense tenha vindo das Flores ou mesmo da Península Malaia.

BIBLIOGRAFIA :

— J. Mattoso Câmara Jr., *Princípios de Lingüística Geral*, Rio de Janeiro, 4.ª ed., 1972.

— Artur Basílio de Sá, *Textos em teto da literatura oral timorense*, Lisboa, J.I.U., 1961.

— P.e Abílio José Fernandes, *Método prático para aprender o tetum*, Macau, 1937.

— P.e Manuel Maria Alves da Silva, *Noções de gramática galoli*, Macau, 1900.

— P.e Manuel Patrício Mendes, *Dicionário Tétum-Português*, Macau, 1935.

— P.e Manuel Maria Alves da Silva, *Dicionário português-galoli*, Macau, 1905.

— A. A. Mendes Corrêa, *Timor Português — Contribuições para o seu estudo antropológico*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1944.

— A. Meillet et Marcel Cohen, *Les langues du monde*, par un groupe de linguistes sous la direction de ..., nova edição, Paris, 1952, vol. I.

— M. B. Lewis, *Teach yourself Malay*, Londres, 1965.

— John B. Kwee, *Indonesian*, Teach yourself books, Londres, 1971.

— C. C. Marsack, *Samoan*, Teach yourself books, Londres, 1970.

— Paraluman S. Aspillera, *Basic Tagalog* for foreigners and non-tagalogs, Tuttle, Tokyo, 1973.

— W. D. Alexander, *A short synopsis of the most essencial points in Hawaiian Grammar*, Tuttle, Tokyo, 1973.

— M. Faublée, *Abregé de langue malgache* (policopiado); École Nationale des langues orientales vivantes, Paris.

— John M. Echols e Hassan Shadily, *An Indonesian — English Dictionary*, 2.ª ed., Cornell, N. York, 1963.

— Abdul Rahman Bin Yusop, *Malay Gem Dictionary*, Collins, Londres e Glasgow, 1970.

— Jose Villa Panganiban, *Concise english-tagalog dictionary*, Tuttle, Tokyo, 1970.

III

O USO DO TÉTUM COMO LÍNGUA VEICULAR NO TIMOR PORTUGUÊS

Embora a língua falada no Timor Português por maior número de pessoas seja o mambae, o tétum é, de longe, a língua mais conhecida e divulgada. Excepto no extremo leste da ilha (especialmente no concelho de Lautém) e no Oé-cussi, onde há pouca gente que o entenda, o tétum é a «língua franca», a língua veicular em todo o Timor Português, e ainda na região fronteiriça do Timor Indonésio (onde, aliás, é, na maior parte da zona, a língua própria).

Deve notar-se que este tétum falado fora da área original não é tão puro nem tão rico como o falado nas regiões em que é língua vernácula — o que é natural. Está hoje, também, muito mais mesclado de termos portugueses que o tétum original, o que resulta em parte da influência de Díli, onde a presença portuguesa é mais forte, em parte de concorrer com o português como língua de relação.

O tétum «clássico», falado na sua área original, costuma designar-se por *tetun teric* (*teric*: «falar») ou *tetun los* (*los*: «recto, correcto»); o tétum vulgar, utilizado como língua veicular fora da área primitiva, por *tetun Dili* ou *tetun praça*, o que é equivalente (os nativos designam geralmente Díli por *praça*, ou, numa forma mais acomodada à fonética do tétum, *baraça*: «praça de armas, praça-forte»)[1].

O como e o porquê da divulgação do tétum como língua franca nunca foram cabalmente explicados. Ouvem-se frequentemente duas explicações para o fenómeno, ambas pouco convincentes.

---

[1] O tétum utilizado como língua veicular no interior da Província não é, em regra, tão impuro como o falado em Díli; este, porém, tende a divulgar-se e a substituir aquele.

Uma delas é totalmente inverosímil: o tétum teria sido difundido pelos missionários a partir da missão de Soibada — sita numa das áreas em que o tétum é língua própria. Esta explicação não é de aceitar, pois a missão de Soibada foi fundada em 1898, e há testemunhos muito anteriores da difusão do tétum como língua franca. Há mesmo alguns testemunhos directos: o dicionário de Rafael das Dores, publicado em 1903[1a], começou a ser compilado em 1871, portanto, mais de 20 anos antes da fundação daquela missão. Isto não significa que os missionários não tenham contribuído para consolidar a sua posição: com efeito o tétum foi por eles adoptado em toda a Província como língua de catequese e de oração — excepto no Oé-cussi onde se usa o vaiqueno e na região de Manatuto em que se usa o galoli — imprimindo-se nessa língua catecismos e livros de orações, além de gramáticas e dicionários.

Por outro lado, já Henry O. Forbes em 1885 escrevia: «tetu is more or less the *lingua franca* of East Timor» — o que prova à saciedade que a sua difusão não resulta da projecção cultural da Soibada, fundada 13 anos mais tarde. O período de 76 anos que decorreu desde essa fundação aos nossos dias, é aliás, demasiado curto para uma tão lata difusão — que não teve, note-se, como veículo nem a escrita nem um ensino organizado.

A outra explicação é a de que o tétum se teria difundido como língua franca a partir de Díli, onde a capital da Província foi colocada em 1769. Esta explicação também não parece satisfatória.

Em primeiro lugar Díli parece não ter sido originalmente zona de tétum. Ainda hoje o tétum é falado apenas na cidade e nos subúrbios; em toda a zona rural adjacente quer a Sul (a partir de Dare), quer a Leste (a partir da Hera), quer a Oeste (a partir de Tíbar) continua a falar-se o mambae, a que se junta na Hera o galoli. Na periferia da cidade há numerosos topónimos[2] de origem mambae: Ermeque, Moliana, Hatoquer, Louleço, Erataci e talvez alguns mais; dentro da cidade é, provavelmente, de origem mambae o topónimo colmera ou Colomera. Há além disso, tradições de se falar outrora em Díli o mambae[3]; e é de língua mambae o o reino de Motael, em que pelo menos parte da actual cidade se situa.

[1a] Inutilizável na prática pelos numerosos erros, omissões e deturpações que contém, nem por isso deixa de ter certo valor como testemunho histórico.

[2] Nestes topónimos aparecem, com efeito, elementos indubitavelmente mambae: *er*, *era*: «água» (tétum *ué* ou *bé*), *ana*: «filho, pequeno» (tétum *oan*), *hato*: «pedra» (tétum *fatu*), *leço*: «pilão» (tétum *neçun*), e *mera*: «vermelho» (tétum *méan*). A falta de conhecimentos mais sólidos de mambae e a inexistência de dicionários dessa língua impedem-nos de levar mais por diante esta investigação.

Em segundo lugar o tétum falado em Díli é muito menos puro, menos rico vocabularmente e menos correcto gramaticalmente (por exemplo: desapareceu completamente a flexão verbal) que o das outras zonas em que é língua própria.

Em terceiro lugar Díli não era até ao meado do século passado mais que uma pequena praça de armas; não havendo ainda estruturas administrativas no interior da Província (só as houve com o Governador Celestino da Silva, 1894-1908), a sua posição de capital era quase simbólica, e o seu papel polarizador por certo muito reduzido — o que dificilmente explicaria uma difusão tão geral do tétum.

Sendo assim, não parece provável que o tétum se tenha tornado língua franca por se falar em Díli; pelo contrário, ter-se-á, provavelmente, começado a falar em Díli (onde, dada a sua posição de capital se juntava gente de várias proveniências) por ser língua franca na Província[4].

Na busca de uma explicação mais satisfatória, apontaremos alguns factos que parecem significativos, para finalmente arriscarmos uma hipótese.

Primeiro: há numerosos topónimos tétum ou híbridos (contendo elementos tétum) em zonas em que é outra a língua própria. Este facto mostra um certo enraizamento do tétum como língua veicular — tanto mais que alguns desses topónimos se encontram atestados por documentos escritos desde os séculos XVII e XVIII. Encontram-se topónimos tétum na zona do búnac[5]: Rai Mean («terra vermelha»), Cota Boot («aldeia grande»), ribeira

---

[3] Ver Frederico Hoppfer Rego, *Uma lenda «mambae»*, separata do «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», Abril-Junho, 1968.

[4] O mesmo sucedeu no Timor Indonésio em que a língua franca é o malaio: na capital, Cupão, o malaio tornou-se de uso exclusivo, fazendo desaparecer o primitivo dialecto local.

[5] Os exemplos que apresentamos não pretendem ser mais do que isso — exemplos, apenas; não pretendem, pois, constituir uma relação exaustiva.

Macin («sal»), na região de Lolotoi; Fatu-Lulic («pedra sagrada»), Lamaquito (*lamak*: «prato de pau» e por extensão «manjar», *hitu*: «sete»; portanto sete pratos» ou «sete manjares»). Na zona do quêmac, encontramos Fatubeci («pedra dura como ferro»), Fatucláran («entre as pedras», isto é, «lugar pedregoso»), Fatucboot («pedra grande»), na região de Atabai; a ribeira Bé-Bai (*ué*: «água», *uain*: «muita»), Hali Meça («gondão solitário»), na Maliana; Cota Boot, em Haubá; e os nomes dos três sucos, Leimeia Leten, Leimeia Craic e Leimeia Sorimbalo (*le'e*: nome de certa trepadeira, *mean*: «vermelho», *leten*: «em cima», *craic*: «em baixo», *sourin-balu*: «ao lado»), entre Atsabe e Hatolia. Na zona do tocodede encontramos Fatu-macin («pedra salgada») e Fatunêçu (*neçun*: «pilão»). Na zona do mambae encontramos Lete-Foho («alto da montanha»), Fatubeci (um em Aileu, outro na Ermera); Bé-matan («olho de água», isto é, «fonte»), Manu fahi (*manu*: «galo, ave», *fahi*: «porco»), Uma Lulic («casa sagrada»), Lete-foho, Acadiro-laran («bosque de acadiros»), na região de Same; ribeira Bé-Lulic («água sagrada»), Aifunan-laran («entre as flores») e o próprio nome de Ainaro (*ai*: «pau», *naruc*: «comprido»), na região de Ainaro; na região de Aileu, Fatu-boçan («pedra gasta») e os nomes híbridos Fahi-soi e Fahi-ria (*fahi*: «porco», em tétum; *ria*: «povoação», em mambae). Na zona do idaté encontramos Fatu-Makérec («pedra malhada»). Na zona do galoli encontramos o nome híbrido Fatu-Raça (*fatu*: «pedra», em tétum; *raça*: «alta», em galoli), no reino de Caimauc, e a ribeira Manufuic («galo bravo») em Laleia. Na zona do macassai encontramos Foho-Mano («monte do galo»), Uma Kiic («casa pequena») na região de Uato-Lari; Rai Mutin («terra branca») em Ossu; Baha Mourin («sebe bem cheirosa») e Fatulia («pedra falante» ou «voz da pedra») em Venilale; e o nome do monte Mata Bia (*mate-bian*: «almas dos mortos») cujos dois cimos principais se chamam Mata Bia Feto e Mata Bia Mane (*feto*: «mulher», *mane*: «homem»). Em Baucau aparece o nome híbrido Fatu-Maca; em Luro há Bibiluto («curral de cabras»). Em Iliomar, zona de dialecto maclere, há Acadiro Loho (*acadirun*: nome de palmeira *Borassus flabelifer* e *loho*: «habitação»). Na zona do fataluco (concelho de Lautém) e na do Vaiqueno (Oé-cussi) não conhecemos topónimos de origem tétum, o que não admira, pois, como vimos, o tétum é muito pouco usado nessas zonas.

Alguns destes topónimos (Manufahi, Lamaquito, Fatululic) estão atestados de longa data; os outros podem ser relativamente recentes. Além disso há, por vezes, nomes duplos, um em tétum, para uso externo, outro na língua local, só usado entre os que a falam; é, por exemplo, o caso do monte Cablac, chamado na região, em mambae, Ablai-lau ou de Manufahi que em mambae se diz Man'hahi.

Segundo: a distribuição geográfica do tétum (como língua própria) sugere que a sua difusão seja relativamente recente. Com efeito, enquanto que a maioria das línguas de Timor se distribuem por áreas compactas e contínuas, o tétum distribui-se por uma área vasta e descontínua, sem contudo — facto importante — apresentar uma diferenciação dialectal pronunciada. Este facto é tanto mais de notar quanto é verdade não ter o tétum nem uma tradição literária que favoreça a constituição de uma norma linguística rígida, nem mesmo o poderoso auxílio da escrita como instrumento de fixação e estabilidade; se a sua difusão pela área em que actualmente é falado como língua própria fosse antiga, por certo que se teria dado uma diferenciação dialectal mais pronunciada.

Terceiro: a sociedade timorense caracteriza-se por uma nítida estratificação social, e pela existência de uma nobreza hereditária, a classe dos *datos*, em cujo seio são recrutados os régulos e os chefes de suco. Ora, como notou já o Cap. José S. Martinho, esta classe tem em muitas regiões, aspecto de ser adventícia, e se ter instalado no país por conquista, a que se teria sucedido o domínio pacífico que se mantém até aos nossos dias.

Quarto: sabemos, pelas fontes portuguesas, que até ao século XVIII todos os régulos de Timor reconheciam a suzerania de dois que tinham como «imperadores»: o de Sanobai, na chamada «Província do Servião», ou seja, a metade ocidental da ilha, mais ou menos correspondente ao actual Timor Indonésio; e o de Bé-Hali (lugar do Timor Indonésio vizinho da fronteira de Cova Lima), na «Província dos Belos» [6], ou seja a metade oriental da ilha. Ora sendo Bé-Hali zona de tétum, chegaria esse facto para explicar a generalização do tétum como língua veicular de metade da ilha sujeita à sua suzerania. Há, além disso, traços de uma hegemonia semelhante por parte do régulo de Luca (junto de Viqueque) — outra zona em que o tétum é língua própria.

---

[6] *Belun* em tétum significa «amigo»; Basílio de Sá supõe que o nome teria sido dado aos reinos da parte oriental, por ao contrário dos da ocidental, se manterem fiéis e amigos dos portugueses; contra esta explicação pode objectar-se que o termo se encontra atestado desde uma época em que a influência portuguesa se limitava, praticamente, ao Oé-cussi, e em que os reinos do Servião

Quinto: durante muito tempo (até ao século XIX) chamou-se à metade oriental de Timor (correspondente ao nosso actual território — excluído, é claro, o Oé-cussi — mais a região da Atambua — a única do Timor Indonésio em que se fala tétum) «região ou província dos Belos». Ora por «Belos» designam-se especialmente os povos da região de Balibó e Atambua, de língua tétum[6a]. O concelho de Atambua, em Timor Indonésio, é mesmo designado oficialmente por «concelho de Belu». O facto de se chamar «província dos Belos» a praticamente todo o Timor Português parece indicar que todo o território se encontrava, nesse tempo, sujeito ao domínio mais ou menos efectivo dos Belos (cuja língua é o tétum), o que reforça a suposição precedente.

Sexto: uma das mais antigas descrições de Timor que se conhece (princípios do século XVII)[7] diz que na ilha se falam duas línguas: a dos Belos e a dos Vaiquenos. Nesse tempo os portugueses apenas conheciam a costa setentrional da ilha; na parte ocidental dessa costa o vaiqueno ou baiqueno estende-se, de facto, por uma zona considerável, correspondente ao nosso enclave de Oé-cussi e parte do Timor Indonésio; na parte oriental falam-se, como sabemos, numerosas línguas. O facto de o autor da relação apenas referir a dos Belos (isto é, o tétum, com toda a probabilidade) significará que o tétum estava já nessa época divulgado por toda a metade oriental da costa setentrional de Timor? Ou resultará, simplesmente, de uma informação deficiente? Outra relação,

---

não tinham entrado ainda na órbita holandesa — não se justificando, portanto, a oposição de reinos fiéis a reinos infiéis. V. Artur Basílio de Sá, *A Planta de Cailaco* (*1727*), A.G.C., Lisboa, 1949.

[6a] Em parte dessa região fala-se uma língua chamada *belu* que não é mais que um dialecto do tétum.

[7] Biblioteca Nacional de Lisboa, *Fundo Geral*, cód. 465; publicado por A. Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente — Insulíndia*, vol. IV, Lisboa, 1956, pp. 475 e segs.

um pouco posterior[8], fala de 4 línguas (sem aliás as nomear), o que deve corresponder a uma informação mais cuidadosa. De qualquer modo não deixa de ser notável que referindo a primeira relação apenas duas línguas, uma delas seja, com toda a probabilidade o tétum.

Sétimo: segundo o P.e Basílio de Sá, o nome do tétum (*tetun*, em tétum) deriva provavelmente do verbo *tetu*: «pesar», por meio do sufixo de derivação nominal *-n*, já nosso conhecido. Tal etimologia indicaria, portanto, que o tétum era a língua do comércio — índice de que seria já, de longa data, a língua veicular na maior parte de Timor. Deve notar-se, contudo, que essa etimologia é pouco segura.

Juntando todos estes factos e indícios podemos pôr a seguinte hipótese: que em determinada época, que não podemos precisar, mas antes do século XVII, um povo (os Belos), falando uma língua austronésica (o tétum), expandindo-se a partir da região que primitivamente ocupava e não podemos identificar, estendeu o seu domínio sobre toda a metade ocidental de Timor, impondo, nas regiões em que o seu domínio foi mais efectivo, a sua língua como língua própria; que desse domínio resultou a imposição dos Belos como casta nobre em toda a região, e a sujeição de todos os reinos aos de Bé-Hali e Luca, um e outro de língua tétum, isto é, situados nas zonas em que o poder dos Belos se enraizou mais fortemente; que, finalmente, dessa sujeição de todo o país aos datos belos sob a suzerania de dois reinos de língua tétum, resultou a divulgação dessa língua como língua veicular em toda a região.

Há, porém, um facto que, aparentemente, contradiz esta hipótese: o de se não encontrarem nos textos portugueses de Timor palavras de origem tétum antes do século XIX. Esta objecção não nos parece concludente por dois motivos: primeiro, porque até 1769 a presença portuguesa esteve centrada em Lifau, no Oé-cussi, fora da região dos Belos e da área da difusão do tétum — não admirando, portanto, que não ocorram referências directas ou indirectas ao uso desta língua, nem préstamos seus na linguagem dos documentos; segundo, porque até ao século XIX a presença portuguesa na Insulíndia foi, essencialmente, uma presença marítima, baseada na navegação e no comércio, apenas apoiados em terra por um ou outro forte, uma ou outra feitoria que serviam de lugar de troca e sede à administração; ora a língua do comércio marítimo em toda a Insulíndia era, como ainda é hoje, o malaio — e é, com efeito, a essa língua que o português falado em Timor usurpa até ao século XVIII a maior parte dos vocábulos de que carecia para designar produtos, animais, plantas e instituições próprias da região. A objecção indicada tem, assim, uma explicação que não destrói aquela hipótese.

---

[8] Frei António de Encarnação, *Relação do Princípio de Christandade das Ilhas de Solor e da segunda restauração della feita pellos religiosos da Ordem dos Pregadores*, Lisboa, 1635, reproduzido em *ibidem*, vol. V, pp. 307 e segs.

Estudos sobre lendas e tradições orais, que ainda se não perderam mas nunca foram devidamente recolhidas; estudos arqueológicos; estudos linguísticos que permitam esclarecer as relações do tétum com as demais ilhas de Timor e com as das ilhas circunvizinhas, poderão aclarar o problema e confirmar ou fazer rejeitar esta hipótese.

BIBLIOGRAFIA :

— Raphael das Dores, *Dicionário Teto-Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907.

— Henry O. Forbes, F.R.G.S., *A Naturalist's Wanderings in the Eastern Archipelago, a narrative of travel and exploration from 1878 to 1883*, Londres, 1885.

— Cap. José S. Martinho, *Timor. Quatro Séculos de Colonização Portuguesa*, Porto, 1943.

— Ten.-Cor. A. Faria de Morais, *Solor e Timor*, A.G.C., Lisboa, 1944.

— P.e Artur Basílio de Sá, *Textos em teto da literatura oral timorense*, J.I.U., Lisboa, 1961.

— P.e Artur Basílio de Sá, *A planta de Cailaco (1727)*, A.G.C., Lisboa, 1949.

— P.e Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente — (Insulíndia)*, 5 volumes, A.G.U., Lisboa, 1954-1958.

— Frederico Hoppfer Rego, *Uma lenda Mambae*, separata do «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», Abril-Junho, 1968.

— Utilizámos também a *Carta de Timor 1/50.000* da Junta de Investigações do Ultramar.

IV

A INDIANIZAÇÃO DO SUESTE ASIÁTICO E A INFLUÊNCIA INDO-JAVENESA EM TIMOR

A partir dos primeiros séculos da nossa era, trazida sobrètudo por missionários budistas e por comerciantes do Coromandel, começou a penetrar no Sueste Asiático a influência da Índia. Essa influência deu lugar ao aparecimento de alguns poderosos estados de civilização indiana, de que os mais notáveis são o império de Fu-Nan, no actual Camboja (a partir do século III), o de Çrî Vijaya, com o centro no Sul de Samatra (séculos VII a XIII), dos Çailendras em Java-Central (na mesma época), e, finalmente, de Modjopahit, com o centro em Java Oriental (séculos XIII a XVI).

Combinando-se com o fundo da «civilização austro-asiática» local, a influência indiana deu nascença, nas ilhas de Samatra, Java e Bali, a uma nova civilização, muito mais evoluída, que se designa, normalmente, por civilização indo-javanesa.

No aspecto técnico, a influência da Índia introduziu nestas regiões algumas inovações, de que as mais notáveis são o uso da roda e do carro, do arado de tipo indiano, e, provavelmente, o da decoração dos tecidos pelo processo *batik*[1]. Mas é, sem dúvida, no aspecto propriamente cultural que a influência da Índia é mais notável: introdução de religiões superiores de origem indiana (budismo mahayana e hinduismo xivaita, sobretudo), com os seus sistemas teológicos e a sua filosofia; introdução do sânscrito como língua literária e de alfabetos de origem indiana para grafar as diversas línguas locais; introdução do direito indiano (a observância dos *dharmaçâstras*) e da concepção indiana de Estado; introdução na literatura e no folclore de numerosos temas da literatura indiana e em especial do *Râmâyana*; introdução da arquitectura, da escultura, da pintura e da dança hindu.

---

[1] Enquanto que o *ikat* é um processo de «reserva no fio», o *batik* é um processo de «reserva no tecido», isto é, é depois de tecida a peça que as cores são aplicadas, fazendo-se, em cada aplicação de cor, a reserva pela aplicação de uma camada de cera nas zonas do tecido que se não querem tintas dessa cor. Essa cera é aplicada por meio de um instrumento idêntico às seringas de enfeitar bolos; depois de tingida a peça a cera é removida com água quente. A operação é repetida tantas vezes quantas as cores simples a aplicar no tecido.

Embora se saiba que navegadores de Samatra e Java atingiram, durante o período de hegemonia de Çrî Vijaya e durante o de Modjopahit, as ilhas de Maluco e mesmo as da Micronésia, e que os soberanos desses impérios pretenderam exercer sobre toda a Insulíndia uma suzerania nominal, a verdade é que a influência da civilização indo-javanesa nas ilhas a oriente de Lombok é parcelar, difusa e pouco sensível.

Timor esteve, como as outras ilhas, sujeito a essa suzerania nominal; o viajante chinês Chao Ju Kua, em 1225, no seu *Chu-fan-che* (que reproduz, em parte, as informações do *Ling-Wai-tai-ta* de Cheu K'iu Fei, escrito em 1178), menciona Timor entre as dependências do reino javanês de Su-ki-tan (nome que parece corresponder a Sukadana, lugar vizinho a Surabaya), cujos limites parecem corresponder aos do reino de Kediri, cuja história é bem conhecida. Sabe-se também que os comerciantes de Java demandavam Timor, em busca do sândalo (*Santalum album*), desde o século V ou VI da nossa era, provavelmente.

Mas os contactos de Timor com os reinos indianizados de Samatra e Java, devem ter sido irregulares e pouco profundos, pois a influência indo-javanesa em Timor é desprezível. Nem a roda, nem o carro, nem o arado, nem a tecelagem pelo processo *batik*, nem a escrita, nem os outros elementos característicos dessa civilização penetraram na ilha. À influência indo-javanesa podemos apenas atribuir, com segurança, um ou outro motivo decorativo que, à mistura com motivos geométricos herdados da civilização megalítica e com motivos espiralados herdados de Dong Son aparecem na arte ppular timorense, em especial na tecelagem; e o folclore da região do Suai, onde as danças, de estilo nitidamente hindu, se aproximam muito mais das que se praticam em Bali, Java, Sião e demais regiões indianizadas, do que das do resto de Timor.

Já se afirmou que a nítida estratificação que caracteriza a sociedade timorense resulta de uma influência do sistema hindu das castas. Essa afirmação não tem fundamento: primeiro, porque falta àquela estratificação o significado religioso que o regime das castas reveste; segundo, porque tudo leva a crer que ela existia já na maioria dos povos da família austronésica antes da influência indiana — existe, por exemplo, na Polinésia onde essa influência não chegou; terceiro porque o regime das castas, típico da sociedade hindu, corresponde a uma estrutura socio-económica caracterizada por uma pronunciada diversificação de funções e modos de vida, muito diferente do sincretismo de funções que caracteriza a sociedade timorense e a maioria das sociedades de idêntico grau de evolução; quarto porque não é crível que, se os contactos tivessem sido intensos, os timores não tivessem introduzido coisas tão fáceis de copiar como o arado e o carro de bois, e fossem, por simples imitação, alterar a tal ponto a sua própria estrutura social.

No campo linguístico não há traços de influência indiana directa: enquanto que no vocabulário do malaio, do javanês, do balinês (particularmente do alto-javanês e do alto-balinês, línguas da nobreza ou em que se fala aos nobres) há centenas de termos de origem sanscrítica, em tétum não se encontram mais de meia dúzia de palavras de tal origem, e mesmo essas introduzidas não directamente, mas, com toda a probabilidade, através do malaio [2]. Assim, enquanto que para significar «mel» o malaio recorre ao vocábulo *madu* (do sânscrito *madhu*h), o tétum e o galoli usam o composto vernáculo *uani-uen* (à letra, «água, ou suco, de abelha»); enquanto que na Indonésia para «rei» ou «régulo» se generalizou o termo indiano *raja* (sânscrito *râjâ*), o tétum usa o termo vernáculo *liurai*: «senhor da terra»; enquanto que em malaio para significar «terra» o vocábulo vernáculo *tanah* concorre com *bumi* (sânscrito *bhûmi*), o tétum não conhece senão o vernáculo *rai*, e o galoli *rea*; para «filho» o malaio tem *anak* e *putra* (sânscrito *putra*h), mas o tétum apenas *oan*, o galoli, o quêmac e o mambae *ana*, etimologicamente correspondentes ao malaio *anak*; o malaio tem *laut*: «mar» e *samudera*: «oceano» (sânscrito *samudra*), o tétum e o galoli apenas *taci*: «mar, oceano, lago, lagoa»; etc., etc.

---

[2] Enumerá-las-emos adiante, com as palavras usurpadas pelo tétum ao malaio.

NOTA:

Por falta dos caracteres pontuados estabelecidos pela convenção dos orientalistas, na transcrição de palavras sanscríticas (e de outras línguas orientais) substituímos o sinal de longo pelo acento circunflexo, e as consoantes pontuadas por consoantes simples em redondo, quando a palavra vai em itálico, e vice-versa.

BIBLIOGRAFIA :

— G. Coedès, *Les états hindouisés d'Indochine et d'Indonésie*, Paris, 1964.
— D. G. E. Hall, *A History of South-East Asia*, 3.ª ed., N. York, 1970.
— O. W. Wolters, *Early Indonesian Commerce*, N. York, 1967.
— Fritz Wagner, *Indonésie — l'art d'un Archipel*, Paris, s/data.
— N. Stchoupak, L. Nitti e L. Renou, *Dictionaire sanskrit-français*, Paris, 1959.
— Hélio Esteves Felgas, *Timor Português*, A.G.U., Lisboa, 1956.

V

A HEGEMONIA DO REINO ISLÂMICO DE MALACA E A INFLUÊNCIA MALAIA EM TIMOR

À medida que decaía o poderio do império javanês de Modjopahit, a hegemonia dos mares do Sul ia gradualmente passando para o pequeno reino de Malaca, fundado no dealbar do século XV numa posição estratégica que faria a sua fortuna.

Desde o século VIII que os árabes frequentavam os mares do Oriente — Cantão fora saqueada em 758 por piratas muçulmanos; mas só no final do século XIII o Islão lança as primeiras raízes na Ásia do Sudeste: em 1295 o pequeno reino de Pacém, no Norte de Samatra, converte-se à fé muçulmana, introduzida, com toda a probabilidade, por mercadores islamizados de Cambaia. Em 1414 Malaca segue-lhe o exemplo — e o Islão, tornado um dos esteios do seu imperialismo, difunde-se rapidamente pela Insulíndia. Malaca passou assim a exercer na área uma hegemonia ao mesmo tempo comercial e religiosa. Foi assim que a sua língua, o malaio, se tornou no decurso do século XV a «língua franca» do comércio em todo o Arquipélago.

A difusão do Islão não foi tão rápida como a da língua malaia: quando no princípio do século XVI os portugueses atingiram a região, apenas tinham abraçado o islamismo, além da Península de Malaca, até Patane, a costa oriental de Samatra, a setentrional de Java e um ou outro lugar das outras ilhas, como o porto de Brunei, em Bornéu, e as pequenas ilhas de Maluco e Banda. Em Java a maior parte da costa norte estava nas mãos de *pates*[1] muçulmanos, ainda sujeitos, mas só nominalmente, à suzerania do reino hindu de Modjopahit, que só por 1520 desapareceu definitivamente do mapa; no extremo ocidental da ilha o reino de Sunda permanecia hindu, e só em 1525 se converteu; no extremo oriental o reino hindu de Balambuão subsistiu até 1760. Nas outras ilhas a difusão do Islão foi mais lenta, mais irregular, e menos profunda: espalhou-se um pouco por Sumbawa, quase não penetrou nas Flores, enraizou-se na pequena ilha de Solor (ainda no século XVI), espalhou-se pelo sul de Celebes após a conversão do Macaçar (1603) e em Bornéu progrediu lentamente pelas costas sem penetrar no interior; daí passou às ilhas de Sulu e Mindanao, já nas Filipinas. Bali, que serviu de refúgio à civilização indo-javanesa rechaçada de Java pelos progressos do Islão, foi a única ilha que permaneceu totalmente indemne — e mantém-se hindu até aos nossos dias.

---

[1] Do malaio e javanês *patih*: «príncipe, regente», por sua vez do sânscrito *patih*: «senhor, soberano».

Deve contudo notar-se que na Insulíndia, a influência muçulmana se limita, quase exclusivamente, ao campo da religião; a sua influência no campo da organização social e, de uma maneira geral, em toda a civilização material é muito diminuta.

Sabemos que no século XV o comércio das especiarias de Malaca e Banda (cravo, maças e noz moscada) estava em grande parte nas mãos de mercadores de Malaca que anualmente armavam para o extremo oriental do arquipélago uma frota de oito juncos. Foi assim que Maluco se converteu oficialmente ao Islão por volta de 1475, e Banda dez anos mais tarde; foi assim também que o malaio se difundiu rapidamente na região como língua veicular[2].

Nas suas viagens a Maluco e Banda os navios de Malaca deviam aportar com frequência a Timor, em busca do sândalo branco; mas as relações de Malaca com Timor parecem ter sido menos intensas que com Maluco e Banda.

A conquista de Malaca por Afonso de Albuquerque, em 1511, põe fim à hegemonia do sultanato malaquês, e concentra nas mãos dos portugueses o monopólio do grande comércio marítimo de toda a Insulíndia. À religião muçulmana vem-se assim juntar a católica; e à língua malaia, a portuguesa.

---

[2] Pigafetta na sua relação da viagem de Fernão de Magalhães dá um glossário (de umas 250 palavras) da língua que ouviu falar em Ternate — e o glossário é de palavras malaias. Pode ver-se a tradução portuguesa da relação de Pigafetta em Visconde de Lagoa, *Fernão de Magalhães* (vol. II), Lisboa, 1938.

Assim como a introdução do cristianismo não destruiu o islamismo — nem mesmo travou os seus progressos — a difusão do português como «língua franca» do comércio não fez perder ao malaio o seu papel. Os dois idiomas mantêm-se como que paralelamente, parecendo predominar o malaio nas relações internas da Insulíndia, o português nas da Insulíndia com o resto da Ásia. Há, assim, notícia de que em Batávia, no primeiro século de domínio holandês, as gentes oriundas da Insulíndia se expressavam em malaio, enquanto que as oriundas de Ceilão, Costa da Índia, etc., se entendiam entre si em português[3].

Os holandeses não contrariaram, antes favoreceram, a difusão do malaio como língua de relação — de modo que a variante falada nas ilhas se veio a tornar, sob o nome de «língua indonésia» (*bahasa indonesia*) a língua oficial da República da Indonésia quando ascendeu à independência (1945).

Em 1522 Pigafetta afirma que as costas de Timor eram muito demandadas pelos navios de Java e Malaca, que adquiriam a quase totalidade do sândalo e da cera da nossa ilha; e sabemos que ao longo dos séculos nunca as suas praias deixaram de ser frequentadas por navios das ilhas circunvizinhas — utilizando, com toda a probabilidade, como língua de comércio, o malaio. Ainda hoje, aliás, é relativamente frequente aparecerem em Manatuto, a vender cabritos, galinhas, ovos, etc., corcoras da ilha de Wetar, e em Lautém embarcações da ilha de Kissar.

Sabe-se também que Timor esteve sob a suzerania nominal do sultão de Ternate, nas ilhas de Maluco; embora essa suzerania fosse teórica, deveria haver um mínimo de relações entre uma e outra ilha que justificassem as pretensões do sultão.

Mais intensas devem ter sido as relações com Celebes: desde os fins do século XVII e durante quase todo o século XVIII são frequentes as notícias do aparecimento de gente dessa ilha (buguizes e macaçares) a comerciar, e mais geralmente a piratear, nas costas de Timor.

O reino de Macaçar convertera-se ao islamismo em 1603, e imediatamente empreendera uma série de «guerras santas» com o objectivo de estabelecer o seu domínio sobre o resto de Celebes. Durante o século XVII Macaçar foi um próspero e importante centro comercial. Atacada pelos holandeses em 1666, perdeu no ano seguinte, pelo tratado de Bongais, a sua independência; a partir daí os buguizes, arruinados com a decadência do comércio no sul da sua ilha, passaram a dedicar-se à pirataria, e infestaram todo o arquipélago. Alguns estabeleceram-se em Samatra, de onde, expulsos pelos holandeses, passaram à Malásia, fundando o sultanato de Selangor (1700).

---

[3] Ver David Lopes, *Expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII*, Lisboa, 1936.

Nos princípios do século XVII há notícia de se terem estabelecido na costa setentrional de Timor alguns muçulmanos oriundos de Macaçar, que se fixaram em duas povoações, Manatuto e Adê, esta inidentificada[4]. Este estabelecimento deve ter tido curta duração, porque até ao século XIX não volta a haver notícia de muçulmanos fixados em Timor. Há, porém, notícia de nativos que, sem se converterem ao islamismo, se colocavam, no entanto, ao lado dos mouros macaçares, combatendo com eles contra os portugueses; a esses gentios pro-muçulmanos dava-se a designação de *paginaras*, enquanto que aos pro-cristãos, que combatiam pelos portugueses, se chamavam *demonaras*[5].

Parece haver um testemunho indirecto da presença de macaçares em Timor no topónimo Pante-Macaçar (provavelmente do malaio *pantai makasar*: «praia dos macaçares») nome da actual sede do reino e concelho de Oé-cussi. Outro testemunho indirecto é o uso do termo *cuda macaçar*, que significa «cavalo de cor alaranjada», que provavelmente deriva de serem dessa cor os cavalos trazidos pelos macaçares, ou os cavalos que eles mais apreciavam para levar consigo. Usa-se também a expressão *lençu macaçar* para designar certos lenços coloridos, oriundos, provavelmente, de Celebes.

Há também notícias vagas de relações entre Timor e as ilhas que hoje chamamos Filipinas. Pigafetta, no seu relato da viagem de Magalhães, afirma ter encontrado em Timor, em Fevereiro de 1522, um junco de Lução a carregar sândalo. Constitui, provavelmente, um testemunho indirecto dessas relações o uso do termo *rade manila*: «pato de Manila», por que se designa em tétum uma certa qualidade de patos.

---

[4] *Informação sobre as Cristandades das ilhas de Solor e Timor* (c. 1625), Biblioteca Nacional de Lisboa, *Fundo Geral*, cód. 465; publicado por Basílio de Sá, *Documentação*... (*Insulíndia*), vol. IV, pp. 478 e sgs.

[5] Não logramos descobrir nem a etimologia nem o primitivo significado destes termos. Basílio de Sá supõe que se trate dos nomes de duas povoações, favorável uma aos cristãos outra aos mouros, que se tivessem generalizado. V. *ibidem*, p. 484, nota 21.

No fim do século XIX começam a encontrar-se referências a comerciantes «árabes» estabelecidos em Timor. Em 1885 Forbes afirmava: «beasides the official staff very few Europeans live in Dilly; the entire trade of the island being conducted by Arabs and (chiefly) by Chinamen». Segundo o mesmo autor, enquanto que os «malaios, semi-malaios e outros povos comerciantes» confraternizavam «nas mesmas lojas e nos mesmos paraus», os árabes levavam vida à parte.

A presença de árabes nas ilhas da Insulíndia data da Idade Média, e é, em parte, a eles que se deve a islamização de Samatra e Java.

À excepção dos de algumas regiões com tradições de islamismo ortodoxo e até fanático (como o antigo reino de Achem, em Samatra) os muçulmanos nativos da Indonésia nunca foram muito ortodoxos: sobrevivem entre eles muitas tradições de origem hindu, e o seu *adat* ou direito costumeiro nunca foi completamente suplantado pelo direito alcorânico. Os árabes do Hadramaut estabelecidos na Indonésia sempre primaram, por isso, entre os muçulmanos na região pela sua ortodoxia; desde o século XVII que se conhecem os seus esforços — geralmente vãos — para conduzir os seus irmãos de crença da Insulíndia a uma integral observância da ortodoxia islâmica. Tendo-se cruzado, desde muito cedo, com mulheres do país, e adoptado, de uma maneira geral, o malaio como língua mãe, distinguem-se, contudo, dos seus correligionários pelo seu fanatismo religioso; são frequentemente designados pelo honroso epíteto de *habib*: «amigos de Deus». Em 1930 havia nas Índias Orientais Neerlandesas cerca de 71.000 árabes, oriundos sobretudo do Hadramaut; eram, na sua maioria, comerciantes.

Em Timor devem-se ter estabelecido no século XIX; no princípio do corrente século parece que tinham ainda uma posição importante no pequeno comércio local, mas foram a pouco e pouco esmagados pela concorrência dos chinas. Hoje vivem concentrados num subúrbio de Díli, entre a cidade e a ribeira de Comoro; a maioria vive da agricultura ou da pesca, havendo alguns que são funcionários públicos (têm hoje todos a nacionalidade portuguesa). Segundo o censo de 1970, são 357, dos quais 339 em Díli e 18 noutras localidades. Têm como língua usual o malaio, utilizando o árabe (que geralmente não sabem falar) apenas como língua litúrgica. Todos são muçulmanos sunitas, e seguem o rito *xafeíta*, o mais divulgado na Indonésia e África Oriental[6]. A comunidade, embora coesa religiosa e sociologicamente, engloba dois tipos étnicos distintos: os «árabes», descendentes dos que provieram da Arábia através da Indonésia, e os «mouros», nativos de Timor ou das ilhas vizinhas (Alor, Wetar, Kissar, etc.), convertidos ao islamismo. Essa distinção tende a esbater-se, e hoje, designam-se normalmente todos os «árabes» (ou por «arábes», com o acento na penúltima sílaba, o que deve ser influência do tétum, que não possui palavras exdrúxulas), o que é, etnologicamente pouco correcto — pois têm por língua materna o malaio e não o árabe, e o seu próprio tipo físico evidencia uma predominância de sangue indonésio.

A influência malaia não penetrou em Timor apenas com os contactos, por via marítima, com outros povos do arquipélago: penetrou — e continua a penetrar também — por uma espécie de osmose através da fronteira com o Timor Indonésio, onde é mais intensa a influência de Java e do mundo malaio. A essa influência se deve, por exemplo, a gradual adopção pelas mulheres de Timor do traje javanês — cabaia e *cambatic* — em substituição do tradicional *sabulo* ou *tais feto*[7]. O uso do traje javanês que ainda no começo deste século se limitava às mulheres dos régulos é hoje praticamente geral.

---

[6] Os *sunitas* ou muçulmanos ortodoxos repartem-se por quatro «ritos» ou escolas teológico-jurídicas: *hanefita*, predominante no Próximo Oriente, *malekita*, que foi o da Espanha Muçulmana e predomina hoje no Norte de Africa, *xafeíta*, na Síria, na Indonésia e na Africa Oriental, e *hanbalita* na Arábia. A escola *hanefita* (fundada por Abu Hanifa, de Cufa, 699-767) é a mais liberal e a mais racionalista; dá grande importância ao *qiyâs* ou raciocínio analógico, e interpreta com grande independência o Alcorão e a tradição. A escola *malekita* (fundada por Malik ben Anas, de Medina, 715-795) é mais rigorista e mais tradicionalista; baseia-se sobretudo nos costumes de Medina e no *idjmâ* ou consenso unânime dos medinenses sobre as tradições recebidas. A escola *xafeita* (fundada por Mohamed ben Idris ex-Xafei, de Gaza, 767-820) tenta conciliar o tradicionalismo com o racionalismo, e é considerada relativamente liberal; estabelece uma sistematização das fontes do direito, reservando a primazia às fontes reveladas, mas sem excluir o *qiyâs*. A escola *hanbalita* (fundada por Ahmed Ibn Hanbal, de Bagdad, 780-855) surgiu como uma reacção tradicionalista contra o racionalismo, e é a mais rigorosa de todas, baseando-se exclusivamente na revelação e excluindo fanaticamente os desenvolvimentos analógicos e racionalistas. Ver P. José Lopez Ortiz, *Derecho Musulmán*, Labor, Barcelona, 1932.

[7] O *sabulo* ou *tais feto* é um pano de fabrico timorense (decorado muitas

Nota-se também a mesma influência no folclore, sobretudo no de Oé-cussi e no das regiões fronteiriças. Tornou-se aí frequente por exemplo, o *silat*, dança guerreira vulgar na Indonésia, que simula um combate e pode constituir uma forma de disputa. Em Díli e entre as classes mais elevadas da população do interior são correntes canções em malaio (muitas vezes deturpado), umas já tradicionais, outras introduzidas recentemente devido à rádio. São também frequentes as danças de origem indonésia, de que a mais popular é o *empat-kali* javanês, muito divulgado em toda a Província; o *suru-boec*, dança que imita a apanha do camarão, muito popular também, é provavelmente também de origem indonésia.

Até ao princípio deste século o uso da língua malaia deve ter sido bastante corrente ao longo das costas de Timor. Hoje apenas no Oé-cussi se encontra com relativa frequência quem no fale; mas Rafael das Dores dá testemunho de que no seu tempo (último quartel do século XIX) a maioria das pessoas de Díli o sabia falar; um pouco mais tarde Alberto Osório de Castro atesta que era de uso corrente em todo o litoral de Oé-cussi; o mesmo autor transcreve alguns *pantumes*, ou quadras malaias ou malaio-javanesas que no seu tempo circulavam em Díli. Um testemunho indirecto dessa divulgação está no facto de até ao século XIX o português de Timor usurpar ao malaio e não ao tétum a quase totalidade dos vocábulos de que carecia para designar produtos, objectos e instituições locais.

Não é de admirar, portanto, que tenham entrado no tétum (sobretudo no tétum de Díli) numerosos vocábulos malaios. O seu número exacto é, aliás, difícil de precisar, pois sendo o tétum e o malaio línguas da mesma origem e não havendo ainda estudos que permitam estabelecer com rigor a correspondência etimológica de fonemas entre uma e outra, é, em muitos casos, impossível discernir quando se trata de um verdadeiro préstamo malaio no tétum e quando de um vocábulo do comum fundo malaio-polinésio que chegou sob a mesma forma a ambos os idiomas. Casos há, porém,

---

vezes pelo processo *ikat*), cosido longitudinalmente, que se usa como um saco sem fundo em que a mulher se enfia até aos seios; o *cambatic* é um tecido decorado pelo processo *batik*, importado de Java ou de Singapura, que se enrola à cinta e cai até aos pés; é completado por uma cabaia ou blusa com mangas, que cobre o tronco.

em que podemos ter uma relativa certeza: por critérios linguísticos, quando o vocábulo não pertence ao fundo malaio-polinésico, mas é de origem sânscrita, árabe ou outra, quando conserva em tétum fonemas estranhos ao sistema fonético dessa língua (como é o caso do *p* e do *g*), ou quando contraria a correspondência normal de fonemas entre um e outro idioma; por critérios extra-linguísticos quando o vocábulo designa qualquer objecto de introdução recente em Timor, ou, com menor segurança, quando o seu uso se limita ao litoral.

É malaio o próprio nome da ilha, Timor, que significa «oriente». Nos textos mais antigos (como a *Suma Oriental* de Tomé Pires) é ainda usado em sentido lato, para designar todas as Ilhas Menores de Sunda, isto é, todas as ilhas a oriente de Java; mas em breve se restringe à ilha que hoje conserva o nome. Em tétum aparece na forma *tímur* e é usado sobretudo como adjectivo: *Rai Tímur*: «Timor» (*rai*: «terra»), *ema tímur*: «timor, timorense» (*ema*: «gente»). O nome português não deriva do tétum (aparece pela primeira vez em documentos de 1512, e os portugueses só chegaram a Timor em 1515), mas directamente do malaio. Daí a diferença de vocalismo e de acentuação entre o tétum *tímur* e o português *Timor*. A diferença de acentuação resulta de o vocábulo ter sido tomado do malaio, língua em que o acento tónico, além de significativamente não pertinente é foneticamente muito fraco — mais fraco que em tétum e muito mais que em português; nas palavras em que a penúltima sílaba é fechada não chega, praticamente, a existir. Daí uma hesitação na acentuação das palavras portuguesas derivadas do malaio: *gunung* aparece em português sob a forma *guno*: «montanha», e *rotan* como *rota* (graves) enquanto que *sarong* dá *sarão* e *panang* dá *parão* (agudas); de *jagong* aparecem as duas formas *jango* (grave) e *jangão* (aguda); o mesmo se passa com *teménggong* que em português dá *tumungo* e *tumungão*. Quanto à diferença de vocalismo da segunda sílaba, resulta de o tétum ter usurpado a palavra ao malaio falado nas ilhas em que aparece na forma *timur*, enquanto que o português a tomou ao malaio falado em Malaca, em que parece na forma *timor*. Essa diferença dialectal de vocalismo é comum a muitas outras palavras: *tidor* ou *tidur*: «dormir», *dapor* ou *dapur*: «fornalha, cozinha», *gunong* ou *gunung*: «montanha», *agong* ou *agung*: «grande», usando-se na Malásia a forma com *-o-*, na Indonésia a forma com *-u-*.

Por sua vez o nome que os malaios dão a si mesmos — *melayu* — tornou-se em Timor, sob a forma *malae* sinónimo de «estrangeiro, pessoa de fora de Timor» — recordação do tempo em que os malaios eram os únicos estrangeiros que apareciam nas costas da ilha. Osório de Castro nota que em Maluco o termo *melayu* é usado com o mesmo sentido.

No litoral de Timor encontram-se alguns topónimos de origem malaia — nomes dados, certamente, pelos navegadores malaios aos principais acidentes de terreno com que deparavam nas suas navegações.

No Oé-cussi, há, além de Pante Macaçar, que já referimos, a ponta de Batuliçan (*batu*: «pedra», *lisan*: «língua») e a ponta de Batumera (*merah*: «vermelho»); perto da fronteira do nosso Timor (concelho de Bobonaro) com o Timor Indonésio há o suco e o lugar de Batugadé (*batu*: «pedra», *gedé*: «grande») nome por certo motivado pela existência nesse local de uma grande pedra ou recife dentro do mar, conhecida por Fatuc Sant'António; na costa sul, junto de Loré, há a ponta Batuputi (*putih*: «branca»), topónimo que aparece também no reino de Mena, hoje indonésio, entre Oé-cussi e Batugadé. A ilha de Ataúro, fronteira a Díli, é também conhecida por Pulo Kambing («ilha das cabras») e a vizinha ilha de Liran, hoje indonésia, por Pulo Babi («ilha dos porcos»).

Há também numerosos vocábulos comuns de origem malaia em tétum, em especial no tétum de Díli. Um importante grupo delas refere-se à pesca e à vida marítima — o que não é de admirar visto a presença malaia em Timor ter sido, essencialmente, uma presença comercial e marítima ao longo do litoral:

— *lepa*: «pequeno barco sem flutador», do malaio *lépap*: «pequeno barco de fundo chato» (termo de Díli);

— *palo*: «pego, talvegue, parte funda do mar», do malaio *paluh*: «tanque fundo» (idem);

— *unpa*: «isca para pescar», do malaio *umpan*: «isca» (idem);

— *galgala*: «calafetar, betumar», do malaio *gala-gala*: «alcatrão, betume, massa de vidraceiro»;

e provavelmente também:

— *tonda*: «rebocar ou sirgar um barco», do malaio *tunda*: «rebocar» (termo de Díli);

— *undar*: «remar para trás», do malaio *undur*: «recuar» termo de Dili);

e talvez ainda:

— *camudi*: «leme», do malaio *kemudi*; aparece também em galoli na forma *camudin*.

São também de origem malaia os nomes de alguns peixes, moluscos e crustáceos:

— *sipo* ou *sibo*: «concha», do malaio *siput* (termo de Díli; aparece também em galoli e no dialecto crioulo português de Macau);

— *pari*: «certo tipo de peixe», do malaio *pari*, nome genérico dos peixes do tipo da raia (termo de Díli);

— *banga-banga*, nome de um peixe grande e avermelhado; do malaio *bang-bang*: «carmin, avermelhado» (termo de Díli; noutras partes chama-se *mii-laran*);

— *curapu*, nome de outro peixe, do malaio *kurap*: «coberto de escamas»;

e provavelmente também:

— *ramiis*: «espécie de ameijoa», do malaio: *remis* (termo de Díli; chama-se também *lalamun*).

Outros termos estão relacionados com o comércio:

— *picu*: «pico, peso equivalente a 62 kg», do malaio *pikul*, primitivamente «carga que um homem pode transportar»;

— *cati* ou *catis*: «cate, peso equivalente a 1/100 do pico», do malaio *kati*;

— *tahila*: «tael, peso equivalente a 1/16 do cate», do malaio *tahil*;

— *rupia*: «moeda de meia pataca ou de um florim holandês», do malaio *rupiah*, por sua vez do sânscrito *rûpaka*, através de qualquer dos dialectos neo-áricos;

e provavelmente também:

— *dacin*: «balança», do malaio *daching*, por sua vez do chinês *ta-ching*; aparece também em galoli, na mesma forma, e em português na forma *dachim*.

Há também nomes de árvores e plantas:

— *bunga*: «aloendro», do malaio *bunga*: «flor» (termo de Díli);

— *danbua*: «toranja, jambua», do malaio *jambua*;

— *camalenga*: «planta rastejante cujos frutos semelhantes a pequenas melancias, são, cortados ao meio, usados como copos nas iluminações»; (Oliveira Feijão identifica-a com a *Curcubita pepo* ou abóbora porqueira); do malaio *kemeling*;

— *cananga*: «árvore originária das Filipinas de que se extrai a essência de ilang-ilang» (*Cananga odorata*), do malaio *kenanga*;

— *marungi*: «nome de uma árvore» (*Moringa pterygosperma*), do malaio *merunggai*;

— *tanbaga* (*hudi tanbaga*): «qualidade de bananas de cor acobreada», do malaio *tembaga*: «cobre»; usa-se também em português de Timor;

— *piça mas* (*hudi piça mas*): «banana ouro», composto redundante e híbrido de tétum *hudi*: «banana», malaio *pisang*: «banana» e malaio *mas* ou *emas*: «ouro»;

— *patola*: «planta que dá uma espécie de cabeça comestível» (*Tricosanthes anguina*), do malaio *petola*: «cabaça, abóbora»;

e provavelmente também:

— *rumbia*: «tuaqueira, palmeira do açúcar» (*Arenga saccharifera*), do malaio *rumbia* ou *rembia* (termo de Díli; chama-se também *camria*);

e talvez ainda:

— *caladi*: «taro, inhame», do malaio *keladi* (chama-se também *talas* e *uhi*); pode ser vernáculo;

— *cabas*: «algodão», do malaio *kapas*; pode ser vernáculo; mas o tétum responde normalmente com um *-h-* ao *-p-* malaio; tétum *ahi*: «fogo», malaio, *api*; tétum *hili*: «escolher», malaio *pilih*, etc.

Há também nomes de animais; além dos dos peixes que referimos acima:

— *copcopu*: «borboleta», do malaio *kup-kup*.

Outros vocábulos de origem malaia designam objectos ou produtos, possivelmente introduzidos em Timor por comerciantes malaios:

— *cambatic*: «tecido decorado pelo processo *batik*, geralmente de ramagens, usado pelas mulheres como saia», do malaio *kain*: «saia» e *batik*, vocábulo cuja explicação já foi dada;

— *lipa*: «tecido de riscado aos quadradinhos usado pelos homens como saiote», provavelmente do malaio *lipat*: «dobra» (por terem todos o mesmo tamanho e se usarem dobrados para se ajustarem às dimensões do corpo de cada um);

— *selenda*: «certo tipo de tecido», do malaio *selendang*: «cache-col, lenço»;

— *salopa*: «caixinha de bambu» (chamada também *lalouçuc* e *au-baça*) provavelmente do malaio *selepa*: «tabaqueira»;

— *raga*: «cesto, cabaz», do malaio *raga*: «cesto» (termo de Díli);

— *dapur*, *dabur* ou *dafur*: «forno, cozinha», do malaio *dapur*: «cozinha»; aparece também em galoli; as formas *dabur* e *dafur* representam duas modalidades de adaptação à fonologia do tétum, a que é estranho o fonema *p*;

— *carol* ou *caron*: «saco de linhagem», do malaio *karong*; na forma *carol* usa-se também em galoli e em português de Timor;

— *kilat*: «espingarda», do malaio *kilat*: «relâmpago»;

— *saban*: «chávena», do malaio *chawan*, ao que parece étimo também do português *chávena*;

— *caléen*: «lata», do malaio *kaléng*: «estanho, lata», por sua vez do árabe *qal'aî* de que o português *calaim* deve derivar directamente;

— *catupa*: «bolas de arroz embrulhadas em folhas de palmeira e cozidas em água de coco», do malaio *ketupat*;

— *parpara*: «estrado para secar sagu, carne, peixe, etc.», do malaio *para-para*: «estante, prateleira»;

— *paçu*: «pia», do malaio *pasu* ou *paso*: «bacia» (termo de Díli);

— *peta*: «toro, pedaço de madeira», do malaio *pétak*: «divisão secção», por sua vez do sânscrito *pitaka*: «cesto» (termo de Díli); aparece em português na forma *pitaca* ou *peitaca* com o sentido de «divisão do porão de um junco»;

— *surat*: «documento, papel, livro», do malaio *surat*: «documento», talvez de origem árabe;

— *arac* (*tua arac*): «aguardente», do malaio *arak*, por sua vez do árabe; aparece em português do século XVI na forma *oraca* ou *orraca*;

— *larás*: «caibro, trave, viga», do malaio *laras*: «liso e cilíndrico»; usa-se também em português; fora de Díli diz-se *uçuc* ou *fafata*;

fortificada, lugar murado, castro,
rtaleza», do malaio *kota*: «forte,
«cidade», por sua vez do sânscrito
leza». O termo conserva em tétum
al de «lugar fortificado» (às povoa-
as dá-se o nome de *cnua*: «ninho»),
bém no malaio clássico — enquanto
generalizou o termo no sentido de

rco que se forma junto à foz de uma
laio *kolam*: «tanque, represa» (pode
rnáculo; o português *coilão* deriva,
directamente do malaio);

io», do malaio *afiun*, por sua vez
, que deriva do latim *opium*; pode
r directamente do português *anfião*,
directamente do árabe e muito cor-
de Barros e nos outros clássicos

do malaio *lorong*: «beco, passagem,
e ser vernáculo, mas parece mais
lo porque a terminação acentuada
r em tétum);

palha cónico corrente em todo o
», do malaio *tudong*: «véu, cober-
apéu» (idem);

folha larga», possivelmente do ma-
argo, espaçoso».

alaia designam realidades da vida
:

te», do malaio *jurubahasa* (de *juru*:
asa: «língua, idioma», por sua vez
hâsâ); pode ter entrado no tétum

— *cota*: «povoação fortificada, lugar murado, castro, tranqueira, fortaleza», do malaio *kota*: «forte, castelo», depois «cidade», por sua vez do sânscrito *kottah*: «fortaleza». O termo conserva em tétum o sentido original de «lugar fortificado» (às povoações não muradas dá-se o nome de *cnua*: «ninho»), que aparece também no malaio clássico — enquanto que o indonésio generalizou o termo no sentido de «cidade».

E ainda provavelmente:

— *colan*: «coilão, charco que se forma junto à foz de uma ribeira», do malaio *kolam*: «tanque, represa» (pode também ser vernáculo; o português *coilão* deriva, provavelmente, directamente do malaio);

— *afian*: «anfião, ópio», do malaio *afiun*, por sua vez do árabe *afiun*, que deriva do latim *opium*; pode também derivar directamente do português *anfião*, termo derivado directamente do árabe e muito corrente em João de Barros e nos outros clássicos quinhentistas;

— *lurón*: «estrada», do malaio *lorong*: «beco, passagem, corredor» (pode ser vernáculo, mas parece mais termo importado porque a terminação acentuada *-ón* não é vulgar em tétum);

— *tudón*: «chapéu de palha cónico corrente em todo o Sueste da Ásia», do malaio *tudong*: «véu, cobertura, tampa, chapéu»(idem);

— *lapa*: «azagaia de folha larga», possivelmente do malaio *lapang*: «largo, espaçoso».

Outras palavras de origem malaia designam realidades da vida social e religiosa, tais como:

— *durbaça*: «intérprete», do malaio *jurubahasa* (de *juru*: «perito» e *bahasa*: «língua, idioma», por sua vez do sânscrito *bhâsâ*); pode ter entrado no tétum

— *cota*: «povoação fortificada, lugar murado, castro, tranqueira, fortaleza», do malaio *kota*: «forte, castelo», depois «cidade», por sua vez do sânscrito *kottah*: «fortaleza». O termo conserva em tétum o sentido original de «lugar fortificado» (às povoações não muradas dá-se o nome de *cnua*: «ninho»), que aparece também no malaio clássico — enquanto que o indonésio generalizou o termo no sentido de «cidade».

E ainda provavelmente:

— *colan*: «coilão, charco que se forma junto à foz de uma ribeira», do malaio *kolam*: «tanque, represa» (pode também ser vernáculo; o português *coilão* deriva, provavelmente, directamente do malaio);

— *afian*: «anfião, ópio», do malaio *afiun*, por sua vez do árabe *afiun*, que deriva do latim *opium*; pode também derivar directamente do português *anfião*, termo derivado directamente do árabe e muito corrente em João de Barros e nos outros clássicos quinhentistas;

— *lurón*: «estrada», do malaio *lorong*: «beco, passagem, corredor» (pode ser vernáculo, mas parece mais termo importado porque a terminação acentuada *-ón* não é vulgar em tétum);

— *tudón*: «chapéu de palha cónico corrente em todo o Sueste da Ásia», do malaio *tudong*: «véu, cobertura, tampa, chapéu»(idem);

— *lapa*: «azagaia de folha larga», possivelmente do malaio *lapang*: «largo, espaçoso».

Outras palavras de origem malaia designam realidades da vida social e religiosa, tais como:

— *durbaça*: «intérprete», do malaio *jurubahasa* (de *juru*: «perito» e *bahasa*: «língua, idioma», por sua vez do sânscrito *bhâsâ*); pode ter entrado no tétum directamente do malaio ou por intermédio do português *jurubaça*, corrente nos textos do século XVI;

— *tunanga*: «primo ou prima cruzada», ou seja, «parentesco que une um homem a uma filha de um irmão de sua mãe, e vice-versa», do malaio *tunangan*: «noiva», derivado de *tunang* ou *tundang*: «desposar, prometer em casamento». Usa-se também em galoli. A explicação da translação semântica do sentido que o termo tem em malaio para o que adquiriu em tétum é simples e mostra um aspecto curioso do direito familiar timorense. Na sociedade timorense, como em muitas outras, praticam-se «casamentos preferenciais» com determinados parentes — enquanto que com outros são proibidos e tidos por incestuosos. Assim, o casamento com uma prima nas condições indicadas é preferencial, isto é, aconselhado pela prática costumeira, enquanto que o casamento com uma «prima paralela» (filha de um irmão do pai ou de uma irmã da mãe) é proibido; o casamento com uma «prima cruzada» em sentido inverso (filha de uma irmã do pai) é numas regiões proibido, noutras permitido, mas nunca aconselhado. Esta preferência é um corolário do estatuto de *fetosá-umane*: quando um rapaz desposa uma rapariga todos os parentes dele passam a ser *fetosá* de todos os parentes dela, que, por sua vez, ficam a ser *umane* dos dela. É o parentesco por afinidade que além de implicar uma espécie de aliança ou amizade perpétua entre as duas famílias, estabelece entre uma e outra um direito preferencial para futuros enlaces: daí em diante todos os varões *fetosá* têm o direito de escolher esposa entre as raparigas suas *umane*, sendo geralmente vedado, pelo menos na primeira geração, o enlace de varões *umane* com raparigas suas *fetosá*. O casamento com a prima *tunanga* é um corolário desta preferência, pois consiste afinal em, com o intervalo de uma geração, um homem ir de novo buscar esposa ao patriarcado de onde seu pai tomara a sua — e que, por esse facto, se tornara *umane* do seu. Em muitos povos de África existe uma prática semelhante, mas inversa, quando os povos seguem a sucessão matrilinear; em outros povos a união preferencial é com a «prima paralela» e não com a «cruzada».

— *baba*: «pai, papá» (termo pouco usual), do malaio *bapak*, que parece de origem indiana (cf. concani *bapui*); com esse vocábulo convergiu o malaio *baba*: «mestiço de nativo e chinês», que figura em tétum no composto *sina-baba*, com o mesmo significado;

— *daia*: «parteira», do malaio *dayah*, por sua vez do persa *dâyah*; o vocábulo aparece também no português do século XVI (onde deve ter entrado através do malaio), e sobrevive no crioulo de Macau;

— *nona*: «menina solteira», e mais comummente «amante de um europeu», do malaio *nona*: «donzela»;

— *sarani*: «cristão», do malaio *serani* ou *nesrani*: «nazareno, cristão», por sua vez de origem árabe;

— *saguati* ou *saucati*: «presente de cortesia», do malaio *sagu hati*: «prenda» (de *sagu*: «farinha de palma» e *hati*: «coração»); aparece também em português dos séculos XVI-XVII (por exemplo em Fernão Mendes Pinto e em Jacinto Freire de Andrade);

— *lagu*: «sotaque», do malaio *lagu*: «melodia, modo, maneira», diz-se também *lalacun*;

— *pontiana*: «ave nocturna de mau agouro», do malaio *pontianak*: «vampiro, fantasma de mulher grávida»;

e provavelmente também:

— *maninga*: «feitiço», do malaio *menninggal*: «morrer, morte»? ou do português *mandinga*?

— *nama*: «homónimo, tocaio, indivíduo que tem o mesmo nome que outro», do malaio *nama*: «nome», por sua vez do sânscrito *nâman*;

— *uri* (*aman uri* e *inan ruri*): «homem e mulher que tomam parte nos «estilos» de nascimento, a quem cabe enterrar ou suspender de uma árvore um saquinho com a placenta, e que ficam sendo como que os padrinhos da criança», do tétum *aman*: «pai» e *inan*: «mãe», e malaio *uri*: «placenta» (termo de Díli; nas outras regiões usa-se *aman uras* e *inan uras*, de *uras*: «panela em que se aquece a água para o parto», ou *aman teci ai*, à letra, «pai que corta a lenha» e *inan curu ué*, à letra, «mãe que vai buscar água», tudo termos relacionados com as diferentes fases do mesmo rito);

— *sina*: «chinês», do malaio *china*, de onde deve provir também o português *china*; é provável que em tétum a palavra tenha entrado directamente do malaio, pois os chinas já frequentavam as costas de Timor antes dos portugueses; a forma *china*, ou melhor grafado *xina*, com uma fricativa palatal no lugar da africada do malaio (e do português antigo) é estranha à fonética do tétum e resulta da influência portuguesa;

— *dato*: «nobre, chefe de suco», do malaio *dato* ou *datok*: «avô, ancião, nobre»; aparece também em português desde o século XVI; em tétum pode derivar do malaio ou ser vernáculo; no tétum do Timor Indonésio aparece também *temucun*: «tumungão, chefe de povoação não nobre, indivíduo da categoria imediatamente inferior aos datos», do malaio *teméngong*; no nosso Timor caíu em desuso.

São, finalmente, de origem malaia outros termos designando coisas diversas, alguns adjectivos e um ou outro verbo:

— *lapis*: «camada», do malaio *lapis*; aparece também em português do século XVI, embora não muito frequentemente;

— *tabo sa*, *tabo dua*, *tabo tica* e *tabo amba*: «nomes das quatro vigílias ou divisões da noite», provindo a palavra *tabo* provavelmente do malaio *tabok*: «dar palmadas, bater» ou de *taboh* ou *tabuh*: «tambor», e sendo *sa*, *dua*, *tica* e *amba* os numerais malaios *sa* ou *satu*: «um», *dua*: «dois», *tiga*: «três» e *empat*: «quatro», em formas acomodadas à fonética do tétum; usam-se também estas expressões em galoli; para as horas do dia usam-se *tucu ida*, *tucu rua*, *tucu tolu*..., etc., de *tucu*: «bater» (cf. *tabo*, para as horas da noite, de *tabok*: «bater» ou de *taboh*: «tambor»), mais os numerais do tétum, *ida*, *rua*, *tolu*, etc.

- *mancaal* ou *mancaar*[8]: «meio maduro, inchado, que começa a amadurecer», do malaio *mengkal*: «verde, não maduro» (termo de Díli);
- *longar*: «largo, lasso, frouxo», do malaio *longgar*;
- *malangás*: «indolente, mole, sem força», do malaio *melengah*: «ser indiferente, ser mole ou indolente» (termo de Díli);
- *lenga* (*la'o lenga*): «caminhar gingando, abanando os braços», do malaio *lenggang*: «oscilar, bambolear»;
- *istrica*: «passar a ferro», do malaio *istrika*: «ferro de passar»; será o termo numa e noutra língua derivado do português *esticar* por contaminação com *estrigar*: «assedar o linho para se fiar», ou com outra palavra?

e de etimologia menos clara:

- *runguranga*: «estar em confusão, em desordem», sem dúvida do malaio *runggu-rangga*: «agudo, bicudo», o nexo semântico entre um e outro significado, pouco claro, pode estar em algo como «emaranhado de picos» (termo de Díli);

---

[8] São muito frequentes em tétum as palavras em que o *-r* e o *-l* finais alternam, como variantes opcionais: *bubul* ou *bubur*: «palavão», *dicur* ou *dicul*: «corno», *acar* ou *acal*: «sagu», etc.; não conhecemos, pelo contrário, caso de oposição fonológica entre esses dois fonemas em posição final. Somos daí levados a concluir que, em tétum, em final de palavra, os fonemas |r| e |l| se fundem num arquifonema líquido |L|, que pode ter, opcionalmente, as duas realizações *r* e *l*.

— *mangame*: «dizer coisas sem nexo, delirar», talvez do malaio *mengema*: «ressoar, fazer eco»;

— *geba*: «arremessar»; do malaio *gébés*: «mover-se» (?)

— *getal*: «fazer cortes no tronco de uma árvore»; do malaio *getah*: «seiva», de onde *bergetah*: «sangrar uma árvore»?; ou de *getap*: «partir, quebrar»?

São ainda, provavelmente de origem malaia:

— *hamoco* ou *amoco*: «matar traiçoeiramente», do malaio *amok*: «amouco, indivíduo que como tresloucado faz voto de matar quantos veja à sua frente»; o *h-* inicial pode ser devido à analogia com os verbos causativos em *ha-*, a que já aludimos;

— *seret*: «atirar rente à terra, lançar horizontalmente», do malaio *sérét*: «arrastar, puxar pelo chão» (?); (termo de Díli);

— *bican*: «prato»; do malaio *pinggan* (?); em galoli existe *bigan* com o significado de «porcelana»;

— *biru*: «azul», do malaio *biru*: «azul, sulfato de cobre» (?) pode ser vernáculo.

Quanto a *baçar*: «bazar, mercado», cujo étimo remoto é o persa *bazâr*, é mais provável que tenha entrado no tétum através do português *bazar*, que do malaio *pasar*.

Alguns dos vocábulos acima indicados podem ter entrado no tétum há muito tempo; outros são sem dúvida recentes, como os seguintes, de origem europeia ou referentes à presença dos europeus na Indonésia:

— *botir*: «garrafa», do malaio *botol* por sua vez do inglês *bottle*;

— *balanda*: «holandês», do malaio *belanda*; usa-se também com o sentido de «louro, claro»: *matan balanda*: «olhos azuis» (à letra «olhos de holandês»); *tali balanda* (tali: «corda, fio») é o sizal.

Em vaiqueno, língua do Oé-cussi, usa-se *oto* (do malaio *oto*, por sua vez de *auto*) para significar «viatura, automóvel, camioneta», que nas outras regiões se diz *careta* (do português *carreta*), que existe também no malaio na forma *keréta*.

A extensão da lista apresentada mostra que a influência malaia no tétum é vultosa — testemunho de uma presença malaia talvez não intensa, mas prolongada, no litoral timorense. A variedade dos vocábulos usurpados ao malaio pelo tétum mostra que não podem ter entrado neste idioma apenas devido ao comércio — mas através de um grupo, forçosamente numeroso de indivíduos bilingues, de que a fraca difusão do malaio em Timor nos dias de hoje mal deixaria suspeitar a existência.

BIBLIOGRAFIA :

— P.e Manuel Patrício Mendes, *Dicionário Tétum-Português*, Macau, 1935.
— Raphael das Dores, *Dicionário Teto-Português*, Lisboa, 1907.
— John M. Echols e Hassan Shadily, *An Indonesian English Dictionary*, N. York, 1963.
— Abdul Rahman Bin Yusop, *Malay Gem Dictionary*, Collins, Londres e Glasgow, 1970.
— Sir Richard Winstedt, *Malaya and Its History*, Londres, 7.ª ed., 1969.
— D. G. E. Hall, *A History of South-East Asia*, 3.ª ed., N. York, 1970.
— Charles Robequain, *Malaya, Indonesia, Bornéo and the Philippines* (tradução inglesa), Londres, 1961.
— Armando Cortesão, *The Suma Oriental of Tomé Pires, an account of the East from the Red Sea to Japan, written in Malaca and India in 1512-1515, and the Book of Francisco Rodriguez rutter of a voyage in the Red Sea, Nautical rules, almanack and maps, written and drawn in the East before 1515*, translated from the portuguese MS in the Bibliothéque de la Chambre des Deputés, Paris, and edited by ..., Hakluyt Society, Londres, 1944.
— Visconde de Lagoa, *Fernão de Magalhães*, 2 volumes, Lisboa, 1938.
— David Lopes, *A Expansão da Lingua Portuguesa no Oriente durante os séculos XVI, XVII e XVIII*; 1.ª ed., 1936; 2.ª ed., por Luís de Matos, s/data.
— Alberto Osório de Castro, *A Ilha Verde e Vermelha de Timor*, A.G.C., Lisboa, 1943.
— Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente* — (*Insulindia*), 5 vols., Lisboa, 1960-63.
— P.e Jose Lopez Ortiz, *Derecho Musulman*, Labor, Barcelona, B. Aires, 1932.
— Artur Teodoro de Matos, *Timor Português — 1515-1769 — Contribuição para sua história* (dissertação de licenciatura, policopiada), 2 volumes, Lisboa, 1974.
— Armando Pinto Correia, *Gentio de Timor*, Lisboa, 1934.
— Joginder Singh Jessy, *History of Malaya (1400-1959)*, Penang, 1965.

VI

OS CHINESES EM TIMOR

As relações entre a China e os territórios do Sueste Asiático iniciaram-se em épocas muito recuadas; a influência chinesa, embora não tenha atingido a importância decisiva da influência indiana, desempenhou também na evolução histórica da Ásia do Sueste o seu papel. Na arte popular de algumas regiões mais próximas da China, como é o caso de Bornéu é nítida a influência da arte do período Cheu, a primeira das dinastias históricas da China (1150-249 a. C.) que se deve ter difundido imediatamente após a influência de Dong-Son. Esse «estilo Cheu tardio» caracteriza-se pela assimetria dos elementos decorativos e pela sua disposição em campo aberto, como que flutuando no espaço; a sua influência, nítida em Bornéu, atingiu, de forma atenuada o resto da Insulíndia e mesmo algumas ilhas do Pacífico — tendo deixado também em Timor um ou outro traço[1]. Em Bornéu e nas Filipinas divulgou-se, de longa data, o arado de tipo chinês, enquanto que nas ilhas mais ocidentais (Samatra, Java e Bali) se vulgarizou o de tipo indiano; nas restantes ilhas, como é o caso de Timor, o arado continua a ser desconhecido fazendo-se a lavra dos arrozais apenas com as patas dos búfalos.

Até ao século III ou IV da nossa era os comerciantes chineses não se interessaram de uma maneira sistemática pelos produtos da Insulíndia; mas comerciavam já com a Índia e com os portos do Índico Ocidental, e para isso eram obrigados a atravessar os mares do Arquipélago, entretendo, provavelmente, relações esporádicas com uma ou outra região em que fariam escala. Em Java têm sido encontradas porcelanas chinesas remontando à época dos Han (206-9 a. C.).

---

[1] É a opinião de Ruy Cinatti, a quem agradecemos esta informação.

A indianização de Samatra e Java, e a sua entrada na órbitra das civilizações superiores da Ásia, pelo século V da nossa era, corresponde a um incremento do comércio dessas regiões quer com a Índia quer com a China. A presença de comerciantes chineses nos mares do Arquipélago passa, nessa época, a ser frequente e regular. A China arroga-se mesmo um direito de suzerania — aliás puramente nominal — sobre a região, e os principais potentados, tanto da Península Indochinesa como das ilhas, passam a enviar periodicamente embaixadas a prestar vassalagem ao Filho do Céu. Os Yuan, a dinastia mongol que dominou a China de 1277 a 1368, tentaram efectivar o seu domínio sobre a Ásia do Sueste: em 1292 Kublai Khan enviou uma expedição contra Java; mas a tentativa não teve seguimento.

As relações mais intensas da China foram com as ilhas de Bornéu, Samatra e Java; mas desde cedo que os mercadores chineses foram também atraídos às ilhas de Maluco pelo comércio do cravo. O sândalo, muito apreciado na China, deve-os ter atraído igualmente a Timor; ignora-se em que época tenham começado a frequentar as costas da ilha, mas sabe-se que já em 1436 aí vinham buscar sândalo [2], e que nas vésperas da chegada dos portugueses ao Oriente a visitavam com frequência.

Testemunho insofismável dessas relações directas com a China é a grande quantidade de louças chinesas que se encontram em Timor, remontando algumas, ao que se julga, à época dos Tang (618-907). A maior parte, evidentemente, é bem mais recente. Encontram-se frequentemente em uso entre os nativos, mesmo nas zonas mais remotas da Província; algumas, consideradas *lulic* (sagradas) são conservadas em «casas-lulic» com outros objectos a que igualmente se atribui um valor sobrenatural [3].

---

[2] W. P. Gronneveldt, *Notes on the Malay Archipelago and Malaca compiled from chineses sources*, 1880, citado por H. G. Schult Nordholt, *The political system of the Atoni of Timor*, The Hague, 1971, p. 50.

[3] Tendem hoje, infelizmente, a desaparecer, pois os coleccionadores adquirem-nas facilmente a preços baixos (graças à ignorância dos nativos quanto ao seu verdadeiro valor) e trazem-nas para a Metrópole. O Governo da Província acaba de proibir a sua exportação — mas, dada a falta de meios de vigilância, é duvidoso que a proibição surta efeito. A maioria é hoje irrecuperável

Quando em 1511 os portugueses se estabeleceram em Malaca encontraram um pequeno grupo de mercadores chineses radicados na cidade, em que ocupavam o subúrbio chamado Campom China (em malaio *Kampong China*: «aldeia dos chinas»), na margem direita do rio de Malaca; no porto estavam alguns navios chineses e foi por eles que Afonso de Albuquerque mandou as primeiras mensagens de paz ao Celeste Império. Mas nos decénios seguintes os chinas desaparecem, praticamente por completo, dos portos do Sueste Asiático: os Ming então no trono (1368-1644) praticavam uma política de retracção aos contactos com os estrangeiros e encerramento da China aos bárbaros, e preferiram entregar aos portugueses (como antes haviam feito aos malaios) o comércio externo do seu vasto império, proibindo a saída de mercadores chineses. Durante a primeira metade do século XVI o comércio entre a China e os vários territórios da Ásia do Sueste é, assim, praticamente, um monopólio português: os diversos produtos são canalizados para Malaca, de onde os leva a Armada que anualmente se organiza na Índia para a China e Japão; no retorno, é também de Malaca que os produtos da China irradiam para as várias ilhas do Arquipélago. Na segunda metade do século XVI começam a realizar-se viagens directas entre Macau e Sunda (Java Ocidental) e entre Macau e Timor, sem passar por Malaca[4]; o objectivo era, no primeiro caso, o comércio da pimenta, no segundo o do sândalo — produtos de que a China era um dos principais consumidores. Estas viagens eram organizadas em Macau pelos capitães-mores das armadas da China e Japão.

Para o fim do século XVI, devido talvez à decadência do comércio português, talvez a um afrouxamento da vigilância na China, reaparecem em Timor (e também em Maluco e Banda, mas não ainda em Malaca) navios chineses a comerciar clandestinamente. Trata-se muitas vezes de «chinchéus», isto é, gente de Chüan

---

para o Museu que se pretende criar em Díli e em que, muito justamente, deveriam figurar; mas podem ainda ser inventariadas, classificadas e estudadas — o que permitiria tirar importantes conclusões sobre as relações comerciais de Timor com a China.

[4] As viagens de Macau a Timor continuaram a realizar-se com regularidade até aos meados do século XVIII, em que, com a decadência do comércio de sândalo, deixaram de se efectuar regularmente.

Chow ou de Chang Chow, portos da Província de Fu-kien, no estreito da Formosa. As referências a este comércio clandestino são constantes a partir do fim do século XVI.

A pouco e pouco os chinas começam-se a radicar nos portos da Ásia do Sueste; vimos já como à chegada dos portugueses a Malaca (1511) havia já um núcleo deles estabelecido na cidade, no subúrbio de Campom China. Eram também numerosos no Sião, e aos poucos foram-se espalhando pelos demais territórios. Em 1634 o aventureiro inglês Sir Thomas Herbert notava que todos os portos do Sueste Asiático estavam cheios de chineses «infinitamente industriosos».

Estes chinas estabelecidos na terra designam-se a si mesmos por *hua chiao*: «chineses domiciliados». Sabemos que em 1700 só em Batávia e seus subúrbios eram cerca de 10.000.

Em Timor as referências a chinas estabelecidos na terra são mais tardias; a mais antiga é uma referência indirecta: trata-se do «Regimento do Ouvidor de Solor e Timor», dado pelo governador António Coelho Guerreiro em 20 de Setembro de 1702, que prevê penas diferentes para cada crime consoante os delinquentes sejam europeus, timores ou chineses [5]. Em 1704 uma carta do mesmo governador ao Vice-Rei da Índia nomeia cinco comerciantes chinas radicados em Timor [6]; em 1751 há uma referência a serralheiros chineses que trabalhavam na Província.

O grande incremento da emigração chinesa para o Sueste Asiático deu-se, porém, no século XIX. Por esse tempo a China Meridional começava a atingir a saturação demográfica, ao mesmo tempo que, sob a pressão da civilização ocidental, a sociedade tradicional chinesa se começava a desiquilibrar, provocando a deterioração da situação social e económica do país. Por outro lado as potências europeias que dominavam o Sueste Asiático lutavam nas suas possessões com falta de mão de obra — pois de uma maneira geral as populações locais eram indolentes, falhas de iniciativa e dificilmente adaptáveis a certos géneros de trabalho; o desenvolvimento e a exploração económica dos territórios coloniais da Ásia do Sueste fez-se assim, em grande parte à custa da importação de mão-de-obra chinesa. Foi assim que, sob a égide das potências colonizadoras, alguns milhões de chineses trocaram as suas cidades e aldeias do Kwang Tung e do Fu Kien pelas «margens do grande mar do Sul». Timor não escapou a esta vaga migratória: a partir de meados do século XIX são constantes as referências a chineses estabelecidos não só em Díli e nos outros portos do litoral, mas também no interior da ilha. Então, como hoje, viviam na sua esmagadora maioria, do comércio de retalho. Forbes notou, como já dissemos, essa predominância dos chinas no comércio: «beasides the official staff, very few europeans live in Dilly; the entire trade of the island being conducted by arabs and (chiefly) by chinamen».

---

[5] Transcrito integralmente por Artur Teodoro de Matos, *Timor Português (1515-1769) — Contribuição para a sua história*, vol. II, doc. VII;

[6] Transcrito *ibidem*, doc. XII;

Até ao fim do primeiro quartel do corrente século a emigração chinesa para o Sueste Asiático era quase exclusivamente masculina; os emigrantes ou eram temporários e regressavam à China quando juntavam o pecúlio que desejavam, ou tomavam mulher no país, mestiçando-se assim rapidamente com a população local. Desde cerca de 1920, porém, começou a desenvolver-se a imigração feminina — do que resultou, por um lado, a estabilização das famílias imigradas, e, por outro lado, a diminuição do contacto com a população local e uma maior tendência para o encerramento da comunidade chinesa sobre si mesma. Depois da 2.ª Guerra Mundial a imigração de chineses cessou praticamente — mas o seu número continuou a aumentar devido à multiplicação das famílias existentes, em regra muito prolíferas. Em Timor não se pode dizer que a imigração chinesa tenha cessado completamente — pois continuam esporadicamente a fixar-se na Província chinas, oriundos geralmente de Macau — mas restringiu-se muito.

A grande maioria dos chinas que hoje vivem em Timor nasceram já na Província. O seu número eleva-se, segundo o último censo, a 6.120 — mas supõe-se que, de facto, seja muito mais elevado, talvez o triplo. Cerca de metade vive em Díli, onde detêm 98 % dos estabelecimentos comerciais e a maior parte do comércio externo (incluindo 60 % das exportações de café); a outra metade vive dispersa pelo interior, onde detêm a totalidade dos estabelecimentos de comércio de retalho. Segundo o censo há chinas em 42 dos 56 postos administrativos da Província — mas sabemos que os há também em postos em que o censo os não regista, como Baguia, Iliômar e Fatu-mean. Segundo o censo os chinas constituem 5 % da população total do concelho de Díli, e nos outros concelhos percentagens que variam entre 0,3 % no Oé-cussi e em Viqueque e 0,9 % em Liquiçá.

Tem-se dito e escrito várias vezes que os chineses de Timor são oriundos de Macau; esta informação não é inteiramente correcta, e provém do hábito generalizado de ver a nossa história ultramarina isolada do contexto da história local, agravada, no caso de Timor, pelo desconhecimento que geralmente reina acerca dos territórios circunvizinhos. A emigração chinesa para o Sueste Asiático é um fenómeno geral, que se verifica em todas as ilhas da Insulíndia, e em que a presença portuguesa em Macau pouco ou nada influiu. Alguns dos chinas de Timor são, de facto, cantonenses, oriundos de Macau e regiões vizinhas; mas a maioria pertence ao grupo Hakká. Os Hakká são chineses oriundos da Província de Hu-nan, na margem do sul do Yang-tse-kiang que há séculos se foram estabelecer no interior da província de Kwang-Tung, e parte das de Fu-kien, Kwang Si e Kiang Si. Constituem no território que ocupam uma população menos evoluída que a maioria dos chineses; a sua língua é mais próxima do mandarim que o cantonês e as línguas do Fu-kien. Como todas as populações do Sul da China os Hakká fornecem grandes contingentes à emigração; há pequenos grupos deles estabelecidos em Hong-Kong e Macau, e numerosos núcleos no Sueste Asiático. Os chineses emigrados têm tendência a agrupar-se por dialectos de origem: assim no sul do Sião predominam os Hokkien (oriundos de Amoy, província de Fu-kien), no Sião central os Teochiu (oriundos de Swatow, no leste do Kwang-tung), em Java os cantonenses, etc.

HAKKá

Ao contrário do que se passa em muitas regiões da Indonésia, onde parte dos chineses esqueceram a sua língua original, os chinas de Timor continuam a exprimir-se entre si no seu dialecto. Dos mais velhos há ainda alguns que não falam outra língua; mas a maioria fala também o tétum, indispensável para se entenderem com os nativos, uma vez que não há, praticamente, um timor que saiba falar chinês. A maioria dos homens e muitas das mulheres falam hoje geralmente, também o português.

A comunidade chinesa mantém, espalhadas pela Província, 17 escolas primárias; em Díli têm uma escola secundária. Nestes estabelecimentos estuda-se o *kuan-hua* ou *mandarim*, a língua oficial da China; o ensino é ministrado segundo os programas da

Formosa, a que se ajunta, por imposição legal, o ensino do português e da história portuguesa.

Fechados sobre si mesmos os chineses nem procuram integrar-se na nossa civilização nem integrar na sua os nativos; a sua influência sobre o modo de viver e a cultura dos timores é, por isso, praticamente nula. Apenas se lhes pode atribuir a mais rápida difusão de alguns produtos manufacturados, oriundos, aliás, mais frequentemente da Europa que da China. Entre as camadas evoluídas da população timorense esboça-se, actualmente, uma tímida divulgação de alguns cozinhados de origem chinesa como o *van-tan* e o *chao-min*. A cabaia ou blusa que as mulheres de Timor hoje geralmente usam (excepto as de algumas zonas mais isoladas que se mantêm fiéis ao tradicional *sabulo* ou *tais-feto*, preso sob os sovacos) não é, como já se tem escrito, de origem chinesa, mas javanesa. O termo *cabaia*, de origem árabe, introduzido no português no século XVI, designa diversos tipos de traje usados no Oriente que apenas têm em comum o facto de possuírem mangas: a cabaia chinesa, aberta dos lados, a cabaia de Samatra e da Malásia, túnica larga que desce até aos joelhos, a de Java que é uma simples blusa, e a de Bali, semelhante mas mais decotada. O tipo usado em Timor é precisamente igual ao de Java — e é, portanto, dessa ilha que deve provir.

Não conhecemos a existência em tétum de palavras de origem chinesa — o que, dado o carácter muito peculiar da língua chinesa, e o ensimesmamento da comunidade china, não é de admirar; mas naturalmente que só um estudo cuidadoso, feito por quem domine os dois idiomas, pode levar a conclusões seguras neste particular.

BIBLIOGRAFIA :

— Marie Antoinette Petronella Meilink Roelofoz, *Asian trade and European influence in the Indonesian Archipelago between 1500 and about 1630*, Haia, 1969.

— H. G. S. Schult Nordholt, *The political system of the Atoni of Timor*, Haia, 1971.

— Henry O. Forbes, *A naturalist's wanderings in the Eastern Archipelago, a narrative of travel and exploration from 1878 to 1883*, Londres, 1885.

— Jean Delvert, *Geographie de l'Asie du Sud Est*, P.U.F., Paris, 1967.

— Stanley Karnow, *L'Asie du Sud-Est.*

— Pierre Gourot, *L'Asie*, Paris, 1971.

— O. W. Wolters, *Early Indonesian Commerce*, N. York, 1967.

— Charles Robequain, *Malaya, Indonesia, Borneo and Philippines*, trad. de E. D. Laborde, Londres, 1961.

— Aurtur Teodoro de Matos, *Timor Português —1515-1769 — Contribuição para a sua história* (dissertação de licenciatura, policopiada), 2 volumes, Lisboa, 1974.

— Luis Filipe F. R. Thomaz, *Os portugueses em Malaca, 1511-1580* (dissertação de licenciatura, policopiada), 2 volumes, Lisboa, 1964.

— Instituto Nacional de Estatística — Delegação de Timor, *Recenseamento geral da população e da habitação* (30-XII-1970), policopiado.

VIII

OS PORTUGUESES EM TIMOR E O PORTUGUÊS DE TIMOR

Foi provavelmente em 1515 que os portugueses chegaram a Timor; até quase ao fim do século XVI não há, porém, notícias de portugueses estabelecidos em Timor; a ilha apenas era visitada pelos navios que, anualmente, vinham buscar sândalo, e, feita a carga, regressavam a Malaca. Foi por volta de 1560 que se estabeleceram na ilha de Solor os primeiros missionários dominicanos; daí passaram a Timor. Não havia ainda nas ilhas uma administração portuguesa organizada, de modo que foi aos missionários que, nesta primeira fase, foi confiado o poder temporal: era de sua escolha o capitão da fortaleza de Solor, que o vice-rei da Índia se limitava a confirmar. É a partir de 1642 que a autoridade régia se começa a afirmar, de modo mais directo sobre a ilha; mas só em 1702, com a nomeação do primeiro governador, se começa a esboçar uma organização administrativa efectiva. Essa limitava-se, porém, à administração central, pois não havia ainda uma administração local organizada; a presença portuguesa efectiva limitava-se a alguns pontos do litoral (Lifau, Batugadé, Díli, Manatuto), e no interior os régulos governavam a seu talante os seus reinos, embora sob uma suzerania pouco mais que nominal da Coroa Portuguesa. Só com o governador Celestino da Silva (1894-1908) foi criada no interior da Província uma rede de postos administrativos.

O número de portugueses radicados em Timor sempre foi muito diminuto; até ao fim do século XIX fixaram-se alguns, que podemos repartir por quatro categorias: missionários, comerciantes, funcionários (civis e militares) e deportados.

Foi o governador Celestino da Silva quem empreendeu a primeira tentativa de colonização europeia de Timor, ambiciosa, talvez, na intenção, mas modesta na efectivação que alcançou: estabeleceu-se na Província uma vintena de colonos, 4 idos propositadamente da Metrópole e 3 de Macau, sendo os outros militares e funcionários que se reformaram e se deixaram ficar em Timor. Nos primeiros anos do Estado Novo, Timor recebeu alguns deportados políticos, de que boa parte se fixou na Província; radicaram-se também na terra alguns funcionários e militares desmobilizados. O número de europeus assim radicados em Timor entre 1928 e 1935 foi de 23.

Dos militares que compunham a expedição que em 1945, finda a guerra e a ocupação japonesa, reocupou Timor, estabeleceram-se na terra, a título mais ou menos definitivo, umas duas dúzias. Desde então alguns outros lhes seguiram o exemplo, mas sempre em quantidades diminutas: um ou dois por ano, em média, nos últimos tempos.

De uma maneira geral não se fixaram mulheres em Timor; a grande maioria destes colonos desposou, assim, mulheres nativas. As levas mais antigas estão hoje, por isso, completamente mestiçadas; as mais recentes, pelo mesmo motivo, está-lo-ão dentro de uma ou duas gerações.

Deste fenómeno resultam dois aspectos curiosos: primeiro, o desiquilíbrio entre o quantitativo de europeus e o de europeias, 1.054 homens para 409 mulheres, segundo o último censo; segundo, o ser o número de mestiços superior ao de europeus, 1.939 contra 1.463. Deve notar-se, contudo, que o número de europeus fornecidos pelo censo, 1.463, inclui funcionários e militares em comissão temporária — é significativo que desses 1.463, 519 tenham idade entre os 20 e os 24 — de modo que o número de europeus verdadeiramente radicados não deve exceder uma centena. Ao contrário da dos europeus, a distribuição dos mestiços por grupos etários é regular — o que mostra tratar-se de uma população estabilizada.

A presença portuguesa não acarretou, porém, apenas a fixação de europeus em Timor: acarretou também a da gente oriunda de outras províncias ultramarinas: moçambicanos (durante muitos anos Timor foi guarnecida por tropas landins), goeses, macaístas e caboverdianos. Já em 1885 Forbes notava esse aspecto, comentando: «the streets of Dili itself offer to the traveller a fine studio for ethnological investigation for a curious mixture of nationalities other than European rub shouders with each other in the town's narrow limits. At a single glance one sees that this crowd has few elements in common with that seen at Cupang in the West». Parte desses elementos foram absorvidos pela população local; hoje continua a haver alguns goeses (42, segundo o último censo) e alguns caboverdianos (22, segundo o censo).

Da debilidade da presença portuguesa na ilha ao longo dos séculos, do reduzido número de europeus estabelecidos, e da difusão do tétum como língua franca, resulta que o português se não impôs nunca de uma maneira definitiva como língua veicular.

O seu uso é sobretudo frequente na cidade; já Forbes o notou, e com certo espanto: «in going into the various offices and shops I was struck to find all business conducted not, as in the Dutch possessions, in the *língua franca* of the Archipelago, Malay, but in Portuguese».

Fora de Díli o uso do português é muito menos frequente. Como os missionários adoptaram desde cedo o tétum (e também o galoli e o vaiqueno) como língua da catequese e da pregação, o papel do português é, em Timor, essencialmente o de língua administrativa e de cultura — um pouco como o latim na Idade Média europeia.

É impossível dizer com rigor quantos nativos o saibam falar; havendo entre a população adulta 90 a 95 % de analfabetos, restam 5 a 10 % que sabem falar, ler e escrever o português; mas há muitos que o falam regularmente apesar de não terem frequentado a escola. Podemos por isso supor que 15 a 20 % da população timorense entenda e fale o português. A situação tende a alterar-se entre as camadas jovens da população com a difusão do ensino nos últimos anos: em 1970-71 já frequentavam a escola 28 % das crianças em idade escolar; em 1972-73 essa percentagem ascendeu a 51 %, e em 1973-74 a 77 %.

O português falado em Timor não apresenta particularidades dialectais dignas de nota; apresenta, contudo, algumas particularidades vocabulares interessantes. Essas particularidades vocabulares referem-se, sobretudo, a nomes de plantas, animais e produtos da região, e, em menor medida, a usos, costumes, crenças e instituições da população nativa.

O mais curioso é que a maioria dos vocábulos próprios do português de Timor não foi tomada aos dialectos timorenses mas a outras línguas asiáticas, especialmente ao malaio. Muitos deles, aliás, embora não sejam hoje utilizados no português de outras regiões, ocorrem nos nossos clássicos quinhentistas, como João de Barros, Fernão Mendes Pinto, etc. Este facto mostra que, apesar de a difusão do português em Timor ser restrita, e exígua a fixação de portugueses na ilha, há uma certa continuidade no uso da nossa língua — sem o que seria impossível a persistência de vocábulos correntes no português quinhentista e depois caídos em desuso nas outras regiões.

A predominância dos vocábulos usurpados ao malaio e a outras línguas asiáticas sobre os usurpados ao tétum e a outras línguas timorenses tem a sua explicação. Em primeiro lugar, o império português do Oriente nos séculos XVI e XVII, não era um império territorial, mas antes uma talassocracia, uma rede de rotas de navegação e linhas de comércio, defendidas por um eficiente poder naval e apenas apoiadas em terra por feitorias e fortalezas dispersas ao longo das costas. O comércio era a sua razão de ser e a sua base económica; era, por isso, grande a mobilidade de pessoas de uma para outra feitoria, e, consequentemente, intensos os contactos não só comerciais como culturais entre as diversas regiões. Ora Timor era nesse sistema uma peça marginal e secundária — não admira pois, que, no aspecto de que nos estamos ocupando como em muitos outros, tenha recebido mais que aquilo que deu. Em segundo lugar o estabelecimento dos portugueses em Timor é, como notámos já, relativamente tardio; quando lá chegaram os portugueses tinham, por consequência, tomado já conhecimento da maior parte das plantas, animais e produtos da ilha, pois, em geral, não são exclusivos de Timor, mas comuns a todo o Sueste Asiático ou mesmo a toda a Ásia tropical; os portugueses encontraram-nos na Índia ou em Malaca — e foi às línguas faladas nessas áreas que foram buscar os vocábulos correspondentes. Em terceiro lugar, finalmente, os portugueses, como notámos, só no fim do século passado penetraram decididamente no interior de Timor, sendo até aí a sua presença efectiva apenas no litoral, onde, como vimos também, a língua de relação era o malaio[1].

---

[1] A influência malaia é também nítida no hoje quase extinto dialecto crioulo de Macau: vocábulos como *nhonha*: «senhora casada» (do malaio *nyonya*), *cipo*: «concha» (do malaio *siput*), etc.; formação de plural por reduplicação (*porco-porco*, *festa-festa*), etc. Isso deve-se, provavelmente, ao facto de Macau ter nos primeiros tempos gravitado, como Timor, na órbita comer-

É por estes motivos que nos não aparecem palavras usurpadas ao tétum antes do século XIX; as mais antigas que conhecemos ocorrem nos *Annaes Maritimos e Coloniaes* de 1843. A partir de então, devido simultaneamente à recessão dos contactos com as zonas de língua malaia e ao incremento dos contactos com as populações do interior de Timor, o número dos vocábulos usurpados ao tétum tende a aumentar. Verifica-se, mesmo, uma tendência para substituir os termos de origem malaia pelos correspondentes termos tétum: assim, por exemplo, *pomal*: «coisa sagrada para os nativos, tabu» (do malaio *pemali*), corrente ainda nos textos do início deste século, caiu no esquecimento substituído pelo tétum *lulic*; *tali metan* concorre já com *gamute* (do malaio *gomuti*), etc.

Vamos enumerar seguidamente as principais particularidades vocabulares do português de Timor, registando tanto os termos ainda actualmente em uso como os apenas atestados por documentos escritos em épocas transactas; anotaremos, também, desde quando está atestado o seu uso, e se é exclusivo de Timor ou comum a outras regiões, como Macau, Malaca e a Índia Portuguesa [2].

Nem todas as particularidades vocabulares do português de Timor correspondem a préstamos de línguas asiáticas: algumas correspondem a termos vernáculos que, por translação semântica adquiriram um sentido um pouco diferente do que têm no português usual, ou se especializaram numa determinada acepção:

— *axorca*: «manilha, pulseira» (do áraze *ax-xurkâ*: «pulseira»), designa os adornos de pele de cabra que os nativos nos dias de festa põem nos tornozelos, conhecidos em tétum por *bibi fulun*: «pêlo de cabra» ou *babeta*;

---

cial de Malaca, que até 1641, data em que caiu em poder dos holandeses, foi o grande centro do comércio português na Asia do Sueste; era aí que muitos dos mercadores que frequentavam Macau, Timor, Maluco, etc., tinham a sua base de operações.

[2] Guiámo-nos sobretudo pelo *Glossário Luso-Asiático* de Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado, acrescentando, contudo, numerosos vocábulos que não regista, corrigindo-o quando encontrámos abonações mais antigas que as que indica, e, uma ou outra vez, quando não concordámos com a etimologia que propõe. Os termos caídos hoje em desuso mas frequentes na documentação dos séculos XVII e XVIII foram respigados sobretudo no já citado trabalho de Artur Teodoro de Matos.

— *estilo* (palavra erudita usurpada ao latim no séc. XIV), designa — como por vezes nos textos do séc. XVI — as práticas religiosas dos nativos gentios, e em especial os sacrifícios de animais da religião animista tradicional;

— *morador* designa o membro da força militar de um reino nativo; cada reino tem a sua «companhia de moradores» que outrora servia na guerra, e hoje de força de policiamento interno; parte delas está hoje integrada no «corpo militar de 2.ª linha» e recebe periodicamente instrução junto das tropas regulares; às concentrações de moradores em pé de guerra dava-se o nome de *arraial*; foi com os arraiais dos reinos fiéis que se fizeram as campanhas de pacificação do fim do século passado e início do corrente;

— *tranqueira* designa uma pequena fortaleza (há-as em Loré, Laga, Baguia, Ossu, Vemasse, Maubisse, Ainaro, Maubara, Batugadé, Bobonaro etc.); o termo já era usado nessa acepção em Malaca no séc. XVI: designava as fortificações (mais ligeiras que as da cidade) do bairro de Upeh, hoje, por esse motivo conhecido por Trankerah ou Tranqueira;

— *várzea*, usa-se, tal como em Goa, no sentido restrito de «arrozal, campo de arroz»;

— *balisa* é o termo corrente para designar a fronteira ou limite entre dois reinos, dois sucos ou dois postos administrativos (em tétum *rai-keta*), embora na maior parte dos casos não seja materializado por nenhuma «balisa» no sentido corrente do termo;

— *finta*, vocábulo da nossa tradição jurídica medieval, designava o tributo que os régulos anualmente pagavam à Coroa Portuguesa; esse tributo foi substituído no início deste século por uma capitação, mas o vocábulo subsiste com o sentido genérico de «imposto, tributo» e entrou nas línguas nativas;

— *bando* (do antigo alemão *bann*): «proclamação de uma ordem pública», designa uma decisão do governador ou uma sentença arbitral que ele dê em qualquer diferendo; embora tenha caído em desuso na língua oficial, sobrevive na linguagem popular e passou aos dialectos nativos, sobretudo na acepção de «proibição».

Das palavras propriamente exógenas, algumas são de origem árabe, e entraram no português no século XVI ao contacto com os árabes da Arábia, Índia e África Oriental:

— *pateca*: «melancia», do árabe *battikh*; o termo aparece em 1527 no *Itinerário* de António Tenreiro e é usado por Garcia de Orta; quase esquecido no português, passou ao tétum de Díli, em que é usual, formando-se até a partir dele o composto *pateca malae* (à letra, «melancia estrangeira»), para designar o melão, raro em Timor;

— *cabaia*, do árabe *qabâ*, em certas regiões *qabâya*, designa em Timor uma blusa com mangas, sem botões (fecha-se com alfinetes), de origem javanesa, que as mulheres mais evoluídas usam, chamada em tétum *faru*; no sentido vago de «vestimenta oriental com mangas» é usado desde o princípio do século XVI, por exemplo nas *Cartas de Afonso de Albuquerque*;

— *calaim*: «estanho» (do árabe *qal'aî*), vocábulo atestado desde o começo do século XVI em Malaca e usado em Timor até ao século passado.

Outros vocábulos, como *tamarindo* (do árabe *tamaru'l hind*: «tâmara da Índia»), não merecem menção, uma vez que se tornaram de uso geral.

De origem persa há também alguns vocábulos:

— *cifa*: «azeite de peixe» (do persa *sift*: «pez»), de onde se deriva o verbo *cifar*: «untar»; usado já por Gaspar Correia e Castanheda, aparece em Timor na documentação antiga, mas, ao que supomos, caiu em desuso;

- *bandel*: «bairro do porto, parte litoral da cidade» (do persa *bandar*: «porto», étimo também do malaio *bandar*); aparece em António Tenreiro, João de Barros, Gaspar Correia, Simão Botelho, etc., e nos documentos setecentistas de Timor, caindo depois, ao que julgamos, em desuso;

- *bazar* (do persa *bâzar*) designa os mercados rurais que se fazem semanalmente nas principais localidades do interior e diariamente em Díli; usado já por Fernão Mendes Pinto, é corrente, com o mesmo sentido, na Índia Portuguesa; no sentido de «grande estabelecimento, armazém de revenda» em que se usa na Metrópole é recente, e derivado do francês.

Nos vocábulos de origem indiana os mais antigos são, em geral, os de origem dravídica, pois os primeiros contactos dos portugueses com a Índia deram-se na região do Malabar em que se falam línguas dessa família. Foi só um pouco mais tarde, quando os portugueses se estabeleceram em Goa e na zona de Cambaia, que entraram no português palavras de origem sanscrítica, usurpadas às línguas neo-áricas (como o concanim, o marata e o guzerate).

Como palavras de origem dravídica usadas em Timor podemos citar:

- *neli* ou *nele*: «arroz com casca» (de uma palavra que na forma *nel* ou na forma *nellu* é comum às diversas línguas dravídicas); aparece em textos do século XVI, como o *Tombo da Índia* de Simão Botelho, e é de uso muitíssimo corrente ainda hoje não só em Timor como em Macau e no crioulo de Malaca; em Goa foi substituído na acepção original por *bate*, termo de origem sanscrítica, mas manteve-se na acepção de *namoxim*, isto é, «terreno de cujo rendimento se sustenta o culto e os pobres»; o termo malaio *padi*, aparece, na forma *pade* na

História das Molucas, escrita em 1544, mas não vingou;

— *mainato*: «lavadeiro», nome de uma casta de lavadeiros do sul da Índia, é de uso muito corrente em Timor, tendendo mesmo a adquirir o sentido lato de «criado doméstico»; no sentido original aparece em 1515 na *Suma Oriental* de Tomé Pires, e usa-se em Goa e em Moçambique; aparece em malaio na forma *menatu*, derivada provavelmente do português;

— *jagra*: «açúcar mascavado de palmeira ou de cana, em blocos» (do malailam *chákkara*); vocábulo atestado desde 1510 e corrente nos textos do século XVI; de uso corrente ainda hoje;

— *chareta*: «tijela feita de um coco cortado ao meio» (do malailam *chiratta*), chamada em tétum *félu*, palavra que ocasionalmente se usa também em português; atestado pela primeira vez na *Jornada do Arcebispo*, de Frei António de Gouveia (1603); ainda corrente;

— *topaz*: «mestiço ou nativo assimilado aos usos portugueses», e por extensão, «intérprete» (do dravídico *tuppâsi*, por sua vez do neo-árico *dubhâsî*, e este do sânscrito *dvibhasya*: «bilingue»); usado já por João Baptista Lavanha e na *História Trágico-Marítima*; caído em desuso;

— *parau*: «antiga embarcação de guerra» (deriva provavelmente do dravídico *padavu*, étimo também do malaio *perahu*; não é natural que derive do malaio pois aparece já em documentos de 1504, sete anos, portanto, antes da conquista de Malaca); aparece em textos setecentistas mas caiu em desuso na linguagem actual;

— *jaca*: «fruto comestível do *Artocarpus integrifolia*» (do malailam *chákka*), de onde o nome de *jaqueira* dado à árvore que o produz; aparece em 1535 na *Crónica dos Reis de Bisnaga*, em 1544 na *História* *das Molucas*, nos *Colóquios* de Garcia de Orta, etc., e é hoje de uso quotidiano em Timor;

— *angelim*: «jaqueira brava, *Artocarpus hirsuta*», árvore de madeira valiosa (do tamil *añjili*); aparece nas *Cartas* de Afonso de Albuquerque (1514), em Fernão Mendes Pinto, Gaspar Correia, etc.

São também de origem dravídica os nomes *areca* e *bétele*, que se não podem considerar próprios de Timor por serem de uso bastante geral. *Areca* (do malailam *adekka*), designa a noz da delgada palmeira *Areca catechu*, que os nativos do Sul da Índia e de todo o Sueste Asiático mascam, envoltas em folhas de bétele polvilhadas com cal e às vezes com especiarias; o vocábulo, atestado em português desde 1510, é usado por Tomé Pires, Duarte Barbosa, Garcia de Orta, etc.; *bétele* (do malailam *vettila*) designa as folhas da trepadeira *Piper betle*, que se mascam com a areca, e está atestado em português desde a viagem de Pedro Álvares Cabral, sendo usado também por Tomé Pires, Garcia de Orta, etc.

As palavras derivadas de línguas sanscríticas (também chamadas neo-áricas) são mais numerosas:

— *mungo*: «variedade de feijão de grão redondo, *Phaseolus mungo*» (do hindustani *mung*, por sua vez do sânscrito *mudga*, étimo também do concanim *mûg*); o vocábulo, atestado desde o princípio do século XVI (*Cartas de Afonso de Albuquerque*), passou ao tétum sob a forma *fore-mungo* (sendo *fore* o nome genérico do feijão e de uma maneira geral de todas as vagens);

— *carambola*: «fruto comestível da *Averrhoa carambola*» (do concanim *karambid* ou *karmel*, por sua vez do sânscrito *karmaranga*); aparece na *História das Molucas* (1544), em Garcia de Orta (*Colóquio XII*) e é de uso quotidiano em Timor;

— *jangoma*: «ameixa da Índia, fruto da *Flacourtia cataphracta*» (do concanim *zangam* ou *zamang*); usado já por Garcia de Orta (*Colóquio XXVIII*);

— *cauri, caurim* ou *cauril*: «concha da *Cypraea moneta*, oriunda das Maldivas, outrora usada como moeda em muitas regiões» (do hindustani *kaurî*, ou do marata e concanim *kavdî*) ; o produto é referido por Ibn Batuta (1345) e por Cadamosto (1455), mas o nome só aparece no *Livro* de Duarte Barbosa (1516) ; é frequente na documentação antiga de Timor, caindo em desuso quando o produto perdeu o valor comercial;

— *binga*: «espinhela de Ceilão, ceilanite» (do cingalês *bhinga*) ; aparece na *História Trágico-Marítima* (1613), e ocasionalmente na documentação timorense do século XVIII;

— *tandel*: «piloto, arrais» (do concanim-marata *tandêl*: «guarda de navio», ou do malaio *tandil*: «imediato de um navio») aparece em textos de 1699 e em documentos timorenses setecentistas; é usado também por Tomás Ribeiro;

— *pone*: «moeda de três réis» (do bengali *pan*, por sua vez do sânscrito *pana*) ; aparece em Castanheda e no *Livro dos Pesos e Moedas da Índia* de António Nunes (1553) e em documentos timorenses setecentistas;

— *bangaçal*: «barraca de folhas de palmeira ou de ramos de árvores» (do concanim *bhangsâl*, ou do canarês *bhandxâle*, por sua vez do sânscrito *bhandaçâlâ*) ; o vocábulo atestado desde 1512 [3], passou ao tétum, onde é corrente na forma original ou na forma *bandaçal*, mais acomodada à fonética do tétum que, como vimos, não possui o fonema *g*;

— *bata*: «ração em géneros para os soldados ou marinheiros» (do hindustani *bhata*: «comida») ; aparece em documentos dos séculos XVII e XVIII, caindo depois em desuso;

---

[3] Ocorre no caderno de contas do feitor Pêro Pais, por nós publicado in *De Malaca a Pegu — viagens de um feitor português* (*1511-1514*), Lisboa, 1966.

— *bague*: «quinhão» (do concanim *bhâg*, por sua vez do sânscrito *bhâga*: «participação na propriedade ou negócio comum»), de onde o derivado *bagueação*: «repartição de quinhões»; o vocábulo, atestado desde 1694, era de uso muito frequente no comércio do sândalo entre Macau e Timor, caindo depois em desuso;

— *bichara*: «consulta, conferência, deliberação» (do prácrito *vichâr* ou *bichâra*, por sua vez do sânscrito *vichâra*, provavelmente através do malaio *bichara*); usado já na *História das Molucas* e por Fernão Mendes Pinto, aparece em Timor na documentação antiga;

— *pardau*: «nome de uma moeda indígena da Índia», passou a designar uma moeda de ouro no valor de 360 rs., cunhada pelos portugueses na Índia desde o início do século XVI (do sânscrito *pratâpa*: «calor ardente, brilho, esplendor, majestade, glória, poder», palavra que figurava nessas moedas como legenda sob a representação de uma das incarnações de Vixnu); o termo sobrevive em Timor como padrão de valor dos búfalos, «um búfalo de 4 pardaus, um búfalo de 5 pardaus»; esse valor depende essencialmente da idade, que se mede pelo tamanho dos cornos.

A grande maioria das palavras exógenas que aparecem no português de Timor são, porém, de origem malaia; algumas aparecem já nos nossos clássicos quinhentistas, enquanto que outras, de introdução mais recente, apenas aparecem na documentação dos séculos XVII e XVIII, não se encontrando, ao que supomos, traços do seu uso fora de Timor. Eis as que identificámos:

— *jambua*: «toranja, *Citrus decumana*» (do malaio *jambua*); de uso corrente em Timor, usa-se também em Macau; passou também ao tétum;

— *belimbim*: «fruto da *Averrhoa bilimbi*», (do malaio *belimbing*);

— *mangustão*: «fruto comestível da *Garcinia mangostana*» (do malaio *manggis* ou *manggistan*) ; usado já por Garcia de Orta, usa-se também em Macau, Malaca e outras regiões;

— *durião*: «fruto comestível do *Durio zibethinus*», do malaio *duren* ou *durian*) ; ocorre na *História das Molucas* e em João de Barros, e continua em uso em Timor, Macau, Malaca, etc.;

— *jambulão*: «fruto comestível do *Syzigium jambolana*», (do malaio *jamblang*) ; termo usado já por Garcia de Orta (*Colóquio XXVIII*).

São também de origem malaia os nomes da *manga* (malaio *mangga*, por sua vez do malailam), atestado desde 1549 (*História das Molucas*) e o do *sagu* (malaio *sagu*), atestado em documentos de Malaca desde 1519 e usado por Barros e outros clássicos; nem um nem outro vocábulo se pode considerar tipicamente timorense uma vez que o seu uso se generalizou, passando até do português às outras línguas europeias.

São igualmente de origem malaia os nomes dos seguintes produtos vegetais:

— *rota*: «junco ou cipó de que se fazem cestos, móveis e outras obras, *Calamus rotang*»; (do malaio *rotan*) ; ocorre em Barros, Castanheda, Fernão Mendes Pinto, Garcia de Orta, etc., e é em Timor a designação usual de qualquer trabalho de verga, usando-se mesmo modernamente a expressão *rota plástica* para designar a imitação da rota pintada em plástico colorido; tal como em Goa usa-se em Timor também no sentido de «cana, bengala»;

— *palapa*: «hastes da palmeira *Coripha utan* muito usada em Timor na construção de casas» (do malaio *pelepah*) ; de onde o nome de *palapeira*, dado à citada palmeira; o vocábulo parece exclusivo de Timor, e está atestado apenas desde o século XIX (*Annaes Marítimos* de 1843) ; é hoje de uso frequentíssimo e tende a generalizar-se com o significado de «casa de matéria vegetal, palhota, casa feita de palapa»;

— *gamute*: «fibra impermeável extraída da gamuteira ou tuaqueira» (*Arenga sacharifera*), usada no fabrico de cordas e na cobertura das casas» (do malaio *gomuti*); atestado desde o século XVI (*História das Molucas*, 1544); em tétum chama-se *tali-mêtan*, termo que tende a divulgar-se também em português;

— *gabão*: «folhas de palapeira ou outra palmeira usadas pandamáceas, *Pandanus odoratissimus*» (do malaio *pandan*); atestado no fim do séc. XIX, tende a cair em desuso, substituído pelo termo «palapa» já referenciado;

— *pândano* ou *pândão*: «nome de uma planta da família das pandanáceas, *pandanus odoratissimus*, Lin.» (do malaio *pandan*); atestado no fim do séc. XIX, divulgou-se fora de Timor, mas como termo erudito;

— *sapão*: «pau brasil, *Caesalpinia sappan*»[4] (do malaio *sapang*, por sua vez provavelmente do malailam *chapannam*); aparece em textos do fim do século XVI (*História Trágico-Marítima*) e em documentos setecentistas referentes ao comércio de Timor com Macau; ao que supomos caiu em desuso;

— *jangão* ou *jango*: «variedade de milho» (do malaio *jagong*); aparece no século XIX (*Annaes Marítimos*, 1843) e usa-se também em Macau; pouco usado hoje em Timor;

— *buapala*: «noz moscada, fruto da *Myristica fragrans*» (do malaio *buah-pala)*; aparece esporadicamente em documentos do séc. XVIII;

---

[4] O nome de «pau-brasil» que alterna com sapão é mais genérico, pois aplica-se também ao *Hœmatoxylum campechianum* e outras espécies da América do Sul.

— *buapina*: «areca» (v. supra); (do malaio *buah pinang*); idem;

— *carepo*: «sândalo de qualidade inferior» (Mons. Dalgado dá como étimo o malaio *kerapis*: «restos»; parece-nos mais provável o malaio *kerépot*: «rugoso, com sulcos, mirrado»); frequente na documentação até ao século XVIII caiu, ao que supomos, em desuso;

— *caje pute*: «óleo vegetal, extraído da *Malaleuca leucadendron* e outras árvores» (do malaio *kayu*: «pau», *putih*: «branco», nome daquela árvore); idem.

— *tuaca*: «vinho de palma» (do malaio *tuak*); o vocábulo está atestado desde o século XVI e é usado, por exemplo, por João de Barros; em Timor corre a opinião de que deriva do tétum *tua*: «vinho» e *acar* ou *acal*: «sagu» e, por extensão: «palmeira», aparecendo mesmo por vezes nalgumas obras a grafia pseudo-etimológica *tua-acal*, que é uma hipercorrecção; trata-se de uma etimologia popular, sem fundamento científico: a palavra, já usada como dissemos por Barros e outros clássicos quinhentistas, está atestada em português trezentos anos antes dos mais antigos préstamos do tétum, e portanto desde uma época em que não havia ainda contactos regulares com Timor; é possível, no entanto, que a consonância com o tétum *tua acal* tenha contribuído para a manutenção da vitalidade do vocábulo. Em tétum a tuaca designa-se genericamente por *tua*, mas quando se quer especificar a sua origem usam-se os compostos *tua acal* para a tuaca de sagueiro (*Metroxylon sagu*), *tua mutin*, para a tuaca de acadiro (*Borassus flabelifer*), *tua naa* para a de tuaqueira (*Arenga saccharifera*) e *tua tali* para a de palapeira (*Coripha utan*); para a aguardente (destilada de *tuaca*) usa-se *tua sabu*.

— *catupa*: «bolas de arroz embrulhadas em folhas de palmeira e cozidas em óleo de coco»; (do malaio *ketu-*

emos este vocábulo de uso
nca visto em nenhum texto

inhos de carne assada em
le bambu» (do malaio *satai*
numa forma redobrada por
para indicar o plural; cf.
idila: «papaias); idem;

do malaio *buku*: «grão, boli-
ocumentos setecentistas;

(do malaio *bata*: «tijolo»);

» (do malaio *karang*: «con-
marisco»); atestado no séc.
os, 1843);

ga de cobre e zinco», às vezes
do malaio *tembaga*: «cobre»,
rito *tâmmaraka*); atestado
Manuel Godinho de Herédia,
tima, etc.), é frequente nos
XVIII, mas caiu em desuso,
de certas bananas de cor
ambém ao tétum.

tana» (do malaio *parang*);
lo XIX (*Annaes Marítimos*,
corrente, embora tenda a ser
bulo *catana* de origem japo-

eralmente de lâmina sinuosa,
mitológica *Naga*»; (malaio
1512 (*Cartas de Afonso de*
o por Duarte Barbosa, Fenão
, Castanheda, Camões *(Lusía-*

pat); apenas conhecemos este vocábulo de uso oral, não o tendo nunca visto em nenhum texto escrito;

— *sassati*: «espetada, pedacinhos de carne assada em espetos de caniço ou de bambu» (do malaio *satai* ou *sate*, provavelmente numa forma redobrada por vezes usada em tétum para indicar o plural; cf. *ai-dila*: «papaia», *ai-didila*: «papaias); idem;

— *buco*: «cera em grãos» (do malaio *buku*: «grão, bolinha»); aparece em documentos setecentistas;

— *bata*: «cera em blocos» (do malaio *bata*: «tijolo»); idem;

— *carão*: «esponja coralina» (do malaio *karang*: «concha, ostra, ameijoa, marisco»); atestado no séc. XIX (*Annaes Marítimos*, 1843);

— *tambaga* ou *tambaca*: «liga de cobre e zinco», às vezes «cobre» ou «bronze»; (do malaio *tembaga*: «cobre», por sua vez do sânscrito *tâmmaraka*); atestado desde o século XVII (Manuel Godinho de Herédia, *História Trágico-Marítima*, etc.), é frequente nos documentos do século XVIII, mas caiu em desuso, excepto na designação de certas bananas de cor avermelhada; passou também ao tétum.

— *parão*: «faca de mato, catana» (do malaio *parang*); atestado desde o século XIX (*Annaes Marítimos*, 1843) e ainda de uso corrente, embora tenda a ser suplantado pelo vocábulo *catana* de origem japonesa;

— *cris*: «punhal malaio, geralmente de lâmina sinuosa, a imitar a serpente mitológica *Naga*»; (malaio *keris*); atestado desde 1512 (*Cartas de Afonso de Albuquerque*), é usado por Duarte Barbosa, Fenão Mendes Pinto, Barros, Castanheda, Camões *(Lusíadas*, X, 44), etc.;

— *anapana*: «flecha, seta» (do malaio *anak-panah*, à letra, «filho (*anak*) do arco (*panah*)»); aparece em documentos dos séculos XVII e XVIII;

— *sarão*: «pano com que as mulheres se vestem» (do malaio *sarong*, por sua vez provavelmente do sânscrito *saranga*: «estofo variado»); atestado desde o século XIX (*Annaes Marítimos*, 1843) e de uso ainda vulgar;

— *baju*: «vestimenta leve, que desce até ao joelho» (do malaio *baju*, por sua vez de origem persa); usado por Castanheda, Damião de Goes, etc., é de uso corrente também em Goa;

— *lipa*: «pano de riscado de algodão, tecido em Macau ou em Singapura que os homens vestem, enrolando-o à cinta» (talvez do malaio *lipat*: «dobra», porque sendo todos do mesmo tamanho se usam dobrados para se adaptarem à medida do corpo de cada um); atestado desde o século XIX (*Annaes Marítimos*, 1843) é ainda de uso muitíssimo corrente, tendendo mesmo a generalizar-se para designar outros tipos de pano;

— *corcora*: «barco à vela do tipo comum na Insulíndia» (do malaio *kora-kora*, cf. árabe *qorkôr*); usado já por Castanheda e na *História das Molucas*, continua a ser de uso corrente;

— *soma*: «tipo de navio, semelhante ao junco» (do malaio *som*); atestado desde o século XVI (Castanheda, Herédia, etc.), aparece na documentação mas caiu em desuso;

— *pilão*: «tipo de barco usado nas ilhas de Solor» (do malaio *pélang*? ou de *pilau*? ambos designam tipos de embarcação); aparece em 1616 na *História da Índia* de António Pedro Ferreira na forma *piló*; ocorre na documentação setecentista, desaparecendo depois;

— *pagar*: «sebe de uma horta, palissada» (do malaio *pagar*: «palissada»); atestado no século XVI (*História das Molucas*, 1544), é ainda de uso muito corrente;

— *lantém*: «tarimba de bambu em que os timores dormem» (do malaio *lantai*: «estrado, sobrado, pavimento»); idem;

— *larás* ou *laraz*: «caibro, trave, barrote» (provavelmente do malaio *laras*: «liso e cilindrico»); atestado desde o século XVI (*História das Molucas*, 1544), no sentido de «cepo para prender os malfeitores», e desde o século XIX (*Annaes Marítimos*, 1843) no sentido hoje usual de peça de uma casa; passou também ao tétum;

— *bubo*: «armação de pesca feita de bambu ou de rota» (malaio *bubu*); atestado no século XIX (*Annaes Marítimos*, 1843);

— *gudão*: «armazém, celeiro, adega» (malaio *gudang*); aparece desde o começo do século XVI (*Cartas de Afonso de Albuquerque*), e na documentação antiga, mas ao que supomos caiu em desuso;

— *dachim*: «padrão de peso, balança» (do malaio *daching*: «balança», por sua vez do chinês *ta-ching*); usado desde o século XVI (Castanheda, António Nunes, etc.), caiu em desuso, mas mantém-se em tétum na forma *dacin*;

— *pico*: «peso equivalente a cerca de 62 kg, 137 libras ou 100 cates» (do malaio *pikul*); usado já por Fernão Mendes Pinto, tende hoje a cair em desuso com a vulgarização do sistema métrico decimal;

— *cate*: «peso equivalente a 620 grs, 1 ⅓ libras ou 16 taéis» (malaio *kati*); atestado desde o início do século XVI (*Cartas de Afonso de Albuquerque*), tende a cair em desuso com a vulgarização do sistema métrico decimal; usa-se também em Macau;

— *tael*: «peso equivalente a 38 grs ou 1 ⅓ onças» (malaio *tahil)*; caiu em desuso; tal como os dois vocábulos anteriores passou ao tétum;

— *maz*: «nome de uma pequena moeda de conta» (do malaio *mas*: «peso equivalente a 1/16 do tael); atestado desde o século XVI (Fernão Mendes Pinto, António Nunes, Frei Gaspar da Cruz), ocorre ainda na documentação setecentista, caindo depois em desuso;

— *condurim*: «moeda do valor de 10 caixas ou sapecas; pequeno peso» (do malaio *kanduri*: «peso equivalente a 1/20 do *maz*); idem;

— *ganta*: «medida de capacidade equivalente a 1 canada e ¼ ou 1,75 l» (do malaio *gantang*); atestado desde o início do século XVI (*Cartas de Afonso de Albuquerque*, 1514), ocorre ainda na documentação setecentista, caindo depois em desuso;

— *veniaga*: «comércio, negócio» (do malaio *beniaga* ou *berniaga*, por sua vez do sânscrito *vânijaka*, da raiz indo-europeia do latim *venum* e do sânscrito *vânij* é, aliás, a mesma); termo muito corrente no português do século XVI, atestado desde 1517; passou ao português literário e ocorre, por exemplo, em Camilo Castelo Branco; em Timor ocorre sobretudo na documentação setecentista;

— *coilão*: «terreno alagadiço na foz de um rio; canal de drenagem» (do malaio *kolam*: «charco, tanque»; atestado desde o século XIX (*Annaes Marítimos*, 1843) é hoje de uso muito corrente; usa-se também em tétum;

— *guno*: «montanha» (do malaio *gunung* ou *gunong*); frequente nos textos dos séculos XVII e XVIII, caiu depois em desuso;

— *guno api*: «vulsão» (do malaio *gunung*: «monte» e *api*: «fogo»); ocorre em João de Barros (como topónimo), Diogo do Couto, Lavanha, etc., e aparece com frequência na documentação referente às Flores e a Solor, mas não em Timor, onde não há vulcões;

— *sarangue*: «guarda de proa de um navio» (do malaio *sarang*: «mestre de uma embarcação», por sua vez do persa *sarhang*: «comandante, fiscal»); atestado desde o fim do século XVII (*O Oriente Conquistado* do P.^{e} Francisco de Sousa), ocorre na documentação setecentista;

— *sangue de pate*: «chefe gentílico, nobre de Solor, Flores ou Java» (do malaio *sang adipati*, título nobiliárquico composto de *sang*, título dos deuses e dos reis, *adi*: «excelente, nobre» e *pati*: «senhor, soberano», por derivação paronímica, como se fosse composto de *sangue* + *de* + *pate*, sendo *pate* a transcrição de *pati*: «senhor» que ocorre isoladamente em Tomé Pires, João de Barros, etc., com o significado de «nobre javanês»), atestado desde 1522, usava-se sobretudo em Solor, caindo em desuso após a perda dessa ilha;

— *dato*: «nobre timorense, chefe de suco» (do malaio *datok* ou *dato'*: «avô, ancião, chefe, pessoa principal»; na Malásia é título de nobreza não hereditária); aparece também no tétum, onde não se sabe se é vernáculo, se préstamo malaio; atestado desde o século XVI (Fernão Mendes Pinto) continua a ser de uso relativamente corrente;

— *tumungão, tumungo* ou *timungão*: «chefe de povoação não nobre; pessoa de categoria imediatamente inferior aos datos» (do malaio *temenggong*: «governador, ministro», título de nobreza na Malásia); ocorre desde o início do século XVI (*Cartas de Afonso de Albuquerque*) referido a um certo dignatário do governo de Malaca; referido aos chefes de povoação de Timor ocorre no século XVIII e ainda no XIX, mas caiu em desuso;

— *jurubaça* ou *durbaça*: «língua, intérprete» (do malaio *jurubahasa*, de *juru*: «perito em, encarregado de» e *bahasa*, do sânscrito *bhâsâ*: «língua»); atestado desde o século XVI (Fernão Mendes Pinto, etc.), passou ao tétum (ou através do português ou directamente do malaio) onde se mantém em uso, tendendo porém a cair em desuso em português;

— *nona*: «concubina, rapariga nativa que vive maritalmente com um europeu» (do malaio *nona*: «donzela»); aparece no dialecto crioulo de Malaca com o sentido de «rapariga, namorada», e no tétum (talvez pelo português, talvez directamente do malaio); de uso muito comum actualmente, não conhecemos abonações textuais anteriores ao presente século;

— *daia*: «parteira nativa» (do malaio *dayah*, por sua vez do persa *dâyah*; cf. hindustani *dâi*); atestado desde o século XVI (Garcia de Orta, *Colóquio XXIV*), aparece também no crioulo de Macau e no tétum (onde pode ter entrado directamente do malaio);

— *barlaque*: «dote que a família do noivo dá à da noiva como compensação pelos trabalhos e despesas havidos com a sua criação, e, ao mesmo tempo, como penhor da sua fidelidade, que tem de ser devolvido em caso de adultério»; por extensão: «casamento nativo», de onde o verbo *barlaquear-se*: «casar-se segundo os usos e costumes nativos» (do malaio *berlaki*: «casar-se», verbo derivado do substantivo *laki*: «marido», com o prefixo *ber-*, muito comum, que serve para formar verbos denominativos); atestado desde o século XIX é de uso muito corrente; (em tétum o dote chama-se *folin* e o acto de casar nesse regime *hafoli*; *barlaki* existe também, mas é de uso mais restrito);

— *suangue*: «feiticeiro, pessoa que devora a alma a outra» (do malaio *suangi*: «espírito nocturno»); atestado desde o século XVI (Castanheda, *História das Molucas*) sobretudo em textos referentes às Molucas, tende hoje a ser substituído pelo termo tétum *búan*, de igual significado;

— *pomal*: «tabu, coisa sagrada para os nativos animistas» (do malaio *pemali*); atestado desde o século XIX, caiu praticamente em desuso, substituído pelo termo correspondente em tétum, *lulic*;

— *amouco*: «homem tresloucado que jura matar quantos veja para vingar qualquer ofensa» (do malaio *amok*); ocorre desde o século XVI (Duarte Barbosa, Fernão Mendes Pinto, Castanheda) e passou também ao inglês: *to run amuck*: «fazer-se amouco, correr como um amouco»; em Goa usa-se no sentido figurado de «homem obcecado»; em Timor aparece nos documentos antigos, mas caiu, praticamente, em desuso;

— *saguate*: «dádiva, presente» (do malaio *sagu hati*: «prenda de cortesia», de *sagu*: «farinha de palma» e *hati*: «coração»); aparece em Fernão Mendes Pinto e Jacinto Freire de Andrade; aparece também em tétum, onde pode ser um préstamo directo do malaio; é de uso ainda muito corrente;

— *cacatua*: «nome de um pássaro», conserva-se em Timor na forma correspondente ao malaio *kakatua* de que deriva (atestado na *História das Molucas*, 1544), enquanto que no português literário se usa mais a forma *catatua*; aparece também em tétum.

No português falado em Timor aparecem também algumas palavras de origem chinesa e japonesa trazidas provavelmente de Macau:

— *panchão*: «espécie de foguete sem cana que se deita em dias de festa» (do chinês *pau-cheong*: «embrulho de pólvora»); atestado desde o século XIX, usa-se também em Macau e Goa e é de uso muito corrente em Timor;

— *longana*: «fruto comestível do *Nephelium longane*, espécie de lichia» (do chinês *long-ien* ou *lum-ien*); atestado desde 1688 (Fr. Jacinto de Deus), usa-se também em Macau;

— *catana*: «faca de mato» (do japonês *katana*); atestado desde 1582 (Fr. Gaspar Coelho, *Cartas do Japão*) este termo, usado primitivamente apenas no Oriente, está hoje, como é sabido, praticamente generalizado;

— *sutate*: «molho de soja, *Soja hispida*» (do japonês *sutati*); usa-se também em Macau; não conhecemos abonações escritas, conhecendo o termo apenas de uso oral;

— *langinata* ou *nanginata*: «alabarda, lança japonesa» (do japonês *nanginata*); atestado desde 1562 (*Cartas do Japão*, do P.e Baltasar Gago, P.e Luís Frois, etc.), ocorre em Timor na documentação setecentista.

As palavras usurpadas ao tétum são em número mais reduzido e de introdução tardia; o seu número tende, porém, a aumentar constantemente; as mais vulgares são:

— *lorico*: «piriquito» (tétum *loricu*), muito corrente;

— *laco*: «pequeno mamífero, semelhante a uma raposa, mas de dimensões equivalentes às de um gato, comum em Timor, *Paradoxurus musanga*» (do tétum *lacu*); muito corrente também;

— *meda*: «pequeno marsupial existente em Timor, *Phalanger orientalis*» (tétum *meda*);

— *beiro*: «almadia de duplo balanceiro» (tétum *bero*); muito corrente também;

— *mutiçala*: «contas de matéria coralina de que os nativos fazem colares a que atribuem grande valor» (tétum *mutiçala*; o nome mais frequente em tétum é *mortên*);

— *tais*: «pano timor, usado como saiote, como abafo ou como cobertor» (tétum *tais*);

— *sabulo*: «sarão, pano timor cosido aos topos, formando uma espécie de saco sem fundo, que as mulheres mais rústicas usam como veste, preso debaixo dos sovacos» (do tétum *sabulu*);

— *suco*: «distrito ou divisão de um reino nativo, governado por um dato ou chefe de suco»; (do tétum *sucu*; aparece também em dialectos de Samatra na mesma forma —*suku*— e com o mesmo significado; em Java e nas outras regiões indianizadas chama-se a essa unidade *desa*, do sânscrito *deça*: «país, região»); de uso muito corrente, embora na linguagem oficial se procure substituir pela expressão pretenciosa «grupo de povoações»;

— *liurai*: «régulo ou chefe de um suco independente» (tétum: *liurai*);

— *lulic*, o mesmo que *pomal* (ver supra); (tétum *lulic*);

— *cormeta*: «desluto, festa que, volvido um ano sobre um falecimento, se faz para tirar o luto e voltar de novo às antigas alegrias» (do tétum *core*: «desatar» e *metan*: «preto», indicando que se desatam as fitas pretas que se usam no braço durante o luto); na gíria militar tende a difundir-se com o significado generalizado de «baile».

Nenhuma destas palavras está, que saibamos, atestada antes do século XIX, aparecendo as mais antigas nos *Annaes Marítimos* de 1843.

Actualmente vão-se divulgando no português outros préstamos do tétum, sobretudo nomes de plantas, tais como *camin*: «oleaginosa de cuja baga se extrai um óleo usado na iluminação, *Aleurites molucana*»; *turis*: «arbusto que dá uma vagem comestível, semelhante ao feijão, *Cajanus indicus*»; *acadiro* (do tétum *acadirun*), nome da palmeira *Borassus flabelifer*, de que se extrai tuaca; *caqueu*: «casuarina»; *ai-maras*, nome da *Pometia pinnata*, árvore de boa madeira; *ai-nitas*, nome da *Sterculea foetida*; *ai-seria*, nome da *Cedrela toona*, variedade local de mogno, etc.

Tendem a divulgar-se também outros termos difíceis de traduzir em português, como *matan-dooc*: «curandeiro, arúspice», *tukir*: «fressura cozida com ervas aromáticas dentro de um troço de bambu», *batar daan*: «milho cozido, pilado ou em grão inteiro», que constitui a base da alimentação timorense.

Na linguagem familiar e sobretudo na gíria de caserna são frequentes outros préstamos, como *oçan*: «dinheiro», *cuda*: «cavalo», *surat*: «documento», *feto*: «mulher», etc.

Não conhecemos palavras tomadas pelo português a outros dialectos nativos, a não ser, talvez, *tuai* ou *tutiai*, nome de um imposto que antigamente se pagava ao governador, que poderá derivar do galoli *totiahe*: «finta».

Há, finalmente, no português de Timor, uma dezena de palavras de origem desconhecida ou problemática:

— *gondão*: «árvore frondosa de grandes raízes aéreas pendentes, frequente nas ruas de Díli, *Fícus benjamina*»; usa-se também em Macau, enquanto que em Goa se lhe chama «árvore da gralha»; o étimo poderia ser o malaio *gondong*: «bócio» ou *gondang*, nome de certas conchas, mas não se vê o nexo semântico entre esses vocábulos e o sentido do termo em português; em tétum chama-se a essa árvore *hali*, na maioria dos outros dialectos timorenses *nunu*;

— *palavão*: «eucalipto»; por *palavão branco* designa-se o *Eucalyptus alba* (em tétum *bubur* ou *bubul*), frequente nas terras baixas e secas; por *palavão preto* uma outra espécie, classificada outrora como *Eucalyptus decaisneana*, mas que Ruy Cinatti classificou como espécie autónoma, designada em tétum por *ai-ru* e predominante na montanha; o nome é muito corrente, mas de origem ainda inexplicada;

— *canipa*: «aguardente de cana, importada de Java»; atestado no século passado, caiu em desuso; derivará simplesmente de *cana*?;

— *sucão*: «mestre de embarcação»; passou ao tétum na forma *sucán* (com acento na última sílaba, que mostra ser palavra importada); derivará do hindustani *sukane*: «leme, timão»?;

— *paginara*: «gentio partidário dos mouros macaçares»; ocorre em textos dos séculos XVII e XVIII; de origem desconhecida;

— *demonara*: «gentio partidário dos cristãos»; idem;

— *col*: o mesmo que *gabão* (ver supra); ocorre em textos do início do corrente século; a origem é desconhecida; em malaio existe *kol* mas com significado de «couve»;

— *mussões*: «espécie de pólvora»; ocorre em documentos do século XVIII, caindo depois em desuso;

— *jágua*: nome de um fruto, atestado em alguns documentos; será corruptela ou grafia irregular de *jaca*?;

— *parapa*: nome de uma árvore, talvez a *Sonneratia acida*; citada num artigo de José Vaquinhas.

Esta lista (produto de observação directa e de uma rápida vista pelos textos principais) não pretende ser exaustiva. Mesmo assim pode ser de interesse tirar dela um resumo ou conclusão estatística.

Quanto à origem das palavras, verificamos que das 142 palavras registadas, 8 são palavras vernáculas portuguesas mas tomadas em acepções diferentes das normais, 10 são de origem desconhecida, 65 derivam do malaio, uma vintena do tétum, uma do galoli, 4 do árabe, 3 do persa, 11 de línguas neo-áricas do norte da Índia e de Ceilão, 9 de línguas dravídicas do sul da Índia, 3 do japonês e 2 do chinês. A maioria designa objectos materiais, sobretudo plantas e animais da região, ou objectos manufacturados; são em menor número as que se referem a realidades sociais ou a aspectos religiosos, não havendo senão 2 a 3 palavras abstractas. A grande maioria dos préstamos são fruto da necessidade, pois designam objectos que não tinham nome em português, havendo apenas cerca de dúzia e meia que constituem duplicações de vocábulos já existentes na língua. Algumas estão duplicadas entre si, provindo de dois vocábulos, de línguas diferentes, para designar a mesma coisa (por exemplo, *buapina* e *areca*, uma usurpada ao malaio, outra ao malailam).

BIBLIOGRAFIA :

— Mons. Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*, 2 volumes, Lisboa, 1919-21.

— John M. Echols e Hassan Shadily, *An Indonesian-English Dictionary*, N. York, 1963.

— Abdul Rahman Bin Yusop, *Malay Gem Dictionary*, Londres e Glasgow, 1970.

— Tomé Pires, *Suma Oriental*, ed. por Armando Cortesão, 2 vols., Hakluyt Society, Londres, 1944.

— Luis F. F. R. Thomaz, *De Malaca a Pegu — Viagens de um feitor português (1512-1515)*, Lisboa, 1966.

— Hubert Th. Th. M. Jacobs, S.J., *A treatise on the Molucas (c. 1544) probably the perliminary version of António Galvão's lost «História das Molucas»*, edited and translated into English from the portuguese manuscript in the Archivo General de Indias, Seville, by..., Roma, 1974.

— Artur Teodoro de Matos, *Timor Português — 1515-1769 — Contribuição para a sua história* (dissertação de licenciatura, policopiada), 2 vols., Lisboa, 1974.

— Teófilo Duarte, *Ocupação e colonização branca de Timor*, Porto, 1944.

— Alberto Osório de Castro, *A ilha verde e vermelha de Timor*, Lisboa, 1943.

— Henry O. Forbes, *A Naturalist's Wanderings in the Eastern Archipelago*, Londres, 1885.

— Instituto Nacional de Estatística — Delegação de Timor, *Recenseamento Geral da População e da Habitação* (às 0 h. de 30-12-1970), (dactilografado).

— Raul de Oliveira Feijão, *Elucidário Fitológico*, 3 volumes, Lisboa, 1960-63.

— Ruy Cinatti, *Vocabulário indígena de algumas plantas timorenses*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1959.

— Ruy Cinatti, «Useful Plants in Portuguese Timor — An historical survey», in *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, I, Coimbra, 1965.

VIII

DIALECTOS CRIOULOS EM TIMOR: O «PORTUGUÊS DE BIDAU» E O CRIOULO MACAÍSTA

Falava-se antigamente em Bidau — bairro suburbano do extremo oriental de Díli — um dialecto crioulo português conhecido por «português de Bidau». Supõe-se que tenha sido introduzido na cidade por emigrados de Larantuca, antigo estabelecimento português na ilha das Flores, onde ainda hoje há restos (em rezas, canções, representações dramático-religiosas, etc.) do uso da nossa língua [1]. O bairro de Bidau era, com efeito, até ao início deste século, habitado sobretudo pelas famílias dos soldados e oficiais de segunda linha da Companhia de Moradores de Bidau, gente provinda, provavelmente, de Lifau, no Oé-cussi, a antiga capital da Província, e dos antigos estabelecimentos portugueses em Solor e na Flores. Na parte ocidental da cidade estava estabelecida a Companhia de Moradores de Sica, oriunda como o nome indica — Sica é um reino das Flores — também da ilha das Flores; mas, ao que parece, essa gente expressava-se, ao contrário da de Bidau, em malaio.

As referências que conhecemos ao português de Bidau, devem-se a Osório de Castro, que no seu livro *A ilha verde e vermelha de Timor* transcreve algumas conversas e um pequeno poema; são as únicas transcrições que conhecemos desse dialecto. Os textos em prosa (as três conversas) não apresentam particularidades vocabulares notáveis; gramaticalmente têm por característica a simplificação morfológica e sintática própria de todos os crioulos; foneticamente apresentam alterações de pronúncia sensíveis, que, dada a pequenez da amostra não podemos reduzir a normas sistemáticas. O pequeno poema apresenta algumas particularidades vocabulares: duas palavras de origem tétum (*nere*: «camaroeiro, rede de apanhar peixes» e *lamuca*: «espécie de rola ou pomba verde escura») e uma de origem malaia (*catapa*, do malaio *ketapang*: «mirabolano ou amendoeira da Índia, *Terminalia cattapa*), que ocorre também na *História das Molucas*, escrita em 1544.

---

[1] Ver António Pinto da França, *Portuguese influence in Indonesia*, Bandung-Singapura, 1970.

Num outro passo da mesma obra, Osório de Castro enumera algumas palavras de origem malaia correntes no português de Díli — sem especificar, contudo, se se trata do português normal se do crioulo de Bidau, mas referindo-se, mais provavelmente, a este último. Além dos termos *barlaque*, *cate*, *coilão*, *guno*, *jângão* ou *jango*, *nona*, *palapa*, *pagar*, *pândão*, *sarão*, *parão*, *pico*, *tuaca* e *gabão*, que já analisámos, indica mais os seguintes:

— *carol*: «saco de linhagem» (do malaio *karong* ou *karung*: «saco»), aparece também em tétum;

— *istricar*: «passar a roupa a ferro» (do malaio *istrika*: «ferro de passar») termo que encontrámos já em tétum;

— *jambata*: «ponte» (do malaio *jambatan*), que encontrámos também em tétum;

— *baião*: «representação teatral» (malaio e javanês *wayang*: «teatro», especialmente «teatro de sombras»);

— *sarani*: «cristão» (do malaio *serani* ou *nesrani*: «nazareno, cristão», por sua vez do árabe), termo que encontrámos também em tétum.

Aponta ainda como sendo sendo de origem malaia *palavão*, de origem obscura: *lorico*, que nos parece antes derivado do tétum e o topónimo *Campo China*: «bairro chinês» (do malaio *kampong china*: «povoação dos chinas») por que se designava um dos bairros de Díli provavelmente o que é hoje conhecido por Culu-hum (nome tétum que significa «tronco, ou pé, de fruta-pão»).

Este dialecto crioulo não deve nunca ter tido grande difusão; o ten-cor. Rafael das Dores, autor do primeiro dicionário tétum-português, que viveu largos meses em Timor, entre 1871 e 1891, não deu pela sua existência, e foi por informações suas que Leite de Vasconcelos[2] escreveu não haver em Timor nenhum dialecto crioulo. Hoje, ao que supomos, está completamente fora de uso, embora haja ainda alguns velhos que o saibam[3].

É um pouco estranho que em Malaca, onde a presença portuguesa cessou em 1641 e em Tugu (subúrbio de Jacarta) onde nunca existiu oficialmente, sobrevivam dialectos crioulos portugueses, e em Timor não. Como explicação desse fenómeno podemos apresentar os seguintes factos: a presença de portugueses em Malaca e em Java data da época em que o português era ainda a grande *língua franca* do Oriente, enquanto que em Timor a presença portuguesa só se firmou numa época em que a nossa língua estava perdendo ou havia perdido esse importante papel; por outro lado Malaca e Batávia eram dois grandes centros comerciais, cidades cosmopolitas onde havia gente de diversíssimas proveniências, necessitando de um veículo comum para se entenderem — o que não sucedia em Timor, onde nunca se estabeleceu quantidade apreciável de gente estranha à ilha, e onde os naturais dela tinham já como língua de relação o tétum; finalmente a manutenção de Timor sob a soberania nacional, e a consequente divulgação do português literário como língua administrativa e de cultura, provocou a absorção crioula na língua oficial — como está sucedendo também em Macau.

Leite de Vasconcelos refere, por informações de Rafael das Dores, que em Díli havia famílias oriundas de Macau que entre si falavam o crioulo macaísta — que alguns timores, criados em suas casas, iam falando também. Pode supor-se que Rafael das Dores tenha confundido com o crioulo macaísta o «português de Bidau»; contudo não é improvável que se falasse em Díli o crioulo macaísta. Sabemos, com efeito, que as relações de Timor com Bidau»; contudo não é improvável que se falasse em Díli o crioulo durante o século XIX; favorecia-as não só o comércio do sândalo, de que Macau era o principal e quase exclusivo comprador, mas também a subordinação administrativa de Timor ao governo de Macau (que, com um pequeno intervalo, durou de 1844 a 1894) e a das missões de Timor ao bispado de Macau, que durou de 1875 a 1940. Há notícia de serem macaenses muitos dos funcionários que no século XIX serviam em Timor.

---

[2] *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, Paris, 1901, p. 183;

[3] O Prof. António de Almeida (a quem agradecemos esta informação), recolheu alguns textos que se propõe estudar.

Rafael das Dores indica alguns vocábulos que passaram do crioulo macaísta ao tétum, o que mostra uma certa difusão desse dialecto em Timor — a não ser que se usassem também no crioulo de Bidau, de que esse autor ignorava a existência. Ei-los:

— *gargó*, *gargu*, *dargon* ou *dardon*: «chaleira», do crioulo macaísta *gargó*; aparece também em galoli, na forma *gargó* ou *garagó*;

— *bobo*: «mascarado»;

— *boiboi*: «balançar»;

— *boncó*: «corcunda»;

— *burcaça*: «caniço», designado normalmente em tétum por *fafulu*;

— *cacada*: «gargalhada»;

— *cuti*: «tocar, passar de raspão» (talvez do malaio *kutik*: «mexer, mexer-se»);

— *manduco*: «rã»; designa também o «palhaço», vestimenta infantil;

— *raba-raba*: «reles»;

— *tembra* ou *tempra*: «tempero, condimento»;

— *saian*: «dó, piedade, saudade» (do malaio *sayang*: «afeição»); pode provir directamente do malaio;

— *sepilha* ou *sebila*: «plaina», do crioulo macaísta *cepilha*.

A estes vocábulos podemos juntar o uso do termo *rota* na acepção de «bengala», comum também em Goa.

É curioso observar que entrou no tétum a palavra *macau* como sinónimo de «coisa estrangeira, exótica, de fora» (sem suplantar contudo o termo mais usual *malae*), recordação do tempo em que tudo quanto vinha de fora vinha de Macau.

BIBLIOGRAFIA :

- António Pinto da França, *Portuguese Influence in Indonesia,* Bandung, Singapura, 1970.
- Raphael das Dores, *Dicionário Teto-Português,* Lisboa, 1907.
- Alberto Osório de Castro, *A ilha verde e vermelha de Timor,* Lisboa, 1943.
- José Leite de Vasconcellos, *Esquisse d'une dialectologie portugaise,* Paris, 1901.

IX

A INFLUÊNCIA DO PORTUGUÊS NAS LÍNGUAS DE TIMOR

A influência do português nas várias línguas de Timor é enorme — o que se compreende facilmente, dada não só a permanência da presença portuguesa como as profundas transformações introduzidas na vida timorense, exigindo grande número de vocábulos novos para exprimir novas realidades. O fenómeno verifica-se, aliás, em muitas outras línguas da Insulíndia: segundo Monsenhor Dalgado, o malaio contém 396 palavras de origem portuguesa[1], o javanês 82, o buguis, de Celebes, 101, o macaçar 78, o sundanês 89, etc. O facto não passou desapercebido a Forbes, que comentou: «it has been a feature of all the countries occupied for any lenght of time by the Portuguese that they have so indelibly impressed their own speech on the rude tribes they have conquered, that its words have remained a part of their languages centuries after their rule has passed away. On the other hand in the Netherlands colonies comparatively few dutch words have been kindly naturalised».

Em todas as línguas de Timor é grande o número de vocábulos usurpados ao português; mas é no *tétum-praça*, a língua franca em todo o território que essa influência é mais notável. Seria ocioso tentar enumerar todos os vocábulos que passaram do português a esse dialecto, já por serem muitos, já por o seu número estar constantemente a aumentar. Mesmo no *tétum-teric* são numerosos os vocábulos de origem portuguesa.

---

[1] Luigi Santa Maria, a quem se deve o mais moderno e completo estudo sobre o assunto indica para o malaio 312 vocábulos de origem certamente portuguesa, e mais 95 discutíveis; V. *I Prestiti portoghesi nel malese-indonesiano*, Nápoles, 1967.

Um grupo importante de préstamos diz respeito à religião cristã que os portugueses introduziram na ilha. Entraram assim no tétum e nos demais dialectos numerosos vocábulos, tais como *confeça*: «confessar-se, confissão», *santo*, *reza*, *comunhã*, *natal*, *santolinu*: «relíquia» (de *Santo Lenho*), etc. Deve contudo notar-se que nem todos os vocábulos que designam objectos, aspectos ou verdades da religião foram usurpados ao português: para designar «Deus» conservou-se o termo *Marômac* dado pelos gentios ao ente supremo em que acreditam (da mesma raiz de *haroma*: «brilhar» e *narôman*: «alvorada», mostrando que o identificam ou relacionam com o céu luminoso); esse nome é geralmente precedido da palavra *nai*: «senhor»: *Nai Marômac*: «Senhor Deus». Em galoli, porém, usa-se a expressão *Amo-Deus*. Para «cristão» usa-se a palavra *sarani*, do malaio *serani* ou *nasrani*: «nazareno, cristão»; para «baptizar», *halo sarani*: «fazer cristão»; para «igreja (templo)», o termo hibrido *uma creda* (*uma*: «casa» e *creda*: «igreja», acomodado à fonética do tétum a que são estranhos os fonemas *g* e *j*; a aférese do *i-* verifica-se também no malaio *greja*[1a] e no crioulo macaísta *greza*); para «padre», o termo hibrido *amo-lulic* (*lulic*: «sagrado») ou *nai-lulic*; para «bispo», *amo-bispo* ou *nai-bispo*[1b].

Outro grupo muito numeroso diz respeito às estruturas administrativas criadas pelos portugueses: *posto*, *secretaria*, *concelho*, *cabo* (designa indiferentemente qualquer autoridade, recordação do tempo dos postos militares que eram chefiados por cabos), *repartição*, *cortel*: «quartel» ou «prisão», *helaré*: «El-Rei (de Portugal)», em que a aspiração inicial se deve provavelmente à contaminação com palavras como *hela*: «ficar» ou *heli*: «esconder»; *soldado*; *finta*: «imposto»; *praça* ou *baraça*: «praça de armas», isto é, Díli, etc. Ao Governador chama-se, porém, geralmente *em'boot* (*ema*: «pessoa», *boot*: «grande»). Há também palavras híbridas, como *uma-dustiça*: «tribunal», do tétum *uma*: «casa» e *justiça*.

A influência portuguesa modificou profundamente a vida rural timorense, não no campo das técnicas de cultivo, que em nada alterou, mas pela introdução de novas plantas e novos animais. Muitas dessas plantas e animais são designados por vocábulos usurpados ao português, que, em parte, os usurpara a outras línguas como o tupi-guarani, pois trata-se em grande parte de plantas tropicais oriundas do Brasil: *abacati*, *koiabas*: «goiaba», *tabacu*, *barlega*: «beldroega», *tamati*: «tomate», *café*, *ubas*: «uva», *caidu*: «caju», *sampeló*: «champaló ou undeira, *Calophylum inophylum*», *ai-teca*: «teca, *Tectonia grandis*», *ai-santantoni*: «flor de Santo António ou camboja, *Plumeria acutifolia*», etc. Às vezes coexiste o préstamo com um nome vernáculo; a teca além de *ai-teca* recebe o nome de *ai-tahan-mean*: «árvore de folhas vermelhas», por as suas folhas, embora verdes, conterem um suco vermelho usado em tinturaria. Nalgumas palavras aparece generalizado o *-s* do plural (v.g., *koiabas*, *ubas*) o que se deve a analogia de palavras tais como *talas*: «inhame», *cabas*: «algodão», etc. Há também nomes hibridos, como *carau-uaca* ou *carau-baca*: «boi, vaca», (de *carau*: «búfalo» e *vaca*), *ai-farina*: «mandioca» (de *ai*: «pau» e *farinha*), *fore-mungo*: «mungo» (de *fore*: «feijão, vagem» e *mungo*). Há casos de derivação paronímica, sobretudo à volta do elemento *ai*: «pau, árvore, planta», que entra nos nomes da maioria das plantas em tétum (v.g., *ai-crecas*, *ai-nitas*, *ai-maras*, *ai-feu*, etc.): assim «ananás», diz-se *ái-nanás*; «anona», *ai-nona*. Noutros casos a língua criou com os seus próprios recursos os termos necessários: frequentemente pelo recurso ao adjectivo *malae*: «estrangeiro», como em *bibi-malae*: «ovelha» (à letra, «cabra estrangeira») ou *hedan-malae*, outro nome do «ananás» (à lerta, «pândano estrangeiro»); outras vezes por outros processos: *fêhuc*: «batata doce», passou a designar também a «batata semilha» usando-se os compostos *fêhuc-europa*: «batata europeia» ou *fêhuc-macau*: «batata de fora», para a distinguir da que se ficou chamando *fêhuc-midar*: «batata doce»; o açúcar recebeu o nome de *macin midar*, à letra, «sal doce», chamando-se, quando necessário acentuar a distinção, *macin môruc*: «sal amargo» ao cloreto de sódio; à mandioca chamada geralmente *ai-farina*, chama-se em Samoro *ai-luca*: «pau de Luca», possivelmente por ter sido introduzida inicialmente nessa região; mas em Luca chama-se-lhe *ai-malae*: «pau estrangeiro», etc.

[1a] Muitas das palavras portuguesas que passaram ao tétum passaram também ao malaio; para mais pormenores sobre estas últimas, veja-se o referido trabalho de Luigi Santa Maria que as estuda uma por uma.

[1b] O tétum de Atambua (Timor Indonésio) contém igualmente numerosos vocábulos de origem portuguesa; mas modernamente tende a recorrer de preferência ao malaio; assim para designar o *Espírito Santo*, que no Timor Português se designa assim mesmo, o tétum da Atambua usa o termo malaio *Rohul Kudus*, de origem árabe.

Numerosíssimos préstamos do português designam objectos introduzidos ou vulgarizados pelos portugueses na Ilha: *fraçuc*: «frasco», *furga*: «purga», *dinela*: «janela» (passou também ao malaio na forma *jendéla*), *diné*: «moeda de ouro» (de *guinéu*), *mêu*: «moeda de 20 avos» (de *meio*, por ser equivalente a meio florim holandês), *bintés*: «moeda de 5 avos» (de *vintém*), *cartús*: «cartucho de espingarda» (encontra-se também no malaio), *luminari*: «luminária», *reloci*: «relógio», *saruto*: «charuto», *sinela*: «chinela»; *suriçu*: «chouriço», *uaçu*: «vaso», *nauai*: «navalha», *careta*: «carro, veículo» (de *careta*; passou também ao malaio na forma *keréta*), *roda*, *selan*: «sela» (passaram ambos ao malaio), *rabeca*, *manteca*: «manteiga» (passou também ao malaio na forma *mentéga*), *argolina*: «arrecada» (de *argolinha*), *meas*: «meias, peúgas», *fielas*: «fivela», *canudo*: «tabaco enrolado em folha de bananeira», etc. Algumas das palavras assim introduzidas em Timor caíram, entretanto, em desuso na Metrópole, pelo menos como termos de uso corrente; é por exemplo o caso de *pelouro* que sob a forma *piloro* entrou no galoli (e no malaio) com o significado de «bala». Há também casos de derivação paronímica, como *tali-foun*: «telefone» (em certas regiões; geralmente diz-se *arame*) de *tali*: «corda» e *foun*: «nova». Há igualmente palavras híbridas como *peça-fuan*: «granada» (à letra: «fruto da peça»). Noutros casos a língua criou com os seus próprios meios os neologismos necessários: *ro-semu*: «avião» (de *ro*: «barco» e *semu*: «voar»), *beci-dulas*: «saca-rolhas» (de *beci*: «ferro» e *dulas*: «andar de roda, girar»), *kilat-rahun*: «pólvora» (de *kilat*: «espingarda» e *rahun*: «pó»), *ahi-coce*: «fósforos» (de *ahi*: «fogo» e *coce*: «esfregar»), etc.

Generalizaram-se também em tétum as palavras de cortesia *bom dia, boa tarde* (geralmente na forma *bostar* ou *boa-tari*), *boa noite* e *obrigado*; para agradecer usa-se também o termo *agradece* ou a expressão *fo agradece* (*fo*: «dar»); para «faz favor», a forma híbrida *halo favor* (*halo*: «fazer»). Parece que não existiam primitivamente em tétum as expressões correspondentes; no galoli, e provavelmente em todos os demais dialectos, usam-se as mesmas expressões.

Outras palavras designam coisas e noções comuns, tais como *modun*: «modo, maneira (de uma pessoa)», *força, aiduda*: «ajuda», *sorit* ou *sorti*: «sorte», *lina*: «linha, fio», *sinal, tunba*: «tumba, túmulo», etc. Muitas são préstamos desnecessários pois vêm concorrer com palavras já existentes na língua com o mesmo significado: por exemplo *força* concorre com *cbiit*; *tunba* com *rate*; *sorit* com *rahun-diac*, etc.

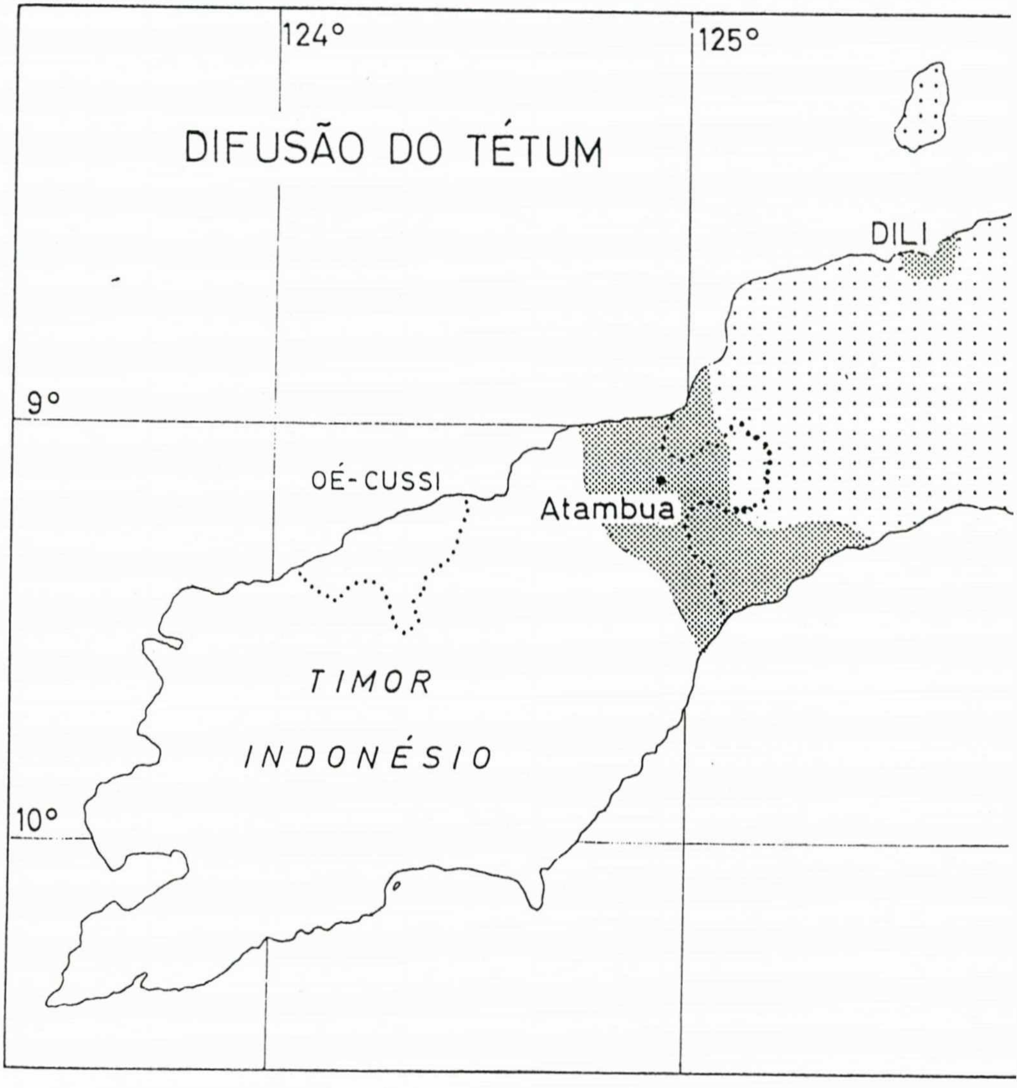
Há também alguns adjectivos, como *capás*: «bom, bonito» (de *capaz*; mas tornou-se muito mais usual e adquiriu uma significação mais lata que o seu étimo português), *forte*, *fraco*, *contra*: «inimigo», etc. Aparecem também alguns advérbios como *oras ne'e*: «agora» (à letra: «a estas horas») e *oras ida*: «daqui a pouco» (à letra: «a umas certas horas»).

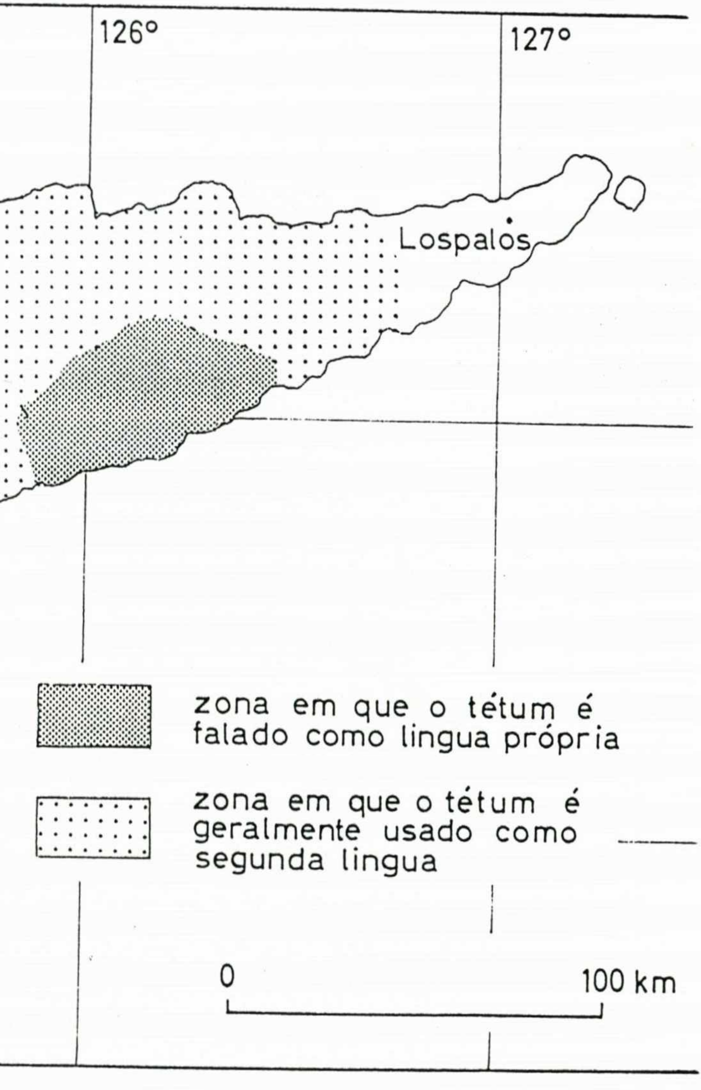
Entraram também no tétum alguns verbos de origem portuguesa; os mais comuns são *remátar* ou *remata*: «rematar, acabar, concluir, findar», *kêçar*: «queixar-se», *dura*: «jurar», *lé*: «ler», *passíar* ou *passia*: «passear», *truca*: «trocar» (os dois últimos entraram também no malaio), *iça*: «içar», *duca* ou *iuca*: «jogar» e provavelmente também *fíar*: «acreditar, crer» (de *fiar*) e *burit*: «borrifar a roupa». A maioria destes verbos perdeu o *-r* final do infinito ou, pelo menos, recuou o accento para a penúltima sílaba, tornando-se portanto graves (*kêçar*: «queixar», *fíar*: «fiar», etc.), o que se deve, provavelmente, a analogia com a terminação átona *-ar*, frequente em tétum, v.g., *ácar*: «sagu», *lálar*: «mosca», *clámar*: «alma», *cóçar*: «suar», *me'ar*: «tossir», *cátar*: «ter comichão», etc. Outras vezes a língua correspondeu às suas novas necessidades com os seus próprios recursos: é o caso de «escrever», que se traduz pelo verbo vernáculo *hakerek*, que devia originalmente significar «gravar, fazer desenhos», sentido que prevalece no adjectivo da mesma raiz *makérec*: «desenhado, malhado».

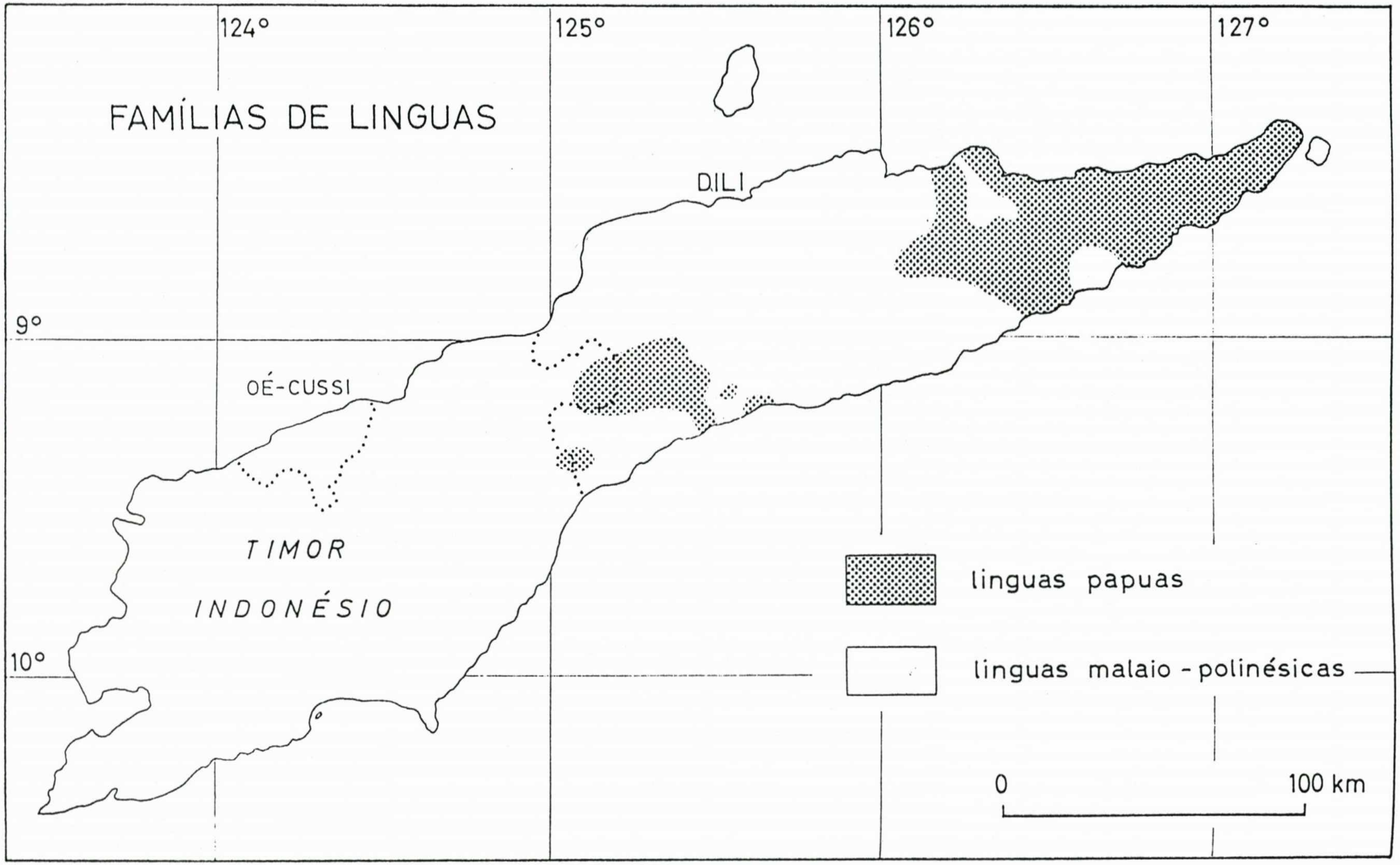
É interessante notar que se generalizaram alguns termos portugueses para designar realidades tipicamente timorenses: *reinu* designa em toda a ilha os reinos ou regulados nativos, não havendo memória da palavra que primitivamente os designava; usa-se também com o significado de povo, em concorrência com o termo vernáculo *emar* (colectivo derivado de *ema*: «pessoa, gente»), que tende a cair em desuso. O termo de respeito *amo* (atraído talvez na órbita semântica de *aman*: «pai») generalizou-se como tratamento para os régulos e outras pessoas de condição elevada (cf. *amo lulic* e *amo bispo*, já citados); tendo os régulos recebido no tempo do governador Coelho Guerreiro (início do século XVIII) patentes de coronel de 2.ª linha, o tratamento por *amo cornel* ou *amo coronel* é também frequente, usando-se mesmo para as rainhas o tratamento de *cornel feto*: «coronel mulher»; aos regentes de reino (a que por vezes se dá a designação de *dato bei*, de *dato*: «nobre» e *bei*: «avô») dá-se normalmente o tratamento de *tenente-coronel*. Os régulos usam tradicionalmente o título português *dom* anteposto ao nome (D. Aleixo, D. João, etc.), mesmo no caso de usarem nomes gentílicos (D. Cai Leto, v.g.). Para os homens que constituem as tropas dos regulados generalizou-se o termo *morador*, e para o conjunto de tropas em pé de guerra a de *rial*: «arraial». Os serviçais dos régulos e os homens que eles enviam para colaborar em qualquer serviço público são designados por *auciliar*, que muitas vezes aparece também na forma *açuliar* (talvez por contaminação com *açu*: «cão», o que se harmoniza com o sentido um tanto pejorativo do vocábulo e com o carácter servil de tais trabalhos). Para os sacrifícios de animais da religião animista tradicional generalizou-se o vocábulo português *estilu*, que se usa tanto em tétum como em galoli e, provavelmente, nos outros dialectos. Aparecem também nomes de parentesco como *tio*, *tia* e *primo*.

Uma vez introduzidas no tétum as palavras de origem portuguesa adquiriram vida própria, podendo entrar na formação de novos compostos: assim encontramos termos como *núu-macarau* (de *núu*: «coco» e *macarrão*) para significar o «coco de amêndoa solta e enxuta», *ema-perdidu*: «vadio, pessoa desencaminhada» (*ema*: «pessoa, gente» e *perdido*), *ai-sapateru*, nome da árvore do *Lichandrone rheedii* de cuja madeira se fazem tamancos, *udan-para*: «estiar» (de *udan*: «chuva» e *parar*), *halo fio*: «entrançar» (de *halo*: «fazer» e *fio*), etc. Não encontramos pelo contrário, derivados por prefixação e afixação de préstamos portugueses — talvez porque, tratando-se de processos linguísticos que em tétum são de menor vitalidade actual que a composição, não tenham tido tempo para se formar, talvez porque, por reacção inconsciente da língua a formas que fonética, morfológica e lexicalmente são corpos estranhos no seu seio, a assimilação desses vocábulos não tenha sido total e o seu estatuto se mantenha diferente do das palavras sentidas como vernáculas.

É interessante notar, finalmente, que a influência do português se não limitou à introdução no tétum de vocábulos originalmente portugueses, mas foi veículo da introdução do vocábulos das mais diversas origens; constituiu assim um verdadeiro intercâmbio de vocábulos entre as várias regiões por onde os portugueses se expandiram. Aparecem assim no tétum vocábulos de origem brasileira, como *koiabas* e *caidu*, de origem bantu como *caçumba*: «cacimbo», de origem árabe como *bateca* ou *pateca*: «melancia», de origem sanscrítica como *mungo* e *bangaçal*, etc. Quanto às palavras de origem malaia que aparecem tanto no tétum como no português


124°
125°
DIFUSÃO DO TÉTUM
DILI
9°
OÉ-CUSSI
Atambua
TIMOR
INDONÉSIO
10°


126°
127°
Lospalos
zona em que o tétum é falado como lingua própria
zona em que o tétum é geralmente usado como segunda lingua
0
100 km


FAMÍLIAS DE LINGUAS
124°
125°
126°
127°
9°
10°
DILI
OÉ-CUSSI
TIMOR INDONÉSIO
linguas papuas
linguas malaio-polinésicas
0
100 km

de Timor (*jambua, rota, daia, catupa, lipa, durbaça*, etc.) é difícil, dada a existência de contactos directos, discernir se entraram no tétum directamente do malaio se através do português; há mesmo casos em que se não pode decidir se a palavra é vernácula, se importada directamente do malaio, se importada através do português.

A influência portuguesa, vultosa no tétum falado no interior é mais nítida ainda no tétum de Díli. É, por um lado, muito mais elevado o número de préstamos; alguns suplantaram mesmo, ou tendem a suplantar os termos vernáculos correspondentes: *ponte* suplantou *clalete* ou *ai-lalete*, vernáculos, e *dambata* usurpada ao malaio; *animal* tende a suplantar *balada*; *contente* a suplantar *sóloc* e *hacsóloc*, etc. É, por outro lado, menor o grau de adaptação dos préstamos ao sistema fónico do tétum, havendo uma crescente tendência para lhes conservar a forma original, como em *administração, testemunha, declaração, chucha*, etc. Além disso o tétum de Díli tende a usurpar ao português não apenas palavras significativas, mas também simples morfemas, sejam «utensílios gramaticais» como preposições e conjunções, sejam mesmo elementos inseparáveis como sufixos. Tornou-se relativamente frequente, por exemplo, o sufixo *-dor* para os nomes de agente: v.g., *halimardor*: «brincalhão» (de *halimar*: «brincar»), *hatetendor*: «falador» (de *hateten*: «declarar, dizer, falar»), *hucidor*: caçador» (de *huci*: «dar tiros, caçar a tiro») e até, o que mostra que é olhado mais como segundo elemento do composto que propriamente como sufixo, *futu-manu-dor*: «jogador de galos» (de *futu*: «atar, prender» e *manu*: «galo»), com um complemento directo inserido entre o semantema verbal e o sufixo. Este sufixo concorre com o sufixo vernáculo *-teen* (v.g., *boçoc-teen*: «mentiroso», de *boçoc*: «mentir», *na'uc-teen*: «ladrão», de *na'uc*: «roubar»), etc., que apenas se usa quando a acção expressa no semantema verbal é má ou condenável[2]; e com o prefixo *mac-* (associado geralmente ao sufixo *-c*) que se usa nos outros casos: *macsalac*: «pecador» (de *sala*: «pe-

– [illegible] erro.
[illegible] [illegible]
o sufixo – na'in

---

[2] Este facto leva-nos a pensar que se não trate de um verdadeiro sufixo, mas simplesmente da palavra *teen*: «excremento» usada como segundo termo de composto; nesse caso os exemplos indicados seriam, em rigor, traduzidos pelas expressões portuguesas «caga-mentiras» e «caga-roubos», e com uma conotação equivalente (sugerindo ao mesmo tempo a repetição frequente do acto e o aspecto desprezível ou reprovável do mesmo).

do»), *mactihac*: «pescador» (de *tiha*: «pescar à tarrafa»),
cla'oc: «viandante» (de *la'o*: «caminhar»), etc.

Uma construção que se tem divulgado muito em tétum-praça
forma perifrástica formada com o auxiliar *ter*, mas invariável,
forma correspondente à terceira pessoa do singular do presente
indicativo: *hau tem de ba Aileu*: «eu tenho de ir a Aileu»,
em de halo to'os: «tu tens de fazer horta», *nia tem de soça*
-coce: «ele tem de comprar fósforos», etc. Esta construção con-
re com o futuro vernáculo, formado com o advérbio *sei*: «ainda»:
sei ba Aileu, o sei halo to'os, nia sei soça ahi-coce, que não
ta de modo tão vigoroso a obrigatoriedade da acção, podendo
tudo conotar uma intencionalidade equivalente à que se exprime
português pela construção perifrástica «haver de».

De entre as conjunções as que mais se têm divulgado no tétum
Díli são as seguintes: *mas* (adversativa), *para* (final), *se* e
ão (condicionais) e *quando* (temporal) que se encontram tam-
n em galoli; a concessiva *meski* é provavelmente também um
stamo português, derivada de *mais que*. O uso destas conjun-
s tem uma consequência importante: estabelecendo uma hie-
quia e um nexo lógico entre as proposições, permitem a passa-
da parataxe à hipotaxe — tendência que, por influência da
axe portuguesa, se começa a esboçar.

*

A influência portuguesa é notável também na antroponímia,
esde o século XVII: os cristãos (que, como vimos, constituem
25 % da população da Província) usam, na sua quase totali-
e, nomes portugueses; como na antroponímia gentílica não há
ronímicos nem apelidos, mas apenas nomes próprios, as famí-
s cristãs adoptaram apelidos portugueses, por escolha arbitrária,
mais geralmente, por adopção do apelido do padrinho de bap-
no. Como ter nome português se tornou sinónimo de civilização
evolução muitos gentios adoptaram também nome cristão. Há
os de indivíduos com dois nomes, um gentílico, para uso fami-
, outro cristão para uso externo; e há também nomes híbridos
o *Mau-Chico, João Mau-Açu, Domingos Bere-Leki*, etc. É rela-
mente frequente dar-se às crianças o nome do dia da semana
que nasceram (nomes esses que são portugueses, visto a semana

ser uma unidade de tempo desconhecida dos nativos): *Mau-Terça*, *Mau-Quinta*, *Mau-Sexta*, etc., para homens, *Bui-Quarta*, *Bui-Quinta*, para mulheres; para os nascidos ao domingo, muitas vezes *Domingos* ou *Domingas*.

A influência portuguesa na toponímia é relativamente restrita e limita-se de uma maneira geral, ao litoral e às zonas de contacto mais antigo. Referimo-nos, é claro, apenas aos topónimos usuais, e não às pomposas denominações oficiais que antes da guerra se deram às principais localidades da Província: Vila Marechal Carmona, para Aileu; Vila Eduardo Marques, para Bazartete; Oliveira, para Fatu-mean; Caxias do Extremo, para Batugadé, etc. Todas estas designações, à excepção do nome de Vila Salazar dado a Baucau, que sobrevive timidamente nos carimbos dos C.T.T. e num ou noutro documento oficial, caíram no mais completo desuso, sendo necessário consultar uma «tábua de equivalências» para se saber onde ficam, quando por acaso aparecem citadas nalgum texto antigo...

Como topónimos usuais de origem portuguesa, encontramos no Oé-cussi os nomes dos dois sucos *Cunha* e *Costa*, evidentemente derivados de antropónimos; o último deve estar relacionado com o apelido da casa reinante do regulado de Oé-cussi, a família Costa, célebre já desde o século XVII, em que aparece envolvida em diversos episódios das lutas entre portugueses e holandeses. Na mesma região há uma elevação conhecida por *Monte Tenente*.

Em Díli há o bairro de *Santa Cruz*, o subúrbio de *Santana* e de uso mais recente, o bairro dos *Grilos* e o do *Farol* (que conserva cumulativamente a designação tradicional de *Motael*). Na toponímia das ruas predominam, com poucas excepções, as designações portuguesas, havendo pelo menos um nome híbrido (a *Rua Bé-fonte*, de *bé* ou *ué*: «água» e *fonte*). As ruas *Nuu-laran* («coqueiral»), *Culu-hum* («pé de fruta pão») e *Ailele-hum* («pé de sumaúma») conservam as designações nativas, mas a do *Coilão da Colmera* foi rebaptizada em «Mousinho de Albuquerque». É natural que o mesmo vá sucedendo às restantes, pois os governadores (epónimos da maioria dos arruamentos) sucedem-se a uma velocidade superior à do crescimento da cidade...

Em Batugadé há, no mar, um grande recife designado pelo nome híbrido de *Fatuc Sant'António* (*fatuc*: «pedra», em tétum).

No interior aparece um ou outro nome português: o suco de *Parlamento* em Lautém, e outro de igual nome em Baucau, o reino e ribeira de *Seiçal* entre Baucau e Laga, o monte *Mundo Perdido*, perto de Ossu (uma das principais montanhas de Timor), o lugar da *Bela Vista* em Baguia, outro de igual nome na Serra de Maubara, e pouco mais. Há também um ou outro nome híbrido, como a ribeira *Ué-tenente* perto de Natarbora e o lugar de *Fatu-Maria*, perto de Ainaro, assim chamado por haver lá um monumento a Nossa Senhora.

BIBLIOGRAFIA :

— P.e Abílio José Fernandes, *Método prático para aprender o tétum*, Macau, 1937.

— P.e Manuel Patrício Mendes, *Dicionário Tétum-Português*, Macau, 1935.

— P.e Manuel Maria Alves da Silva, *Dicionário português-galoli*, Macau, 1905.

— *Carta de Timor de 1/50.000*, da Junta de Investigações do Ultramar.

— Luigi Santa Maria, *I prestiti portoghesi nel malese-indonesiano*, Nápoles. 1967.

X

A ACTUAL SITUAÇÃO LINGUÍSTICA DO TIMOR PORTUGUÊS

A actual situação linguística de Timor é o resultado de toda a evolução histórica que nas notas antecedentes procurámos resumir. Podemos esquematizá-la do seguinte modo:

1. *LÍNGUAS LOCAIS*: línguas utilizadas quotidianamente nas relações entre indivíduos da mesma região. Há a distinguir:

1.1. *línguas papuas*:

1.1.1. *fataluco*: falado nas áreas administrativas de Tuuala, Lauṭém e Lospalos, do concelho de Lautém; é por vezes designado por *dagadá*, nome depreciativo que os outros povos dão aos fatalucos por o sistema fónico da sua língua não conter as oclusivas sonoras *b*, *d* e *g*, e serem por isso incapazes de articular uma palavra como *dagadá*, que pronunciam *tacatá*;

1.1.2. *macassai*: fala-se em todo o concelho de Baucau, à excepção de uma pequena área em que se fala *uaimoa*, e ainda na área de Luro, do concelho de Lautém, e nas áreas de Ossu e Uato-Lari, do concelho de Viqueque; há pequenos núcleos também no concelho de Manatuto;

1.1.3. *maclere*: provavelmente um dialecto do precedente, fala-se na área de Iliômar, do concelho de Lautém;

1.1.4. *búnac*: fala-se nas áreas de Fatu-Lulic e Zumalai, do concelho de Cova-Lima; na área de Loloti, do concelho de Bobonaro; em parte da área de Bobonaro (regulados de Bobonaro e Ai-assa e sucos independentes de Malilait e Louru-Ba), do concelho do mesmo nome. No concelho de Same (área de Hato-Udo e região de Betano, na área de Same), há pequenos núcleos de *búnac,* que representam, possivelmente vestígios de uma época em que a sua difusão era maior. Na área de Suai (Cova Lima), há também alguns núcleos, mas recentes: têm descido da região de Bobonaro a pouco e pouco, e formado pequenas ilhotas no meio da população *tétum*, como por exemplo a povoação de Kiar (cujo nome, tétum, significa «amendoeira brava», *Canarium*, sp.) a 500 m de Matai, aldeia tétum, e a de Olbelis (cujo nome é, desta vez, búnac: *ol*: «pedra», *belis*: «branca»), cerca de 1 km mais ao sul. Fala-se também na região fronteiriça do Timor Indonésio;

1.1.5. *marai*: talvez dialecto, talvez mero heterónimo do *búnac* falado por vários núcleos do concelho de Cova Lima e região contígua no Timor Indonésio.

Estas línguas, embora papuas, apresentam vestígios mais ou menos acentuados de influência do superstrato austronésio e, mais recentemente, do português.

1.2. *línguas austronésicas* (ou *malaio-polinésicas*):

1.2.1. *tétum* (tétum puro, conhecido por *tetun teric* e *tetun los*), falado com pequenas variações dialectais:

1.2.1.1. nas áreas de Viqueque e Lacluta, do concelho de Viqueque, Barique e parte de Soibada (suco de Samoro), do concelho de Manatuto; nas de Fatu-berliu e Alas, do concelho de Same; no suco de Tutuburo e parte do de Betano da área de Same;

1.2.1.2. nas áreas de Suai, Fohorém, Tilomar e Fatu-méan, e no regulado de Raimera, da área de Zumalai, no concelho de Cova Lima;

1.2.1.3. nos sucos de Batugadé, Cova e Balibó, da área de Balibó, concelho de Bobonaro;

1.2.1.4. na maior parte do concelho de Belo (com sede na Atambua), do Timor Indonésio.

1.2.2. *tétum-praça* ou *tétum de Díli*: muito mesclado de palavras portuguesas e algumas malaias, fala-se na área urbana e suburbana de Díli (entre a ribeira de Comoro, o seminário de Dare e a portela de Fatu-ahi). Cf. abaixo 3.1.;

1.2.3. *nauéti*: falado na área de Uato-Carabau, concelho de Viqueque;

1.2.4. *galoli*: falado nas áreas de Laleia (excepto o suco de Cairui), Manatulo, Lacló e Metinaro, do concelho de Manatuto; e em parte da área de Vemasse, do concelho de Barecau; os dialectos falados na ilha de Ataúro parecem geneticamente relacionados com esta língua;

1.2.5. *habo*: falado na região de Cribas (área de Barique) e em parte da de Laclúbar, no concelho de Manatuto;

1.2.6. *idaté*: falado na área de Laclúbar e parte da de Soibada, do concelho de Manatuto;

1.2.7. *lacalei*: falado no suco de Fahi-nehan da área de Fatu Berliu (concelho de Same);

1.2.8. *mambae*: falado no resto da área de Díli (excepto a cidade que fala tétum); em parte da área de Bazartete, do concelho de Liquiçá (sucos de Tíbar e Ulmera); nas áreas de Railaco, Ermera, Lete-Foho e Hatolia (excepto sucos de Leimeia Craic e Leimeia Sourin-balu), do concelho de Ermera; em todo o concelho Aileu; em todo o de Ainaro; nas áreas de Hatu Udo e Same, do concelho de Same; e na orla do concelho de Manatuto que pega com os de Díli e Ainaro;

1.2.9. *tocodede*: falado em todo o concelho de Liquiçá, excepto o extremo oriental da área de Bazartete, que fala *mambae;*

1.2.10. *quêmac*: falado nos sucos de Leimeia Craic e Leimeia Sourin-balu, da área de Hatolia, e em toda a área de Atsabe, do concelho de Ermera; nos regulados de Haubá e Marobo, da área de Bobonaro e na parte Norte da de Zumalai; nas áreas de Maliana, Cailaco e Atabai, e sucos de Leolima e Leohitu, da área de Balibó (concelho de Bobonaro); fala-se ainda numa pequena região fronteiriça do Timor Indonésio;

1.2.11. *becais*: falado em parte do suco de Sanirin, da área de Balibó (concelho de Bobonaro);

1.2.12. *baiqueno* ou *vaiqueno*: falado em todo o concelho de Oé-cussi e em grande parte do Timor Indonésio;

1.2.13. *uaimoa*: falado em parte das áreas de Vemassi e Baucau, do concelho de Baucau;

1.2.14. *cairui*: falado no suco do mesmo nome (área de Laleia, concelho de Manatuto);

1.2.15. *mídic*: falado em parte da área de Uato-Lari a N. de Uato-Lari e E. de Ossu, e parte da área de Lacluta (concelho de Viqueque).

Estas três últimas línguas, mal conhecidas, parecem ser híbridas ou conter, pelo menos, um forte substrato papua.

A maioria destas línguas apresenta sensíveis variantes dialectais, e mesmo variantes culturais; em *tétun-teric*, por exemplo, há uma diferença sensível entre a linguagem vulgar do dia a dia e a linguagem literária (da poesia e da oratória tradicional) em que o vocabulário é mais rico e a flexão mais cuidada.

Convém notar ainda que os grupos linguísticos não correspondem rigorosamente a etnias definidas, já porque

	LINGUAS AUSTRONESICAS												LINGUAS PAPUAS						LINGUAS AUSTRONESICAS		
	Malaio (Malásia-Indonésia)	**Malgache** (Madagascar)	**Javanês** (Java)	**Tagalu** (Filipinas)	**Samoense** (Samoa)	**Hawaiano** (Hawai)	**Maori** (Nova Zelândia)	**Tétum** (Timor)	**Quêmac** (Timor)	**Galoli** (Timor)	**Mambai** (Timor)	**Tocodede** (Timor)	**Bunac** (Timor)	**Macassai** (Timor)	**Fataluco** (Timor)	**Dorro** (Nova Guiné)	**Kunini** (Nova Guiné)	**Nasioi** (Ilhas Salomão)	**Sesake** (Novas Hébridas)	**Mota** (Ilha Banka)	**Nengoné** (Ilhas Lealdade)
1	satu	isa	sa	isá	tasi	tahi	tahi	ida	sia	nehe	id	iço	uen	u	ucane	nambini	iepa	narum	sikai	tuwale	sa
2	dua	rua	ru	dalawá	lua	lua	rua	rua	rua	irua[a]	ru	ru	ilion	lolai	eche	rombi	neneni	kenanka	dua	nima	rewe
3	tiga	telu	telu	tatló	tolu	tolu	toru	tolu	têlu	itelu	telu	telu	gonion	lolito	utu'e	yombi-yaboto	nesaie	bensaumo	dolu	nitol	tini
4	empat	efat'a	pat	àpat	fa	ha	wha	haat	pat	ihaat	pat	pat	gonil	loloá	fat	rombi-rombi	neneni-neneni	keranaumo	pati	nivat	ete
5	lima	limi	lima	limá	lima	lima	rima	lima	lima	ilima	lim	lim	goinxet	lima	lim	tarbar	imegubemine	panoko	lima	tave lima	sedo*no*
6	enam	eni	(ne)nem	ánim	ono	ono	ono	neen	neen	inéen	lin nai n'ici[b]	vive n'iço	temol	dana	neme	—	—	panoko keta narum	la tesa	laveatea	do*no* ne se
7	tujoh	fitu	pitu	pitó	fitu	hitu	whitu	hitu	hitu	ihito	lim nai ru	vove ru	hichu	fitu	fitu	—	—	panoko keta kenanka	la dua	laveama	do*no* ne rewe
8	delapan	valu	wolu	waló	valu	walu	waru	ualu	balu	ihau	lin nai telu	vove telu	alu	afo	cafa	—	—	panoko keta benaumo	la dolu	laveatol	do*no* ne teni
9	sembilan	sivi	sono	siyam	iva	iwa	iwa	sia	sibe	issia	lim nai pat	vove pat	sie	siva	siva	—	—	panoko keta keranaumo	lo veti	laveavet	do*no* ne eti
10	sepuloh	safulu	sapuluh	sampu	sefulu	umi	nahuru	sanulu	sapulu	sanulo	saculu[c]	sagula	sogo	ruro	ta'ane	—	—	panoko keta panoko	dua lima	sa*n*aval	rewe tubenine
	Sub-grupo indonésio				Sub-grupo polinésio			Sub-grupo indonésio											sub-grupo melanésico		

---

[a] O elemento *i-* que aparece nos numerais a partir de 2 é, possivelmente, o resto de um «classificador numérico», como os que se usam em malaio (v.g., *lima orang inggeris*, à letra: «cinco pessoas de inglês», i.é., «cinco ingleses»; *tiga ekor* ***kombing***: «três rabos de cabra», i.é., «três cabras»), e de que há também vestígios em tétum (v.g., *ema nai tolu*: «três pessoas de gente», i.é., «três pessoas»).

[b] Nalgumas regiões diz-se *hoho n'id*, *hoho ru*, etc.; esse sistema aproxima-se mais do do tocodede.

[c] Ou *sagulu*.

de grupo para grupo não há senão pequenas diferenças culturais [1] (a civilização material, sobretudo, é nitidamente uniforme) já porque não há correspondência entre os grupos linguísticos e as estruturas socio-políticas. Com efeito, é frequente falarem-se dentro do mesmo reino (e até dentro do mesmo suco) línguas diferentes, assim como é frequente populações da mesma língua constituírem desde tempos remotos reinos diferentes.

2. *LÍNGUAS DE MINORIAS*:

   2.1. *malaio*: falado por cerca de 400 «árabes» muçulmanos, nos subúrbios de Díli. (Cf. 3.2.);

   2.2. *chinês*:

      2.2.1. *dialecto hákká*: falado por cerca de 18.000 chinas dispersos pela Província;

      2.2.2. *dialecto cantonense*: falado por alguns chinas oriundos de Macau ou de Kwang-tung;

      2.2.3. *dialecto kuan-hua* ou *mandarim*: (falado, em diversas variantes dialectais em toda a antiga China, ou seja nos territórios ao norte do Yang-tse-kiang), estudado pelos chineses nas escolas e por eles usado como língua de cultura. Cf. abaixo 4.2.

   2.3. *português crioulo*;

      2.3.1. *português de Bidau*, hoje extinto;

      2.3.2. *crioulo macaísta*: falado antigamente por famílias oriundas de Macau e hoje igualmente extinto.

3. *LÍNGUAS VEICULARES*:

   3.1. *tétum vulgar*: (menos correcto que o tétum clássico, tendendo hoje a confundir-se com o tétum-praça, menos correcto ainda; cf. 1.2.2.) usado como língua de relação em toda a Província, excepto nos concelhos de Lautém e Oé-cussi, onde é pouco conhecido;

---

[1] Os fatalucos do concelho de Lautém têm, porém, uma personalidade étnica mais vincada.

3.2. *malaio*: língua veicular e oficial da Indonésia, outrora bastante usada no litoral, hoje menos, mas ainda com certa frequência no Oé-cussi. (Cf. 2.1.).

4. *LÍNGUA OFICIAL* e *LÍNGUAS DE CULTURA*:

4.1. o *português*, usado:

4.1.1. na administração;

4.1.2. no ensino, ao nível tanto primário como secundário;

4.1.3. pelos europeus entre si;

4.1.4. pelos nativos que o sabem quando se dirigem aos europeus;

4.1.5. mais raramente, por alguns nativos evoluídos entre si, sobretudo em Díli. O português falado em Timor absorveu razoável número de vocábulos de origem oriental, em especial malaia, mas não apresenta particularidades dialectais notáveis.

4.2. os chineses usam como língua escrita e de cultura o *mandarim* ou *kuan-hua*, utilizando apenas o português no que lhe é oficialmente exigido. (Cf. 2.2.3.).

5. *LÍNGUAS DO CULTO RELIGIOSO*:

5.1. os *cristãos* usam, além do latim e do português, o tétum como língua de catequese e pregação na maioria da Província, o galoli na região de Manatuto, o vaiqueno no Oé-cussi, e, ocasionalmente, o chinês em Díli, para os cristãos chineses;

5.2. os *muçulmanos* usam o árabe (em regra mecanicamente, pois não o sabem) e o malaio;

5.3. os chineses *budistas-confucionistas*, o chinês[2].

*

Desta complexa situação linguística resulta que a maioria dos habitantes de Timor são bilingues ou multilingues. A situação para que a maior parte da população tende é o trilinguismo, utilizando a níveis diferentes três línguas diferentes: ao nível de língua de uso quotidiano, uma língua local; como língua veicular ou de relação, o tétum; como língua de cultura, o português.

Esta situação que teoricamente se tende a generalizar não se verifica sempre na prática. Na prática verifica-se actualmente:

1. Não são muito numerosos os indivíduos unilingues; são mais abundantes entre as mulheres que entre os homens, entre os velhos que entre os novos, e nas zonas mais remotas que nas mais acessíveis; são sobretudo abundantes nos concelhos de Lautém e de Oé-cussi, onde a divulgação do tétum é restrita e nas zonas em que o tétum é língua própria.

2. A maior parte da população timorense é bilingue, falando além da sua própria língua o tétum. Os chineses velhos que não sabem português são também geralmente bilingues, falando o tétum além do chinês; o mesmo se passa com os europeus fixados de longa data na Província que falam, normalmente, tanto o tétum como o português. No Oé-cussi há quem seja bilingue falando além da língua local (o vaiqueno), o malaio, como língua de relação em vez do tétum; nesse concelho e no de Lautém há quem fale além da língua local o português, mas não o tétum, fenómeno raro nas outras regiões; nas zonas de tétum há quem seja bilingue por falar além dele o

---

[2] Esta esquematização, feita a partir de dados empíricos, não pretende ser definitiva. A publicação da Carta Étnica de Timor, do Prof. António de Almeida, que se espera para breve, permitirá revê-la com uma base mais sólida.

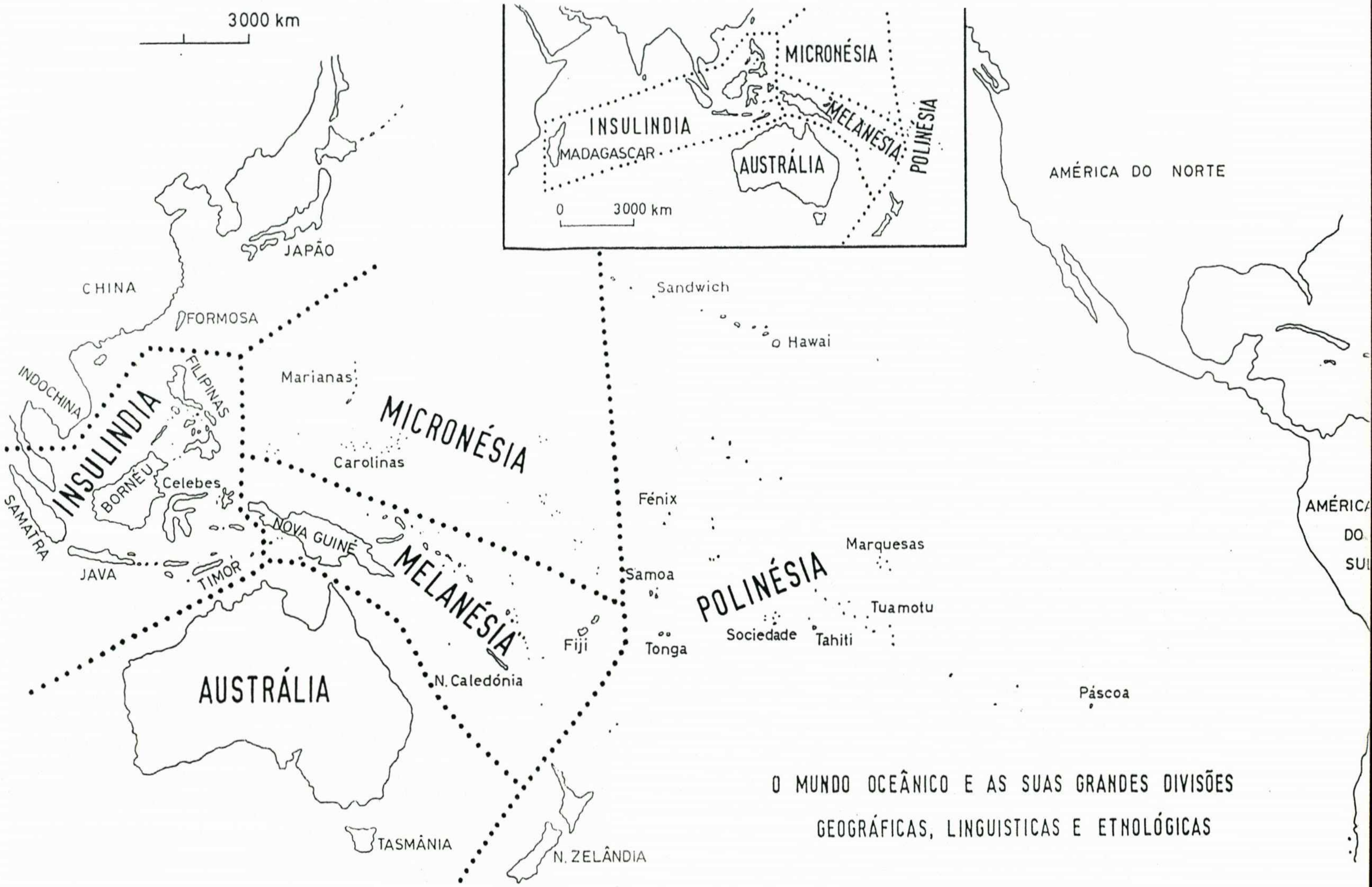
português. Em zonas de contacto entre duas línguas há casos de bilinguismo de outro tipo: na zona da Hera, por exemplo, fala-se tanto o mambae como o galoli, e em parte da área de Bazartete coexiste o mambae com o tocodede. O número total de indivíduos de uma ou outra maneira bilingues deve corresponder a mais de 50 % da população.

3. Os casos de trilinguismo coincidem, em regra, com o sector letrado da população, que normalmente fala o português além do tétum e da língua local. O mesmo se passa com a maioria dos árabes e dos chinas que falam, em regra, além da sua língua (malaio e hakká) tanto o tétum como o português. O número total de indivíduos trilingues deve compreender cerca de 10 ou 15 % da população da Província.

4. Os casos de quadrilinguismo são mais raros; ocorrem sobretudo em zonas de contacto entre duas línguas locais, no caso de migrantes internos, funcionários colocados sucessivamente em vários pontos da Província, etc.

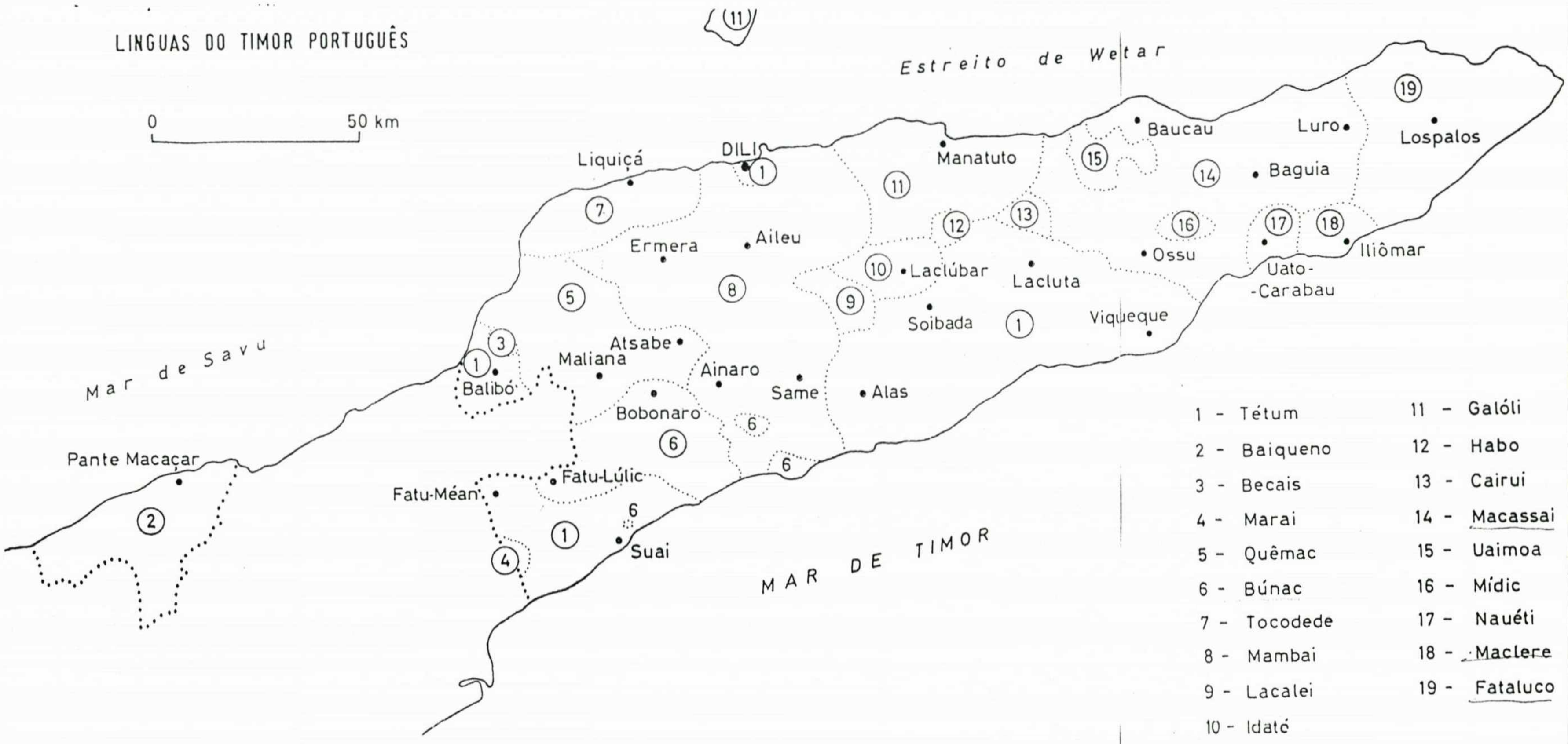
5. Há, mais raros ainda, casos de multilinguismo; um exemplo concreto: o sr. Carlos do Rosário Cabral, chefe do suco independente de Ili Ilêu (Manatuto) filho de pai tétum e mãe galoli, fala além dessas duas línguas o português, o macassai (com que se familiarizou quando foi mestre-escola na região de Baucau) e o mambae (utilizado por algumas minorias dentro do seu suco).

MICRONÉSIA
3000 km


3000 km
MICRONÉSIA
INSULINDIA
MELANÉSIA
POLINÉSIA
MADAGASCAR
AUSTRÁLIA
0
3000 km
AMÉRICA DO NORTE
JAPÃO
CHINA
FORMOSA
Sandwich
Hawai
INDOCHINA
FILIPINAS
Marianas
MICRONÉSIA
INSULINDIA
Carolinas
BORNÉU
Celebes
SAMATRA
Fénix
AMÉRICA DO SUL
Marquesas
NOVA GUINÉ
MELANÉSIA
Samoa
POLINÉSIA
JAVA
TIMOR
Tuamotu
Fiji
Tonga
Sociedade
Tahiti
N. Caledónia
AUSTRÁLIA
Páscoa
TASMÂNIA
N. ZELÂNDIA

O MUNDO OCEÂNICO E AS SUAS GRANDES DIVISÕES
GEOGRÁFICAS, LINGUISTICAS E ETNOLÓGICAS

LINGUAS DO TIMOR PORTUGUÊS


0
50 km
Estreito de Wetar
Mar de Savu
MAR DE TIMOR
Pante Macaçar
Liquiçá
DILI
Manatuto
Baucau
Luro
Lospalos
Baguia
Iliômar
Uato-
-Carabau
Ossu
Viqueque
Lacluta
Laclúbar
Soibada
Alas
Same
Ainaro
Aileu
Ermera
Atsabe
Maliana
Balibó
Bobonaro
Fatu-Lúlic
Fatu-Méan
Suai
1 - Tétum
2 - Baiqueno
3 - Becais
4 - Marai
5 - Quêmac
6 - Búnac
7 - Tocodede
8 - Mambai
9 - Lacalei
10 - Idaté
11 - Galóli
12 - Habo
13 - Cairui
14 - Macassai
15 - Uaimoa
16 - Mídic
17 - Nauéti
18 - Maclere
19 - Fataluco